

Há que fazer!



Hoje na luta e amanhã no voto, os trabalhadores serão sempre determinantes para uma viragem política

■ Jerónimo de Sousa Pág. 18

Moeda Única «cooperação reforçada» e democratas de pacotilha

■ Sérgio Ribeiro Pág. 19

Eleições nos bancários

Por um Sindicato não conformista

Pág. 21

ÚLTIMAS

Cidadãos exigem referendo Dar a palavra aos portugueses na decisão sobre a Moeda Única

Um abaixo-assinado, dirigido ao Presidente da AR, foi lançado anteontem e tem já a participação de destacadas personalidades.

Pág. 32

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Conveniências PS/PSD esquecem as mulheres

• Depoimento de Odete Santos

Pág. 13

O «Avante!» aumenta de preço

A partir de hoje, o «Avante!» passa a custar 180 escudos. Trata-se de um pequeno aumento, destinado a fazer face aos custos de produção e distribuição, e que mantém o nosso jornal como um dos menos caros semanários de expansão nacional.



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISNN 0870-1865 • 6 de Fevereiro de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1210 • Director: Carlos Brito

GRANDES INICIATIVAS 97

Reuniu Comité Central do PCP

Avançando na concretização das orientações e perspectivas apontadas pelo XV Congresso, o Comité Central do PCP decidiu lançar um conjunto de iniciativas e aprovou um calendário de realizações partidárias.

- Preparação das eleições autárquicas
- combate contra a Moeda Única
- esclarecimento sobre a interrupção voluntária da gravidez
- comícios de aniversários e grande comício internacional.

Págs. 5 e 6

Têxteis pelas 40 horas Lutar com garra

O 10º sábado de greves no Vale do Ave

■ Domingos Mealha Centrais



EDITORIAL

Avançar



Continuam as reivindicações pela aplicação das 40 horas

RESUMO

29
Quarta-feira

O PS admite referendar o aborto ■ Os veterinários exigem medidas para acabar as pressões «fomentadas» por produtores ■ Durante a madrugada, o ministro da Administração Interna constata, pela primeira vez no terreno, o trabalho desenvolvido pelos militares no combate ao tráfico de droga ■ Mais de 500 militantes socialistas albaneses são detidos em muitas cidades do país ■ Oito pessoas são assassinadas na Argélia por um grupo islamita ■ O Partido Socialista Búlgaro propõe a realização de eleições antecipadas em Outubro ■ O presidente Milosevic apresenta um plano para regular a crise na Jugoslávia ■ A Rússia aceita como legítimos os resultados das eleições na Tchetchénia.

30
Quinta-feira

A propósito da questão do aborto, o Parlamento ouve a Ordem dos Médicos, o Conselho de Ética e a Direcção-Geral de Saúde ■ O Sindicato Independente dos Médicos assina o acordo com o Ministério da Saúde para a revalorização salarial das carreiras ■ Em Estrasburgo, durante a Assembleia Geral do Conselho da Europa, o chefe da delegação de Moscovo pronuncia-se contra o alargamento da Nato e defende a dissolução da organização ■ O Conselho de Segurança da ONU adverte Angola quanto à inexistência de progressos no processo de paz ■ As forças de segurança peruanas organizam marchas militares em frente à embaixada do Japão, de forma a quebrar o moral dos rebeldes ■ Apesar da proibição de manifestações pela polícia, cerca de dez mil estudantes desfilam livremente pelas ruas de Belgrado ■ Passam 25 anos desde o «Bloody Sunday».

31
Sexta-feira

Inicia-se o julgamento dos «skinheads» acusados de matar um jovem cabo-verdiano ■ Termina o prazo para a adesão aos esquemas de regularização de dívidas fiscais ■ A comunidade cigana chefiada por João Garcia regressa a Oleiros ■ O presidente da Albânia admite que as reivindicações da população são legítimas, bem como os motivos do seu desespero ■ Um comerciante de San Sebastian, na Espanha, é assassinado com um tiro na nuca, acto explicado pelas autoridades como um aviso da ETA ■ Nelson Mandela, o presidente da África do Sul, anuncia que nos próximos dias vai ceder temporariamente o seu lugar a Buthelezi, líder do Inkatha e ministro do Interior.

1
Sábado

Os trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado cumprem o décimo sábado de greves pela redução do horário de trabalho ■ Na Suíça, o ministro da Defesa encontra-se com Kofi Annan, o novo secretário-geral da ONU, discutindo a questão de Timor-Leste ■ O primeiro-ministro japonês e o presidente peruano encontram-se em Toronto para discutir a situação dos sequestrados pelos Tupac Amaru ■ Um desastre aéreo no Senegal faz 20 mortos.

2
Domingo

Realiza-se um desfile de «motards» contra a droga ■ Realiza-se o Fórum Económico Mundial, na Suíça ■ O Governo albanês decide proibir as manifestações ■ Na Argélia, 31 pessoas são assassinadas por islamitas ■ Ocorrem 56 atentados à bomba na Córsega ■ O MRTA desmente qualquer cedência ao Governo peruano ■ Realizam-se eleições gerais no Paquistão ■ Jacques Chirac desloca-se a Moscovo para debater o alargamento da Nato com Ieltsin ■ Milhares de católicos da Irlanda do Norte recordam o «Domingo Sangrento», repetindo a marcha realizada em Londonderry.

3
Segunda-feira

A Conferência Episcopal pronuncia-se contra o referendo sobre o aborto, por considerar que «há valores que não devem ser referendados» ■ Um camião-cisterna carregado de gás propano tem um acidente na auto-estrada do Norte provocando o corte da via durante todo o dia ■ Em Belgrado, registam-se confrontos ligeiros entre a polícia e manifestantes ■ No Paquistão, Benazir Bhutto defende que ocorreram fraudes durante as eleições, que o seu opositor Shabaz Sharif afirma ter vencido ■ O Papa João Paulo II recebe o primeiro-ministro israelita... ■ ...enquanto Yasser Arafat defende um papel activo da UE no processo de paz ■ Face à ofensiva dos rebeldes, o Zaire pede auxílio aos países aliados.

4
Terça-feira

Tribunal da Relação de Lisboa profere decisão no sentido de o Estado responder pela omissão de legislação sobre parques aquáticos ■ O ministro Ferro Rodrigues inaugura em Évora um centro de acolhimento de mulheres maltratadas ■ Governo búlgaro antecipa eleições para meados de Abril ■ Um decreto de Boris Ieltsin promove o ministro do Interior, Anatoli Kulikov, a vice-primeiro-ministro ■ Dois tremores de terra no Noroeste do Irão causam 38 mortos e 90 feridos.



plenário do Comité Central do PCP, de sábado e domingo passados, completou a estruturação do dispositivo da direcção partidária iniciada com as deliberações tomadas a respeito no XV Congresso.

Ao mesmo tempo, preparou, anunciou ou precisou um conjunto de importantes iniciativas políticas e ocupou-se das grandes direcções do trabalho de organização a que o partido vai dar prioridade nos próximos meses.

As deliberações do plenário do Comité Central apetrecham melhor e impulsionam todo o colectivo partidário para avançar de forma consistente na concretização das orientações e perspectivas do Congresso de Dezembro.

Muito significativamente, o comunicado da reunião, que o «Avante!» publica na íntegra, dedica o primeiro ponto a elencar as medidas e decisões essenciais que importa adoptar para que esta concretização se verifique.

Ao fazê-lo, o órgão máximo do PCP entre Congressos mostra que tem os olhos postos no país e na situação e problemas do nosso povo, mesmo quando aparentemente está só a tratar do reforço partidário.

Assim, «salienta ser indispensável que a firme intervenção do Partido, das suas organizações e militantes no processo de resistência e luta popular contra a política de direita do Governo do PS seja articulada com formas de expressão concreta do empenho construtivo do PCP na solução dos problemas nacionais e com a apresentação das suas propostas e projectos alternativos de uma política de esquerda».

Esta linha não constitui um voto piedoso, tem permanente expressão na actividade concreta do PCP e do seu Grupo Parlamentar e perpassa por todo o comunicado agora tornado público.

Sublinhe-se também que avançar na concretização das orientações saídas do Congresso significa intensificar a acção e a luta em todas as frentes fundamentais onde se decide o futuro dos portugueses.

A reunião de 1 e 2 de Fevereiro dedicou uma atenção muito especial ao «movimento de iniciativas e de lutas contra a política do Governo» sublinhando que ele constitui «um aspecto fundamental da situação política nacional».

Prevedo e incitando o desenvolvimento deste movimento particularmente no quadro das próximas negociações da contratação colectiva, onde não faltarão novas manobras do patronato, o Comité Central saudou as «acções combativas dos trabalhadores em defesa das 40 horas, pelo emprego, contra os salários em atraso» e garantiu que «o PCP lhes continuará a prestar activa solidariedade em defesa dos seus direitos».

Outra frente que mereceu a detida atenção do Comité Central foi a das eleições autárquicas, resultando do debate orientações muito precisas para as próximas semanas de actividade, nomeadamente: «o trabalho de escolha e de formação de listas»; a dinamização da CDU e o funcionamento das suas estruturas; a realização de um amplo trabalho de contacto com independentes; «a preparação e o planeamento de diferentes aspectos da pré-campanha»; o desmascaramento e o combate à instrumentalização, ao abuso do poder e ao uso indevido do aparelho de Estado pelo Governo para o favorecimento do PS nestas eleições.

Reveste especial importância política a convocação de uma Conferência Nacional do PCP sobre as Eleições Autárquicas para 12 de Abril e o lançamento de uma Campanha Nacional de Fundos, como contributo indispensável para uma campanha eleitoral bem sucedida.

As deliberações do plenário do Comité Central apetrecham melhor e impulsionam todo o colectivo partidário para avançar de forma consistente na concretização das orientações e perspectivas do Congresso de Dezembro.

O plenário da reunião do CC alertou vivamente para a gravidade do que se está a passar em torno da revisão da Constituição e para os perigos que dela podem resultar, designadamente no que respeita «à eventual perversão do sistema eleitoral».

O Comité Central chamou a atenção para o próximo debate na Assembleia da República sobre a interrupção voluntária da gravidez, fixado por iniciativa do PCP, para 20 de Fevereiro, para discutir um projecto do PCP e, por arrastamento, dois outros projectos de deputados do PS. Apelou ao mesmo tempo para a mobilização da opinião democrática para intervir em defesa de uma evolução progressista da legislação sobre o aborto e contrariar as campanhas históricas e reacçãoárias das forças que pretendem impedi-la e os expedientes da direcção do PS para chumbar os projectos que a asseguram.

A campanha de informação e esclarecimento contra a moeda única e por um referendo que dê a palavra ao povo português para pronunciar-se sobre a adesão de Portugal à União Económica e Monetária, foi outra matéria que esteve no centro dos trabalhos do Comité Central.

O comunicado da reunião insiste e desenvolve os argumentos dos comunistas contra a política do Governo neste domínio salientado entre outras razões que a moeda única «teria profundas e negativas consequências económicas e

sociais para o nosso país. Nomeadamente, no âmbito dos ritmos de crescimento económico, do aumento de desemprego, das restrições salariais e da degradação do sistema de segurança social.»

É preciso ter em conta, também, que, ao contrário do que a propaganda do PS e do PSD pretendem fazer crer, a moeda única não é um facto consumado e menos ainda a integração de Portugal no seu núcleo inicial, como pretende o Governo de Guterres.

Em diversos estados-membros da comunidade, incluindo os mais importantes, aprofunda-se a crise social e as massas populares levantam-se em greves e grandes manifestações contra as políticas de Maastricht, como se verificou há dias em Bruxelas, no coração da União Europeia.

Todas as sondagens revelam grande desconfiança e em vários casos oposição declarada dos povos da generalidade dos estados-membros à moeda única.

Por outro lado, a ideia de que o núcleo inicial do «euro» deve ser reservado aos países mais ricos, lançada há tempo atrás pelo ministro das Finanças da Holanda, o que provocou a indignação dos governantes do PS e de dirigentes do PSD, tem vindo a ser repetida por altos dirigentes alemães, sem que as autoridades portuguesas reajam de modo visível.

Em Portugal crescem também as apreensões e as oposições à moeda única, na medida em que se conhecem melhor as suas danosas consequências económicas e sociais e sobretudo as graves mutilações que dela resultariam para a soberania nacional e a própria independência das decisões políticas do nosso país.

Há, pois, boas condições para avançar com uma grande campanha contra a moeda única e para uma maciça recolha de assinaturas para o abaixo-assinado lançado por um conjunto de 63 personalidades destacadas da vida nacional, apresentado à imprensa na passada terça-feira.

Como muito bem se salienta no texto deste abaixo-assinado, «uma decisão tão crucial para o futuro colectivo, como é a passagem à moeda única, não pode ser decidida à revelia da vontade popular e da intervenção e participação do povo».

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^ª-A, 1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lz. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7^ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA 50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA 50 números: 13 300\$00	EXTRA-EUROPA 50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	— 50 números: 26 650\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Ou crês ou morres!

Os defensores da moeda única não olham a meios, nem hesitam em recorrer aos mais absurdos argumentos para «venderem» o seu inquietante produto.

A intensa campanha de propaganda em curso só confirma o reconhecimento do alto nível da relutância e da rejeição que lhe vota o nosso povo.

Nesta campanha, já vimos os deputados «europeus» do PS citarem a despropósito Fernando Pessoa. Ouvimos Guterres dizer tais maravilhas da moeda única que depois teve de explicar, por causa das suas «convicções», que afinal para ele o «euro não é o céu».

Também se têm multiplicado as tentativas intimidatórias no género de que se não aderissemos cairia sobre o país uma chuva de desgraças.

Os argumentos terroristas sobem entretanto de tom e começam a tornar-se num inquisitório: «ou crês ou morres!».

O «Expresso», do passado sábado, puxou para título do seu suplemento de economia uma frase, a este respeito, espectacular: «Sem o euro, a guerra é uma questão de tempo».

O autor da terrível profecia é o economista Ernâni Lopes, aquele que foi ministro das Finanças do governo do «bloco central» e que ficou célebre pelas mais drásticas medidas de «apertar-o-cinto» que se conheceram depois do 25 de Abril.

Pois este ex-ministro, que se dedica agora a empresas de risco, nem se preocupou muito em fundamentar tão arriscada como ameaçadora previsão. Perante a surpresa do jornalista que o entrevistava, limitou-se a alegar com frieza que a guerra «faz parte dos instrumentos normais de utilização na política dos Estados» e que os 15 séculos de conflitos e guerras na Europa só foram interrompidos pelos 50 anos de integração europeia.

A estas alegações apetece responder de duas maneiras: a primeira, que a existência de uma moeda única nos Estados Unidos não impediu uma guerra civil longa e brutal; a segunda, que os 50 anos de paz relativa na Europa aconteceram fora da experiência da moeda única, não se sabendo que novos conflitos esta engendraria se viesse a vigorar.

Mas mais importante do que isto é indagar que objectivo é que se pretende com a moeda única que só tem como alternativa a guerra?

A resposta parece evidente: para este bem informado economista a moeda única pretende garantir o domínio económico e político de um grande estado ou de grandes estados membros da União Europeia sobre os restantes.

Ora isto confirma uma das razões fundamentais dos opositores à moeda única.

Para estes, no entanto, ao contrário do que acontece com Ernâni Lopes, a submissão não é inevitável.

Mas é urgente intensificar todo o trabalho de esclarecimento sobre as consequências negativas que a moeda única traria ao nosso país: no plano da mutilação de soberania e independência nacionais, da perda de poder político, do agravamento da dependência económica, da maior degradação social e da descaracterização cultural.

A luta por um referendo que dê a palavra ao nosso povo é a melhor resposta ao argumento do «ou crês ou morres» que nos querem impor no processo de integração e no debate político no nosso próprio país.

■ Carlos Brito

Excedentes

«Corremos o risco de estar a produzir mais cereais do que aquilo a que temos direito - e ninguém nos avisou.» Com estas queixas exigiu a CAP na passada 3ª feira a demissão do Ministro da Agricultura, responsabilizando-o pelas penalizações nas sementeiras (5 milhões de contos).

Produzirem mais do que a União Europeia os autoriza... Mas... será crime? A produção agrícola portuguesa não fornece menos de metade do consumo nacional?

É verdade. Mas o mercado capitalista está afogado em «excedentes».

Como alertava há dias o DN: «Produção mundial excedente enche celeiros de trigo. Há mais de 113 milhões de toneladas que as necessidades da procura.»

Excedentes: uma dor de cabeça dos gestores da economia na fase actual. «Excedentes» de trigo, de carne, de leite, de manteiga...

Mas... não é verdade que «700 milhões de seres humanos sofrem ou morrem de fome»?

Também é verdade que «são insolventes»: não podem pagar. Por isso, não «existem», para o mercado (capitalista). Que, para dar a volta ao problema, manda para as urtigas a «liberdade do mercado» contingenciando a produção. Os agricultores portugueses vão produzir acima da cota? Pagarão por isso! O trigo «excedentário» - da UE e dos EUA - tem de encontrar mercados, solventes, que paguem. Incluindo, claro, em Portugal.

Este capitalismo tardio está produzindo também outra categoria de «excedentes»: os trabalhadores.

«Desemprego aumenta na Europa» alertava o «Expresso» de 28/12. Na Europa Comunitária os desempregados totais já rondam os 20 milhões. Nos países da OCDE subiu de 10 milhões em 1970 para 35 milhões em 1995.

No quadro das motivações e condições de funcionamento da economia capitalista, com uma produção servida por motores e dotada de tecnologias informatizadas, esses trabalhadores «estão a mais». São tratados como peças obsoletas e descartáveis da economia.

Em nome da «modernidade», não têm futuro.

Promessas e enganos tentam mascarar a situação.

«Combate ao desemprego é o grande objectivo da UE - depois de 1999»... anunciava há dias o «Público» a toda a largura da 1ª página. E, no dia seguinte, a Ministra do Emprego anunciava (mais) um «programa de apoio à inserção profissional de jovens». (Nos centros de emprego estão inscritos mais de 120 mil jovens, 20 mil dos quais licenciados.) Não têm lugar no «mercado».

Mas será uma fatalidade inevitável essa «modernidade» alvoraçadamente apresentada como «o fim da História»?

O DN comentou - para apresentar muitas apreensões - as notícias (que o jornal se «esquecera» de dar) sobre «a gigantesca manifestação - na capital belga, em que se protestava contra a insegurança no emprego e se reclamavam medidas de combate às crescentes ameaças à qualidade de vida das populações - tudo isto enquadrado por enormes cartazes de Marx e Lenin». (DN/4-2-97).

Ninguém pode garantir que a História venha a favorecer espontaneamente os explorados e expoliados. Legítimo é pensar que os predadores se esforçarão, também no futuro, para conformar o mundo segundo os seus interesses. Imperioso, pois, é encontrar as formas mais eficazes de intervir na História, a fim de reverter essa tendência.

Esse é o propósito que nos motiva.

■ Aurélio Santos

13 anos depois

Acordando de um curioso sono de treze anos, voltam, a propósito da questão do aborto, a ouvir-se na sociedade portuguesa as mesmas vozes e palavras prisioneiras de um dogmatismo sem fim, de uma intolerância agora retocada e maquilhada mas velha de séculos, de uma longa experiência histórica de agressão e coacção sobre as consciências. Com pena e tristeza o dizemos, mas a verdade é que a serenidade e o sentido de responsabilidade de que nos reclamamos não podem ser confundidos com intimidação ou cobardia.

Sem «nuances», prudência ou sombra de dúvida, atiram palavras que são balas de efeito duradouro e estilhaços múltiplos, género «o aborto voluntário é sempre a supressão criminosa de uma vida humana». Os tempos modernos não lhes permitem explicitar a seguir a correspondente qualificação de

quem pratica a tal «supressão criminosa». Mais: os tempos modernos obrigam-nos mesmo a fazer umas juras de «compreensão» pelas tragédias vividas pelas mulheres que recorrem ao aborto. Mas, porque as palavras dizem o que dizem, a violência da acusação implícita continuará a fazer o seu caminho injusto.

Apresentam-se como proprietários exclusivos dos valores da vida e do «direito à vida». E nem sequer se dão conta de que ainda hoje vivem o absurdo de, em princípio, deverem respeito a um documento onde, para certos casos, se legitima a pena de morte. Como não se dão conta do absurdo de hostilizarem o uso do preservativo como meio de procurar evitar a trágica supressão de vidas humanas pela SIDA. Proclamam agora que o aborto clandestino deve ser exclusivamente enfrentado pela adopção de

«medidas sociais, familiares, morais e culturais que lhe combatam as causas», mas em termos de contracepção e planeamento familiar ainda não conseguiram ir mais além que a abstinência ou o método das temperaturas.

Falam muito de «consciência», mas a sua verdadeira batalha não é no terreno que ninguém lhes contestaria que ocupassem, isto é, o terreno da defesa de valores ou concepções que ganhasse naturalmente o assentimento dos cidadãos, em escolhas pessoais, livres e soberanas. O seu verdadeiro combate é para que as leis do Estado continuem a impor coercivamente as suas concepções e opções a quem tem concepções ou opções diferentes. O seu concreto combate é para que o artº 139 do Código Penal continue a consagrar uma pena de prisão até três anos para as mulheres (na sua imensa

maioria católicas) que interrompam voluntariamente a gravidez fora das limitadíssimas situações admitidas pela legislação de 1984. e que se pudessem também riscar o mapa, tal como gostariam de ter feito em 1974 com o divórcio, não fosse o caso de ainda estarem defensivamente atarantados com o 25 de Abril.

Os títulos dos jornais falam da sua «guerra ao aborto» e da «revolta cristã contra o aborto» mas, em boa verdade, só pelejam contra a realização do aborto em condições de segurança médica e legalidade, pois passam anos e anos - décadas! - convivendo silenciosa e cúmplice com o drama social e individual do aborto clandestino, sem nenhum impulso para manifestações, abaixo-assinados ou gritos de revolta.

■ Vítor Dias

CIA, NATO e terrorismo

Entre finais dos anos 60 e inícios dos anos 80, viveu-se em Itália um período de mortíferos atentados terroristas que vitimaram centenas de vidas. Através de bombas em bancos, comboios, estações, manifestações sindicais, o terrorismo visou desestabilizar um país que conheceu, nesse mesmo período, um extraordinário movimento de massas (operário, estudantil, popular) com reflexos políticos que levaram o então Partido Comunista Italiano à beira de chegar ao poder por via eleitoral. A «Estratégia da Tensão» - como ficou conhecido esse processo subversivo - foi um complot com ramificações complexas e muito vastas, no qual participaram sectores do aparelho de Estado, fascistas (neo e paleo), serviços secretos (italianos e estrangeiros), terroristas (de «extrema-esquerda» e de extrema-direita), mafiosos e outros criminosos de delito comum. Mas desde o início que foi evidente existir uma coordenação por detrás desta enorme «teia de aranha» subversiva, cujo objectivo central era o de impedir que a Itália - pela vontade livremente expressa do seu povo - empreendesse transformações socioeconómicas de carácter progressista.

Os factos por detrás desta conclusão dariam (e já deram) para encher muitos livros e milhares de páginas. Interessante é o facto de que começam agora também a figurar em documentos oficiais. Num relatório (publicado em 12.12.96 pelo jornal do Partido da Refundação Comunista italiano) da Divisão Operacional Especial dos Carabinieri - a GNR italiana - reconstitui-se parcialmente a estrutura da CIA no Norte de Itália e as suas ligações com os terroristas fascistas. Afirma-se logo de início que «no âmbito das investigações (...) surgiram uma série de factos que induzem a hipótese duma ligação de organizações de intelligence [Serviços Secretos - N.T.] estrangeiras numa operação de infiltração dos grupos de extrema direita italianos, com objectivos aparentemente não exclusivamente informativos». O Relatório afirma que «o mais provável é terem existido duas diferentes redes de espionagem, uma com maior projecção operacional do que a outra». E faz questão de explicitar que «opta-se por falar de redes CIA-NATO», e não apenas da CIA, uma vez que os comandos americanos dessas redes (cujos nomes são indicados no Relatório) eram militares sediados nas bases americanas da NATO existentes em Itália. Este Relatório, que se enquadra nas investigações aos atentados conduzidas pelo juiz Guido Salvini, e que deverá ser utilizado em Tribunal ainda este ano, baseia-se, entre outras fontes, nas declarações de vários elementos italianos das referidas redes.

A história completa dos anos de terror em Itália está ainda por escrever. Mas é inquestionável que para o Império norte-americano a «doutrina da soberania limitada» não se aplica apenas à coutada latino-americana. Quando os inúmeros mecanismos de controlo sociais, económicos, políticos, culturais e ideológicos das sociedades de classes não chegam para impedir o ascenso (não importa se por via eleitoral) de movimentos progressistas de transformação social (ou até de meros «desafios» ao domínio imperial), o imperialismo recorre invariavelmente à desestabilização económica e política e ao uso da força e do terror. Foi o que se passou na Indonésia, no Chile, na Nicarágua, em Angola e em Itália - para referir apenas alguns exemplos e para não recuar mais no tempo. Mas o regime fascista de Salazar foi membro fundador da NATO. E durante os 26 anos que decorreram desde essa data até ao 25 de Abril, nunca houve «redes CIA-NATO» para desestabilizar, subverter e derrubar a ditadura portuguesa. Pelo contrário. Houve apoios e conluio. A subversão veio após a queda do fascismo.

É natural que estes factos Politicamente Incorrec-tos não cheguem às manchetes dos grandes meios de comunicação social do nosso país. Mas isso não altera a realidade da História. Que urge conhecer, para compreender o nosso passado, o nosso presente e o nosso futuro.

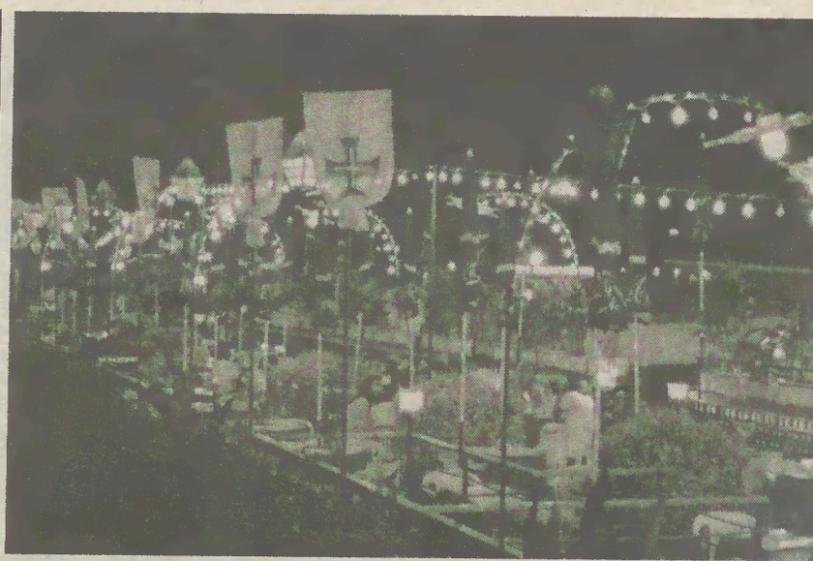
■ Jorge Cadima



Conselho de Segurança condena UNITA

Conselho de Segurança da ONU responsabiliza a UNITA pelo adiamento na formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) em Angola. A admoestação foi formalizada pelo Conselho de Segurança em conformidade com uma proposta apresentada pela *troika* de países que medeiam o processo angolano - EUA, Portugal e Rússia -, tendo sido lida pelo presidente do Conselho, o japonês Hisashi Owada. O Conselho de Segurança «expressa a sua profunda preocupação pelo atraso na formação» do GURN «em

resultado de a UNITA não ter cumprido os prazos», ao mesmo tempo que adverte o movimento de Jonas Savimbi que este «concordou em assegurar que todos os seus participantes no GURN e todos os seus deputados na Assembleia Nacional estarão presentes em Luanda a 12 de Fevereiro». Até ao momento, a única resposta que se conhece por parte da UNITA a esta severa advertência da ONU é a sua inesperada e completamente deslocada «exigência» de se mudar o hino e a bandeira da República Popular de Angola.

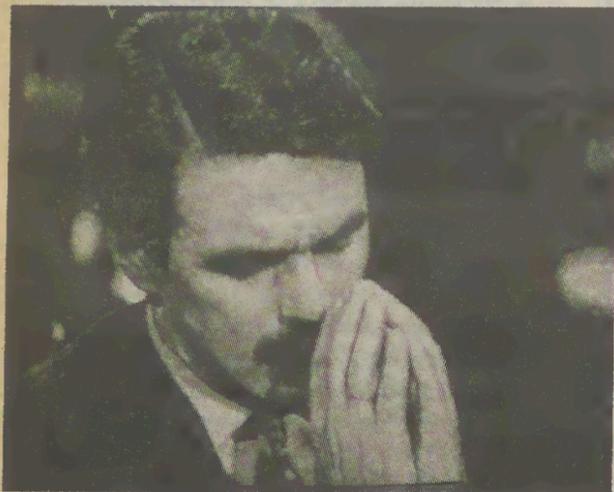


Dívidas sem controlo no governo da Madeira

Segundo apurou um grupo de trabalho nomeado pelo Ministro das Finanças, Sousa Franco, a dívida total do Governo Regional da Madeira ascendia a 169,9 milhões de contos em 1995, o que corresponde a um agravamento crescente e substancial: de 1989 a 1995 as despesas efectivas cresceram 86,3 milhões de contos, a que corresponde um crescimento médio anual à taxa de 17,7% e real de 9,9%. A comissão averi-

guou que tal agravamento se deve ao aumento das despesas correntes e não é imputável ao aumento dos encargos com a dívida pública regional (resultante de empréstimos sucessivos contraídos na banca), dado que o Governo da República suporta 50% de tais encargos. Assim, segundo concluiu a comissão, o crescimento das despesas correntes do Governo Regional da Madeira reflecte, sobretudo, o agravamento das

despesas com pessoal, que têm subido de forma vertiginosa: a uma taxa anual real de 17,2%. Isto apesar dos compromissos assumidos pelo executivo chefiado por Alberto João Jardim em respeitar, num programa de recuperação financeira da Região estabelecido com o Governo de Cavaco Silva, em não ultrapassar o aumento das despesas correntes sem juros para além de um crescimento real máximo de um por cento.



Espanha altera plano hidrológico

O Ministério do Ambiente espanhol anuncia que vai remodelar o Plano Hidrológico que foi concebido pelos executivos do PSOE chefiados por Felipe Gonzalez. O elemento mais significativo desta remodelação agora anunciada é a renúncia, por parte de Espanha, da ligação de todas as bacias hidrográficas através de um sistema de transvases que iriam afectar seriamente tanto o equilíbrio ecológico e ambiental das bacias como o trânsito, a quantidade e a qualidade das águas que correm para Portugal

através dos rios internacionais do Douro, Tejo e Guadiana. O novo plano prevê, assim, a redução do número de barragens e transferências de água entre rios, que estava previsto no anterior plano do Governo do PSOE. «Nenhuma obra hidráulica será feita sem que se tenha avaliado, desde o primeiro momento, o seu impacte ambiental», garantiu Benigno Branco, secretário de Estado das Águas e Costas. O Governo português, através da ministra do Ambiente, afirmou entretanto ao *Diá-*

rio de Notícias que as negociações sobre o novo convénio sobre rios internacionais «têm a bola do lado espanhol, que está a apreciar a nossa proposta».

Escândalo na Alemanha com reformas a ex-nazis

Está a causar grande escândalo na Alemanha a denúncia, num programa de televisão transmitido pela NDR, do pagamento de pensões de guerra a milhares de antigos nazis ou

familiares por parte do Governo de Helmut Kohl. Aos primeiros protestos das associações de judeus e de organizações dos direitos humanos juntou-se agora a oposição par-

lamentar ao Governo de Helmut Kohl, com o chefe da bancada parlamentar social-democrata, Otto Schilly, a afirmar que, para além da humilhação que tal procedimento

representa para as vítimas do Holocausto, «acresce ainda a circunstância de não ser admissível que os contribuintes alemães tenham pago ao longo dos últimos anos milhões de marcos a nazis e criminosos de guerra». A situação é particularmente chocante quando comparada com a sanha persecutória que tem movido o Governo de Helmut Kohl e a magistratura alemã contra cidadãos da ex-RDA, baseada apenas em motivações ideológicas e sem tomar em linha de conta nem o passado antinazi de muitos desses cidadãos, nem o facto de terem pertencido a outro país.

Ricos da União Europeia em concorrência desleal

Segundo um relatório encomendado pela União Europeia (EU), os países mais ricos da União estão beneficiar com ajudas estatais alguns dos seus sectores económicos, distorcendo a concorrência e aumentando o fosso entre ricos e pobres. Segundo este documento da EU, o saldo dos apoios estatais por habitante é favorável aos países de maior dimensão, como a Alemanha e a França, onde tais ajudas são frequentes e volumosas. É o caso de alguns investimentos públicos nesses países, como as ajudas concedidas

aos novos estados alemães ou o ambicioso plano têxtil francês. O ministro da Economia português, Augusto Mateus, reuniu-se com o comissário responsável pela concorrência, Karel van Miert, que afirmou partilhar as preocupações expressas pelo governante português nesta matéria. O responsável português exortou a Comissão a fazer uma análise global do problema, à escala europeia, deixando os países menos prósperos de mãos livres para se defenderem da concorrência desleal.

FRASES

“O “flic-flac” do PS em matéria do referendo sobre o aborto é notícia. O PS mostra mais uma vez que toma as suas decisões políticas a partir de impulsos externos, particularmente dos impulsos do PSD.”

(João Amaral, «Jornal de Notícias», 03.02.97)

“Embora seja legalmente possível a reabertura do processo, não seria correcto ser repescado, depois de não ter tido o apoio claro e inequívoco de 2/3 dos deputados.”

(Luís Silveira, Procurador-Geral adjunto, candidato proposto pelo PS para a Comissão de Fiscalização do SIS, «Expresso», 01.02.97)

“Fui traído por Gomes da Silva.”

(Hermínio Martinho, ex-líder do PRD e actual candidato do PSD à Câmara de Santarém, «Semanário», 01.02.97)

“Sendo tantas e tão rigorosas as restrições orçamentais impostas com o argumento da moeda única, estranho seria que o Governo apadrinhasse um aumento especial para os políticos.”

(Fernando Madrinha, «Página Dois», «Expresso», 01.02.97)

“Tenho medo de falhar porque o sucesso é efémero. Sou um bocado estragadão. Estou a pensar investir. Abri agora uma loja de animais.”

(João Baião, «O Diabo», 04.02.97)

“Mantenho a coordenação das finanças do PS.”

(Torres Campos, sucessor de Cardoso e Cunha na Expo-98, «Público», 02.02.97)

“O PS não pode ficar nos braços da direita. O Governo não pode deixar a esquerda toda ao PCP.”

(Carlos Magno, comentador «TSF», 03.02.97)

“O Governo começa a entrar numa penumbra crítica.”

(Leonel Moura, «A Capital», 02.02.97)

“Governo ainda tem uma grande credibilidade.”

(Ferro Rodrigues, «Expresso», 01.02.97)

“O futebol tira votos.”

(Rui Rio, Secretário-Geral do PSD, «Independente», 31.01.97)

“O que precisamos é de gente com carácter para estar dentro do campo.”

(Toni, Director Técnico do S.L. Benfica, a propósito da saída de Donizete, citado nos diários desportivos, 04.02.97)

Reuniu o Comité Central do PCP

No passado fim-de-semana, o PCP reuniu o seu Comité Central. Na reunião, que decorreu nos dias 1 e 2 de Fevereiro, o Comité Central debateu e deliberou sobre questões da organização e estruturação do trabalho de direcção - tendo aprovado uma Resolução sobre essa matéria -, e analisou a situação política nacional e as tarefas prioritárias do Partido no ano em curso. Para além da nota informativa sobre a composição dos diversos organismos de Direcção Central e respectivas responsabilidades, o Comité Central divulgou as conclusões tiradas da análise feita à situação política nacional, documentos que transcrevemos.



Grandes iniciativas para 1997

1

O Comité Central destaca a grande importância e necessidade de a todos os níveis de responsabilidade e nas mais diversas esferas de intervenção das organizações e dos militantes do Partido, desenvolverem um grande esforço para se **avancar na concretização das orientações e perspectivas apontadas pelo XV Congresso.**

Entre muitos outros aspectos, é essencial a adopção de medidas e decisões visando reforçar, ampliar e rejuvenescer as fileiras do Partido; fortalecer e renovar os organismos; favorecer a intensificação da militância e a dinamização da vida partidária; mobilizar e aproveitar melhor as energias e capacidades existentes no colectivo partidário; aprofundar e desenvolver o diálogo e a acção comum com outros sectores democráticos e de esquerda e cidadãos independentes; ampliar e melhorar a prontidão e eficácia da resposta política e da presença e intervenção do Partido designadamente em relação às lutas de massas e aos problemas mais sentidos pelos trabalhadores e pela população.

O Comité Central salienta ser indispensável que a firme intervenção do Partido, das suas organizações e militantes no processo de resistência e luta popular contra a política de direita do Governo do PS seja articulada com formas de expressão concreta do empenho construtivo do PCP na solução dos problemas nacionais e com a apresentação das suas propostas e projecto alternativos de uma política de esquerda.

2

O Comité Central constata que a acção e a prática do Governo do PS confirmam que **as grandes opções e o essencial da política governativa do PS e de António Guterres se não afastam, antes se identificam cada vez mais com as que foram conduzidas pelos Governos do PSD e de Cavaco Silva.**

O discurso governamental de que, no âmbito económico, tudo corre no melhor dos mundos, já se não distingue do discurso do «oásis» do PSD. Mas, hoje como ontem, o que fundamentalmente ressalta da evolução económica é que a estrutura produtiva nacional continua a definhar, que persistem as dificuldades de muitas empresas e o investimento empresarial decresce ou estagna, que prossegue a política do «escudo caro» e que, em grande parte por isso, aumentam as dificuldades da produção nacional na competição com produções estrangeiras, quer no mercado interno quer no exterior. Realidades básicas e essenciais que os efeitos conjunturais decorrentes de dois ou três grandes empreendimentos públicos não permitem escamotear.

Do mesmo modo que o Governo do PS prossegue e acelera o nefasto processo de privatizações de empresas públicas, delapidando o património público, agravando a dependência económica nacional, promovendo os despedimentos e o desemprego, violando direitos dos trabalhadores e beneficiando o grande capital nacional e transnacional.

No âmbito da União Europeia, e em particular na fuga em frente para a Moeda Única que põe em causa os interesses e soberania nacionais, os princípios, as orientações, as prioridades e as práticas do Governo do PS são a imagem reflexa das que foram definidas e desenvolvidas pelo PSD. De tal modo a identificação é total e completa que é agora o próprio PSD que procura, a todo o custo, inventar nuances que aparentem a sua demarcação dessa opção do Governo do PS e que lhe permitam desresponsabilizar-se das suas desastrosas consequências.

O discurso da «solidariedade» e da «preocupação com as pessoas» é desmentido diariamente. Com os elevados e injustificados aumentos de preços de bens e serviços essenciais que, só por si, praticamente consomem as irrisórias actualizações das pensões e reformas e do salário mínimo. Com a tentativa de definição de normas salariais que a serem aplicadas constituiriam um autêntico congelamento ou redução dos salários reais. Com a permanência dos socialmente insuportáveis níveis de desemprego. Com a completa sintonia, cada vez mais comprovada pelos factos, entre as posições do Governo do PS e da CIP em matéria laboral. Sintonia revelada no «Acordo de Concertação Estratégica» e brutalmente demonstrada na interpretação e aplicação dos horários de trabalho decorrentes da lei da flexibilidade e polivalência.

Tal como o seu Governo, igualmente o PS e o seu Grupo Parlamentar mostram uma enorme ausência de vontade política para se demarcarem do PSD nas questões fundamentais. Antes persistem na via das aproximações e dos «negócios» acordados na penumbra dos gabinetes. Tal como agora se registou em relação à composição do chamado Conselho de Fiscalização do SIS. Mas também, por exemplo, nas cedências ao PSD, que comprometem a concretização da Regionalização e no que respeita à Revisão Constitucional.

O Comité Central considera aliás da maior gravidade o que se está a passar no âmbito da Revisão Constitucional. Há mês e meio que a Comissão Eventual de Revisão tem os seus trabalhos paralisados. Não porque o processo de Revisão tenha sido suspenso ou cancelado. Mas porque o PS retirou o processo da sua sede própria, da Comissão Eventual - cujas reuniões são abertas e em que participam todos os Grupos Parlamentares - transferindo-o para os bastidores, para o negócio a dois e secreto com o PSD.

Para além do carácter negativo das alterações constitucionais que estejam a ser negociadas entre o PS e o PSD, designadamente no que respeita à eventual perversão do sistema eleitoral, o Comité Central chama a atenção, e condena, a falta de democracia e a violação dos princípios constitucionais e institucionais que, mais uma vez, o PS protagoniza de braço dado com o PSD.

Desmentindo as numerosas declarações e compromissos publicamente assumidos pelo PS. E confirmando a razão de ser dos alertas que o PCP atempadamente fez.

São estas e outras identificações das políticas governativas e das orientações e práticas do PS com as do PSD, que tornam perfeitamente natural e justificado que se evidenciem crescentemente na sociedade o desencanto e descontentamento de muitos e muitos portugueses, e em particular dos trabalhadores, que cada vez mais se sentem defraudados nas suas legítimas aspirações a uma mudança de política. E que se sentem enganados pelas promessas de um PS que, no Governo, as esquece e se recusa a honrar os compromissos que assumiu com os eleitores portugueses.

3

O Comité Central salienta que o expressivo e combativo **movimento de iniciativas e de lutas contra a política do Governo** enfeudada aos interesses do grande capital que se vem afirmando e desenvolvendo nos últimos meses constitui um aspecto fundamental da situação política-nacional. E representa uma séria derrota da esperança que o PS depositava em que a política de direita, desde que prosseguida pela seu Governo, beneficiasse de uma resignação geral.

Num quadro muito vasto de múltiplas formas de protesto, intervenção e luta que abrange populações e diversos sectores sociais e profissionais, constituem exemplos de grande determinação a concentração e desfile de activistas sindicais e trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal realizado em 19 de Dezembro, as lutas e acções dos pescadores, dos trabalhadores da Função Pública com vínculos precários, dos ferroviários, dos agricultores, bem como as lutas dos trabalhadores de numerosas empresas e sectores pela redução do horário de trabalho, por melhores salários, contra os despedimentos e o encerramento de empresas.

Neste contexto de claro ascenso do descontentamento e da luta populares assume especial destaque a notável luta dos trabalhadores dos têxteis, vestuário e calçado, pela redução efectiva do horário normal de trabalho para as 40 horas (mantendo a integração das pausas e intervalos entre turnos na contagem desse horário) e contra as interpretações arbitrárias da lei que o patronato e o Governo, com o apoio da UGT, pretendem ilegítimamente impor.

As greves, plénários, concentrações marchas e a manifestação realizada em Lisboa exprimiram uma profunda indignação com a fraude que o Governo do PS pretende praticar e uma forte afirmação da atitude combativa dos trabalhadores dos têxteis e vestuário em defesa de horários de trabalho dignificados. Simultaneamente, outros trabalhadores dos sectores do calçado, da metalurgia e das indústrias eléctricas alcançaram pela luta a redução do horário semanal de trabalho obrigando o patronato a recuar e fazendo fracassar as aplicações discricionárias da lei.

O Comité Central saúda estas acções combativas dos trabalhadores em defesa das 40 horas, pelo emprego, contra os salários em atraso, garantindo que, quer na sua acção política geral quer através das iniciativas do seu Grupo Parlamentar, o PCP lhes continuará a prestar activa solidariedade em defesa dos seus direitos.

O Comité Central alerta ainda para o facto de, a curto prazo, no âmbito das negociações da contratação colectiva, poder surgir uma nova ofensiva das associações patronais centrada sobre a organização do tempo de trabalho e a polivalência de funções.

O Comité Central chama a atenção para que o chamado «Acordo de Concertação Estratégica», particularmente no que se refere a novas alterações da legislação laboral e às concepções neocorporativas que dele decorrem representa mais uma ameaça para os direitos dos trabalhadores, a exigir esclarecimento mas simultaneamente a exigir uma redobrada acção reivindicativa a nível das empresas e dos sectores.

O Comité Central salienta que, em correspondência com as preocupações e aspirações dos trabalhadores, é indispensável que ganhe um novo impulso a luta por melhores salários, pelo emprego, contra a precarização e pelos direitos sociais.

4

Sem prejuízo das extensas e diversificadas responsabilidades que o PCP terá de continuar a assumir na vida nacional, o Comité Central considera que, no ano em curso, a par do objectivo do **reforço orgânico do Partido**, é necessária uma especial concentração de atenções e energias nas tarefas do reforço do **papel do Partido no apoio à dinamização da luta de massas, da sua crescente afirmação como pólo aglutinador de valores e aspirações de esquerda e da preparação das eleições autárquicas.**



Reuniu o Comité Central do PCP

Em relação às eleições autárquicas, a realizar em Dezembro deste ano, ao mesmo tempo que regista o trabalho já realizado, designadamente na apresentação de candidaturas e dos anúncios que estão previstos, bem como nas iniciativas de informação à população sobre o trabalho realizado e a actividade desenvolvida, o Comité Central considera necessário, nas próximas semanas, generalizar o trabalho de escolha das candidaturas e de formação de listas, conjugando a experiência com a renovação, com critérios de honestidade e competência; dinamizar a CDU e o funcionamento das suas estruturas e procurar o seu alargamento; desenvolver um amplo trabalho de contactos com independentes; intensificar a preparação e planeamento de diferentes aspectos da pré-campanha e a eventual criação de estruturas específicas para esta batalha eleitoral; combater a instrumentalização e o abuso do poder e do aparelho de Estado pelo Governo e por diferentes níveis da Administração Pública.

Tendo em vista aprofundar a reflexão sobre a intervenção no poder local e as orientações para a próxima campanha eleitoral, o Comité Central decidiu igualmente convocar uma **Conferência Nacional do PCP sobre as Eleições Autárquicas de 1997, a realizar em 12 de Abril, em Palmela**, delegando na Comissão Política e no Secretariado a tomada de decisões necessárias à sua preparação, organização e funcionamento.

O Comité Central decidiu lançar uma **Campanha Nacional de Fundos** extraordinária com o objectivo de recolher 200 mil contos até ao final deste ano, como contributo para reunir os recursos indispensáveis a uma ampla, empenhada e bem sucedida campanha eleitoral.

O Comité Central exprime a sua forte convicção de que está inteiramente ao alcance da CDU reforçar votações, mandatos e maiorias nas próximas eleições autárquicas, o que teria também reflexos muito positivos para a evolução futura da situação política nacional.

O Comité Central salienta de igual modo que os êxitos e progressos que o Partido alcançar no combate à política de direita (executada pelo Governo do PS e apoiada de facto pelo PSD e pelo PP) serão uma importante contribuição para o êxito da CDU nas eleições autárquicas.

5

No plano da intervenção na actual conjuntura política, o Comité Central destaca a importância da **campanha de informação e esclarecimento que, abrangendo um vasto e articulado conjunto de iniciativas e acções, o PCP se propõe desenvolver nos próximos meses contra a moeda única, em defesa do emprego, dos direitos sociais e da soberania nacional, e pela realização de um referendo através do qual o povo português possa pronunciar-se sobre a participação de Portugal na moeda única.**

A moeda única, assente em orientações de políticas monetária e cambial únicas de natureza neoliberal e impondo políticas orçamentais restritivas, teria profundas e negativas consequências económicas e sociais para o nosso país. Nomeadamente no âmbito dos ritmos de crescimento económico, do aumento do desemprego, das restrições salariais e da degradação do sistema de segurança social.

O Comité Central reafirma que seria politicamente irresponsável e democraticamente intolerável que a opção pela participação de Portugal na moeda única, opção que necessária e inofensivamente condicionaria de forma duradoura o futuro do País, pudessem vir a concretizar-se por directórios governamentais ou partidários, à margem do cabal esclarecimento dos portugueses e sem que ao povo português fosse dada a possibilidade de se pronunciar e decidir sobre o seu próprio destino.

6

Estando agendado para o próximo dia 20 o debate na Assembleia da República do projecto de lei do PCP sobre **interrupção voluntária da gravidez** apresentado em Julho de 1996 (bem como de outros projectos posteriormente apresentados), o Comité Central apela a uma vasta mobilização da opinião democrática e de todos os portugueses e portuguesas que compreendem que o alargamento dos fundamentos para a realização do aborto em condições de legalidade e segurança médica é indispensável para combater o flagelo social do aborto clandestino, para proteger a saúde das mulheres e para favorecer uma maternidade consciente e responsável.

Esta mobilização é tanto mais necessária quanto parece ser certo que sectores conservadores e reaccionários se dispõem a desencadear de novo campanhas de demagogia, deturpação e terrorismo verbal em torno de uma questão que reclama serenidade, tolerância e sentido de responsabilidade.

É também necessária porque a recente declaração da direcção do Grupo Parlamentar do PS manifestando a intenção de suscitar uma iniciativa de referendo se a Assembleia aprovar inovações à legislação em vigor (mas não anunciando semelhante intenção caso a AR rejeite os projectos em debate) indicia claramente que o **Secretário-Geral do PS e a direcção do seu Grupo Parlamentar (contando com os votos do PSD e o PP) apostam na rejeição dos projectos, incluindo do que foi subscrito por 54 deputados do seu partido.**

7

O Comité Central debateu e aprovou as linhas gerais do **calendário de iniciativas do Partido em 1997** as quais, tanto a

nível central como das organizações regionais, perspectivavam uma intensa, dinâmica e diversificada intervenção do Partido.

Desse conjunto, o Comité Central destaca desde já os grandes comícios comemorativos do 76º aniversário do PCP (a realizar no Porto em 1 de Março e em Lisboa em 7 de Março), o Comício Internacional - Pelo emprego com direitos, por uma Europa de progresso social, paz e cooperação - a realizar em 24 de Maio, no Campo Pequeno em Lisboa, com a participação de numerosos partidos comunistas e outras forças de esquerda da Europa, a Festa do Avante a realizar em 5, 6 e 7 de Setembro.

O Comité Central sublinha a especial importância de as próximas comemorações do Dia Internacional da Mulher (de cujo programa se destaca a manifestação a realizar em Lisboa em 8 de Março), do 25 de Abril e do 1º de Maio constituírem uma forte afirmação dos ideais e valores democráticos e progressistas e da luta pelos interesses e direitos dos trabalhadores e do povo português.

8

O Comité Central exprime uma profunda preocupação com o errado e perigoso rumo imposto ao país pela continuação, através do Governo do PS, da política de direita e que, como se está a ver, não só não abre qualquer processo ou perspectiva séria de solução dos problemas de fundo da sociedade portuguesa, como tenderá a agravá-los consideravelmente.



Mas manifesta também a sólida confiança que anima o PCP e os comunistas portugueses de que pela resistência, pela luta, pela audaciosa afirmação das propostas para uma alternativa inspirada por valores de esquerda e por uma intervenção activa dos cidadãos em defesa dos seus interesses e aspirações a uma nova política, acabará por ser alcançada a viragem política de que Portugal precisa.

Fortalecido pelas orientações e decisões do seu XV Congresso, o PCP propõe-se ampliar o seu papel como grande força da democracia portuguesa e como grande animador de um valioso projecto de democracia, desenvolvimento, bem-estar, progresso e justiça social e independência nacional.

A ampliação da influência social, política e eleitoral do PCP é a grande alternativa para evitar que a progressiva desilusão com o PS venha a desembocar numa futura reabilitação eleitoral da direita e no seu regresso ao poder.

Um PCP mais forte é, de facto, a melhor garantia de um novo rumo para Portugal.

Direcção Central distribui competências

1 - Na sua reunião de 1 e 2 de Fevereiro, o Comité Central debateu orientações e medidas no sentido de concretizar decisões do XV Congresso, aprovou uma resolução sobre a organização da Direcção Central.

2 - O Comité Central, no âmbito das suas competências estatutárias, ratificou a composição da Comissão Central de Quadros e da Comissão Administrativa e Financeira, apresentada por proposta conjunta do Secretariado e da Comissão Central de Controlo.

A Comissão Central de Quadros é composta por **Albano Nunes, Aurélio Santos, José Vitoriano, Luísa Araújo, Maria da Piedade Morgadinho e Maria Rosa Rabiais.**

A Comissão Administrativa e Financeira é composta por **Carlos Costa, Henrique Sousa, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Octávio Pato e Virgílio Azevedo.**

3 - O Comité Central tomou conhecimento das medidas de direcção já decididas e da distribuição de tarefas e responsabilidades ao nível dos organismos executivos e Direcções Regionais e que nos seus aspectos fundamentais são os seguintes:

- A nível da Comissão Política são responsáveis por Direcções Regionais: **Emídio Ribeiro** (Porto); **Sérgio Teixeira** (Coimbra); **José Casanova** (Santarém); **António Andrez** (Lisboa); **Jorge Pires** (Setúbal); **Carlos Luís Figueira** (Algarve); **Luís Sá** (Açores e Madeira); **Fernanda Mateus** (Leiria); **António Lopes** (Bragança, Vila Real, Braga e Viana do Castelo); **José Soeiro** é responsável pelo Organismo Inter-Regional do Alentejo e **Sérgio Teixeira** pelo Organismo Inter-Regional das Beiras.

São ainda responsáveis directores por Organizações Regionais, **José Brinquete** (Bragança) **Mário Costa** (Vila Real); **Branca de Carvalho** (Viana do Castelo); **José Antunes** (Braga); **António Salavessa**

(Aveiro); **José Teles** (Viseu); **João Abreu** (Guarda); **Armando Morais** (Castelo Branco); **José Augusto Esteves** (Leiria); **Raimundo Cabral** (Évora); **Fernando Carmosino** (Portalegre); **António Vitória** (Beja); **José Decq Mota** (Açores).

Em termos de Secretariado, acompanham Direcções Regionais: **Henrique Sousa**: Braga, Bragança, Viana do Castelo, Vila Real e Porto; **Francisco Lopes**: Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda e Castelo Branco e o Organismo Inter-Regional das Beiras; **Rosa Rabiais**: Leiria, Açores e Madeira; **Agostinho Lopes**: Évora, Beja e Portalegre e o Organismo Inter-Regional do Alentejo; **Domingos Abrantes**: Lisboa; **Luísa Araújo**: Algarve; **Albano Nunes**: Santarém; **Virgílio Azevedo**: Setúbal.

- Áreas de Trabalho e intervenção política e seus responsáveis: Área do Movimento Operário, Sindical e das Questões Laborais, **Jerónimo de Sousa**; Área para os Problemas das Mulheres, **Fernanda Mateus**; Área do Trabalho Autárquico, do Ambiente, do Movimento Associativo e do Desporto e Área dos Assuntos Constitucionais e Justiça, **Luís Sá**; Área da Economia, **Agostinho Lopes**; Área da Saúde e dos Assuntos Sociais e Área da Educação, Ciência e Tecnologia, **Edgar Correia**; Área para o Trabalho da Juventude, **Luísa Araújo**; Área da Cultura (Artes e Letras) **José Casanova**; Área da Comunicação, **Vitor Dias**; Área da Defesa e Administração Interna, **Domingos Abrantes**; Área da Política Externa e Integração Europeia, **Carlos Carvalhas.**

- Sectores e empresas de âmbito pluridistrital e nacional, têm como responsável pela frente **Francisco Lopes**, sendo responsável pelo Sector Têxtil **António Lopes**; pelo Sector da Energia e pelo Sector da Indústria Naval, **Jorge Pires**; pelo Sector da Administração Pública, **Domingos Abrantes**; pelo Sector da Banca e Seguros, **António Andrez**; pelo Sector das Comunicações e Telecomunicações, **Francisco Lopes**; pelo

Sector da Metalomecânica e Sector dos Transportes, **Jerónimo de Sousa**; pelo Sector dos Cimentos, **Rosa Rabiais**; pelo Sector das Celuloses, **Virgílio Azevedo.**

Ainda no âmbito de responsabilidades da Comissão Política são responsáveis: **Octávio Teixeira** pelo Grupo Parlamentar da Assembleia da República; **Agostinho Lopes** pelo Grupo Parlamentar do Parlamento Europeu; **José Casanova** pelo «Avante!» e **Vitor Dias** pelo Gabinete de Imprensa e o Departamento de Propaganda. **Domingos Abrantes** é responsável pelas questões dos Reformados e Deficientes; **Francisco Lopes** pelas questões da Toxicoddependência; **Carlos Luís Figueira** pelas questões das Pescas e do Turismo.

4 - No âmbito do Secretariado e para além da multiplicidade de tarefas decorrentes das funções deste organismo e das tarefas já referidas, nomeadamente a ligação às direcções regionais e organismos inter-regionais, **Albano Nunes** é responsável pela Secção Internacional e pelo Gabinete do Parlamento Europeu; **Virgílio Azevedo**, pelo Secretariado da Festa do «Avante!»; **Henrique Sousa** pela Direcção da Organização na Emigração e pelas questões dos Imigrantes e Minorias Étnicas e Departamento de Propaganda; **Agostinho Lopes**, pelo Gabinete de Organização; **Francisco Lopes** pelo Grupo Parlamentar; **Octávio Pato** pelo «Avante!» e **Domingos Abrantes** pelo «O Militante».

5 - Mantêm-se como directores do «Avante!» e do «O Militante», respectivamente, **Carlos Brito** e **Blanqui Teixeira.**

6 - O Comité Central encarregou a Comissão Política e o Secretariado de dar continuidade à arrumação das estruturas de apoio ao trabalho de direcção central, mantendo-se para já em funcionamento as comissões e grupos de estudos existentes na altura da realização do XV Congresso.

DOR Bragança acusa câmaras PS Planos de actividade são panfletos eleitorais

Na sua primeira reunião de 1997, a Direcção da Organização Regional de Bragança, depois de fazer o balanço da obra do Governo PS no distrito e de aprovar um plano de iniciativas para 1997, discutiu a grande batalha política que representam as próximas eleições autárquicas.

Lembrando as três medidas prometidas pelo Primeiro-Ministro e o seu Governo quando em 1996 realizaram em Bragança a primeira Governação Aberta - reabrir carreiras aéreas a 1 de Janeiro de 1997, realizar eleições para as Regiões Administrativas em Dezembro de 1997 e aplicar 100 milhões de contos no distrito nos anos de 1997/98/99 -, os comunistas afirmam não ter sido ainda implementada qualquer destas medidas.

Entretanto, o PCP promoveu durante o ano de 1996 várias iniciativas com vista a contribuir para o desenvolvimento da região, nomeadamente a 2ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro e, através do Grupo Parlamentar, apresentou ao Governo vários requerimentos - que continuam sem obter resposta -, nos quais está incluída a criação da Universidade de Bragança.

O PCP fez ainda um balanço

negativo à gestão das 10 Câmaras do PS - que «em pouco diferem dos métodos e estilo de gestão dos autarcas do PSD e CDS/PP» - e afirma que os Planos de Actividade apresentados para este ano «não passam de meros panfletos de pré-campanha eleitoral recheados de demagogia».

A CDU concorrerá aos 12 municípios do distrito, informa a DORBA, para quem a batalha política das eleições autárquicas exige uma «alargada e empenhada intervenção de todo o Partido».

Castelo Branco

Também em Castelo Branco as próximas eleições autárquicas foram tema de debate, tendo a Direcção da Organização Regional procedido a uma primeira discussão onde analisou a gestão autárquica dos últimos três anos,

comparando-a com as promessas eleitorais e com os Planos de Actividade dos Municípios e de algumas freguesias.

Considerando-a, na generalidade, pouco rigorosa, quer quanto à planificação quer quanto à concretização - «com Planos de Actividade e Orçamentos inflacionados com intenções eleitoralistas e demagógicas» -, o PCP diz que as forças maioritárias nos municípios do distrito, o PS e o PSD, «numa constante fuga para a frente», só discutem nomes de futuros candidatos sem fazerem o balanço crítico à gestão e sem ideias novas.

Os municípios e as freguesias precisam de pessoas com práticas políticas novas, diz a DORCB do PCP, informando que decidiu concorrer, no quadro da CDU, às 11 Câmaras e Assembleias Municipais do distrito e ao maior número possível de Assembleias de Freguesia.

Almodôvar

A 1ª Assembleia da Organização Concelhia de Almodôvar do PCP, por sua vez, depois de proceder ao balanço do trabalho realizado no concelho, de eleger a Comissão Concelhia e de definir

orientações para o reforço da organização do Partido no concelho, discutiu também a preparação das próximas eleições autárquicas.

Durante os trabalhos, que tiveram a participação de José Moreira Rita, do Organismo Inter-Regional do Alentejo, e de António João, do Secretariado da DORBE, os comunistas de Almodôvar consideraram de grande importância a batalha eleitoral que se avizinha, tendo definido como objectivos eleitorais a candidatura da CDU a todos os órgãos autárquicos no concelho e o reforço das suas posições em todos os órgãos.

Considerando ainda que a CDU é a única força política com um projecto alternativo à gestão ruínoza do PS, a Assembleia da Organização Concelhia do PCP definiu como objectivo estratégico a criação no âmbito da CDU de uma ampla frente unitária para concorrer às eleições.

Depois de realçar ainda a importância da criação das Regiões Administrativas, a 1ª Assembleia concelhia de Almodôvar considera que a sua realização constitui uma prova de confiança no futuro.

Encontros do PCP



Carlos Carvalho recebe ID



Com Pedro Pires, do PAICV



Recebendo Patrício Echegaray, do PCA

No âmbito dos contactos regulares com personalidades e forças políticas nacionais e estrangeiras, o Secretário-geral do PCP recebeu no dia 30 de Janeiro delegações da Intervenção Democrática (ID) e do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e na terça-feira passada do Partido Comunista da Argentina.

No encontro com a ID, cuja delegação integrava Blasco Hugo Fernandes, António Gonçalves e João Galdes, Carlos Carvalho, acompanhado de Carlos Brito, teve oportunidade de trocar opiniões sobre a situação política nacional, as próximas eleições autárquicas e a dinamização da CDU, incluindo da sua Comissão Coordenadora.

Com Pedro Pires, Presidente do PAICV, o Secretário-geral do PCP, acompanhado de Domingos Lopes, do Comité Central, abordou a actividade dos dois partidos e a situação nos dois países.

Na terça-feira passada, Patrício Echegaray, Secretário-geral do Partido Comunista da Argentina, encontrou-se também com Carlos Carvalho, que era acompanhado de Albano Nunes, do Secretariado do CC, e Manuela Bernardino, do CC e da Secção Internacional.

Durante a sua breve estadia em Portugal, Patrício Echegaray visitou o Concelho de Alcacer do Sal, encontrou-se com uma delegação da DORS em Setúbal e teve um encontro sobre a problemática laboral e sindical com Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Rosa Rabiais, membro do Secretariado.

Fafe contra extinção das Urgências

O PCP em devido tempo alertou a população de Fafe para as tentativas de alteração do Serviço Nacional de Saúde que iriam passar pelo encerramento do Serviço de Urgência do hospital, não se tratando de «mera reorganização de serviços», como o PS tentou fazer crer na proposta que em Dezembro de 96 apresentou na Assembleia Municipal.

A extinção dos Serviços de Urgência «nas actuais circunstâncias» deixam completamente indefesas as populações que, sofrendo já os efeitos da sua interioridade e reconhecidas carências económicas, ver-se-ão obrigadas, face à doença, a recorrer ao Hospital de Guimarães.

«Há de facto necessidade de pôr a funcionar o Serviço Nacional de Saúde», dizem os comunistas, mas iniciando medidas que melhorem os Cuidados Primários de Saúde, melhorando as instalações dos

Centros de Saúde e dotando-os dos equipamentos indispensáveis. «É imperioso» abrir concursos para profissionais, médicos e enfermeiros de forma a colmatar as lacunas existentes e possibilitar à população o acesso ao seu médico de família.

Não é essa, no entanto, a visão do Governo PS, prossegue o PCP, considerando não ter este «vontade política para fazer face aos "lobbies"» que definem a verdadeira política de saúde e pretendem a entrega do serviço de saúde ao capital privado.

O PCP vê, pois, com satisfação o recuo a que foram obrigados aqueles que «na calada dos gabinetes forjam planos» para enriquecer uns quantos à custa dos mais carenciados mas alerta a população de Fafe para o facto de se tratar de um recuo temporário, estando aí de novo planos de liquidação do SNS cuja concretização é necessário impedir.

Torraltal Estado deve clarificar situação

Notícias vindas a lume sobre o protelamento da data-limite das negociações para ultrapassar a situação da Torralta/Tróia vêm agravar as preocupações dos trabalhadores da empresa e dos comunistas, afirma em comunicado o Gabinete de Imprensa da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP.

A DORS, ao mesmo tempo que manifesta a sua solidariedade, lembra que foram as lutas dos trabalhadores da Torralta e as acções de esclarecimento junto da opinião pública que evitaram a falência da empresa e a sua aquisição nas piores condições para os trabalhadores.

Na opinião do PCP, o Complexo Turístico da Torralta, na Península de Tróia, deve ser entendido «como pólo dinamizador do desenvolvimento regional na sua vertente turística», não podendo a solução a encontrar deixar de ter em conta o Plano Director Municipal de Grândola, assim como a opinião e propostas dos trabalhadores, das autarquias e dos outros agentes locais directamente implicados no processo.

Por fim, os comunistas afirmam que o Estado - principal credor da empresa - deve tomar medidas no sentido de clarificar a situação, garantir os postos de trabalho, salvaguardar os direitos dos trabalhadores e garantir o pagamento atempado dos salários e a participação dos trabalhadores no processo.

Francelos Incapacidade das autoridades na origem dos acontecimentos

Os graves acontecimentos ocorridos em Francelos - que a propósito do tráfico de droga na localidade conduziram a acções de rua e cortes de estradas por populares levaram a Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia a convocar uma conferência de imprensa em que participaram Antero Pires, vereador da CDU na Câmara, Manuel Macedo, da Direcção da Organização Regional do Porto, e João Pires, da JCP.

O PCP começa por se solidarizar com a população de Francelos que há longos anos sofre as consequências do tráfico de droga que ali se instalou e que se traduz por um aumento do consumo e por roubos e assaltos cada vez mais frequentes.

As autoridades competentes - Governo Civil, Ministro da Administração Interna e Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia - têm-se mostrado incapazes de prevenir e reprimir esta onda de criminalidade que se regista em Francelos, incapacidade que conduz, na prática, aos actos de violência que têm ocorrido por parte da população, decidida ela própria a pôr cobro ao problema, dizem os comunistas, clarificando a sua posição sobre o assunto.

A etnia cigana não é a única e exclusiva responsável pelos acontecimentos, alerta ainda a concelhia do PCP. E apelando a que a população de Francelos não se deixe instrumentalizar, e não faça justiça pelas próprias mãos, defende que a solução do problema passa pela tomada de medidas adequadas por parte das autoridades competentes no sentido de responsabilizar todos os que traficam droga, roubam e assaltam na localidade.

Por fim, os comunistas de Vila Nova de Gaia consideram que, restabelecida a normalidade social, a população de Francelos deve retomar o convívio que há mais de vinte anos mantém com a etnia cigana.

FRANÇA Ensino de português em baixa

Quando na oposição, o PS, apaixonado pela educação, defendia em relação ao ensino de português para os filhos de emigrantes a necessidade de «redimensionar a rede (do ensino oficial)», «fomentar a produção de materiais pedagógicos modernos e adaptados», «o reforço dos meios pedagógicos e humanos e de descentralização, tendo em atenção as realidades de cada país». Uma paixão ignorada no programa de Governo e na prática governativa, diz a organização do PCP em França, referindo a nova quebra registada este ano lectivo no número de cursos e de alunos de português no estrangeiro, designadamente em França onde, a par da diminuição de cursos da rede oficial, se verifica o crescimento de cursos privados, muitas vezes de qualidade duvidosa. Entretanto - e apesar da secretária de Estado Ana Benavente ter declarado em Outubro, na Rádio Alfa (Paris), que «a coordenação do ensino tal como está não serve» -, o Orçamento de Estado para 1997 prevê um aumento de apenas 4,2% para o ensino no estrangeiro, verba insuficiente para um sector onde o valor real destas verbas tem vindo a diminuir. Face à situação, os emigrantes comunistas reclamam a sua correcção e a adopção de medidas que permitam ao Estado «assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura», como a Constituição determina.

VILA NOVA DE GAIA Trabalhadores querem sábado

A aprovação da lei da flexibilidade e polivalência - ainda que injusta -, ao determinar a redução de 2 horas no período semanal de trabalho quando superior a 40 horas, vinha permitir aos trabalhadores da COTESI a concretização da velha e justa aspiração de acabar com o trabalho ao sábado. A realidade veio, contudo, demonstrar que o patronato não quer aceitar qualquer redução real da jornada de trabalho, tendo para isso «inventado» o «expediente das pausas» que, não sendo contadas como período efectivo de trabalho, mantêm tudo na mesma ou aumentam até o período de permanência do trabalhador na empresa. A Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia do PCP solidariza-se com os trabalhadores da COTESI, há dois meses em luta pelo cumprimento deste direito, e diz que ao dar cobertura a esta interpretação da lei pelo patronato, o Governo abriu caminho a todas as arbitrariedades.

FIGUEIRA DA FOZ Foznave é viável

A «pedra de toque» do Governo socialista é a subordinação dos interesses nacionais à integração europeia, diz a comissão concelhia de Figueira da Foz do PCP na análise que, na sua última reunião, fez à situação política e social. No que se refere ao concelho, o PCP vê «com particular preocupação a situação dos cerca de 150 trabalhadores da Foznave que continuam a aguardar (há mais de um ano) a viabilização dos seus postos de trabalho». A Foznave tem todas as condições para num curto prazo sair da situação actual, dizem os comunistas, referindo o plano de viabilização existente, por cuja aprovação se bateram. Basta, para isso, que «o maior credor desta empresa (o Estado) assumas as suas responsabilidades sociais e o Governo, o PS e os seus dirigentes ao mais diverso nível cumpram as suas promessas políticas e sociais».

SOUSEL Gestão desastrosa

Também na sua última reunião, a 30 de Janeiro, a comissão concelhia de Sousel, analisando a situação política, social e económica do concelho, constatou que o seu maior flagelo continua a ser o desemprego, que só não é mais desastroso porque muitos trabalhadores optaram por emigrar. Por outro lado, os aumentos de miséria das pensões de reforma e salários acabam por limitar a actividade comercial, estagnar a produção, fazer crescer o desemprego, afirma o PCP, que regista ainda o estado calamitoso das estradas. Depois de se congratular pela posição reivindicativa dos deputados do PCP da AR, a concelhia de Sousel, referindo-se às próximas eleições autárquicas, diz que só a CDU é alternativa à «gestão desastrosa» do PSD na Câmara Municipal de Sousel (que nenhuma propaganda consegue esconder), já que o PS, por tão igual ao PSD, não é «a alternativa que tanto apregou».

ARRAIOLOS Rectificação

Ao noticiar a reunião da Comissão Concelhia de Arraiolos do passado dia 15, o «Avante!» de 30/1/97, por lapso, referiu a realização em 22 de Fevereiro da 4ª Assembleia de Organização Concelhia quando, de facto, a 22 de Fevereiro próximo vai realizar-se a 4ª Assembleia da Organização Regional de Évora, em cuja preparação os militantes de Arraiolos estão a participar com grande vivacidade e confiança.

Reforma da PAC Um travão ao desenvolvimento

«Os Cereais e o Futuro da Agricultura Alentejana» foram motivo de uma conferência de imprensa promovida pelo Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP, na segunda-feira passada. Na origem desta tomada de posição pública dos comunistas estão as penalizações que os produtores de cereais irão sofrer nos subsídios que recebem da Comunidade pelo facto de terem ultrapassado a produtividade média atribuída a Portugal no âmbito da Reforma da PAC.

Os agricultores do Alentejo, que produzem 40% da totalidade do cereal nacional (sem arroz), são particularmente afectados por esta política, facto que os comunistas consideram intolerável num País que só produz cerca de 35% das suas necessidades em cereais e onde a produtividade média alcançada é a mais baixa da União Europeia. Trata-se, em sua opinião, de um travão colocado pela reforma da PAC à possibilidade de desenvolvimento do sector cerealífero e à modernização da agricultura portuguesa.

O reordenamento de culturas e a utilização de melhores tecnologias e sementes de qualidade nos últimos anos, tendo embora feito aumentar as produtividades não ultrapassaram, contudo, a área máxima total que Portugal pode dedicar aos cereais. Sendo, além do mais, que nos valores considerados há seguramente muito «cereal de papel» cuja extensão não é conhecida.

Apesar disto, denuncia o PCP, em 1996 e 1997, os agricultores portugueses são duplamente penalizados: por terem ultrapassado as produtividades médias e a produção máxima.

Sabendo-se que as sanções implicam cortes nos subsídios dos cereais, designadamente do trigo e do girassol da ordem dos 50% e do milho em cerca de 8%, e que os subsídios representam 60% a 65% do valor que os produtores recebem por quilo de cereal, é fácil perceber o que estas sanções significam para os agricultores.

Não há política agrícola

Não chega lamentar a situação, como fez o Ministro da Agricultura,

é preciso que o Governo PS altere profundamente a política agrícola do PSD, dizem os comunistas. E, para o efeito, reclamam a «fiscalização de eventuais fraudes (o chamado cereal de papel) responsável por produções e produtividades fictícias; a revisão da actual PAC que



congelam os níveis de desenvolvimento da agricultura da região; a negociação com a Comunidade Europeia do aumento do rendimento histórico e das áreas e produções máximas atribuídas a Portugal, designadamente no regadio; um plano de regionalização para os cereais; e uma compensação para os agricultores pelas penalizações que vão sofrer.

Mas, para o OIRA, o problema de fundo reside numa «Política Agrícola Comum que arruína e

destrói a agricultura alentejana» e na «ausência de uma política agrícola nacional que abra perspectivas de futuro à Agricultura Portuguesa».

Se não se pode aumentar para níveis rentáveis a produção cerealífera, no Alentejo, se se está impedido de aumentar as áreas de vinha e de olival e se não se vislumbra, pelo governo PS, uma política de apoio aos pequenos e médios agricultores, que lhes permita optar por outros sistemas culturais seguros, é fácil, na opinião do PCP, «perceber a inquietação que atravessa cada vez mais os agricultores e os trabalhadores agrícolas no Alentejo».

Desde a integração na Comunidade Europeia, «só tivemos duas

pequenos agricultores sem terra dependentes dos arrendamentos pagos a preços incomportáveis. 40% das terras estão entregues para arrendamento fixo ou de campanha.

«Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo são condições necessárias para assegurar o futuro de uma agricultura viável mas devem ser acompanhados desde já de um Plano Integrado de Desenvolvimento para o Alentejo», sublinham os comunistas. E se os agricultores e as cooperativas não forem mobilizados e apoiados para a alteração dos sistemas produtivos, para o reforço do associativismo e não forem criadas zonas de concentração da produção, o futuro

políticas para o Alentejo: uma visando a destruição completa da Reforma Agrária e a reconstrução da propriedade latifundiária; a outra, de suporte aos cereais por tal ser do interesse dos grandes proprietários e da CAP». Entretanto, de acordo com as estatísticas incompletas do IFADAP, foram transferidos, sobretudo para os grandes proprietários agrícolas, desde 1986, cerca de 94 milhões de contos de subsídios, de cuja atribuição não se detectam quaisquer resultados efectivos.

O OIRA do PCP reclama, assim, que seja tornada pública a lista dos agrários beneficiários dos 60 milhões de contos doados pelo Governo PS e que, «sem prejuízo da discordância de fundo sobre mais esta benesse», «no mínimo àquele valor sejam deduzidas as dívidas dos agrários ao Estado, os valores das benfeitorias e frutos pendentes das UCP/Cooperativas e determinada a obrigatoriedade do remanescente ser aplicado no desenvolvimento da agricultura alentejana e na criação de emprego».

A questão da posse e uso da terra

Prosseguindo a sua denúncia, o PCP afirma que, exceptuando a vitivinicultura, «todo o sistema agrário alentejano assenta numa agricultura extensiva e absentista com 51% das terras em pousio e onde foi consolidada uma gigantesca concentração fundiária com 1% das explorações a ocuparem 80% da superfície agrícola útil». Por outro lado, há 40.000 trabalhadores no desemprego e milhares de

Mercado Abastecedor de Évora corre o risco de ser um entreposto de produtos importados.

Em causa está a posse e uso da terra, questão que, como reconhece o mais recente estudo encomendado pela própria CCRA, «não tem contribuído positivamente para a criação de uma base económica e social, dinâmica e sustentável na região». Para resolver esta questão o OIRA do PCP reclama a finalização do Plano de Rega do Alentejo com Alqueva e o conjunto de outras barragens há muito inventariadas e reclamadas; a definição de novos sistemas culturais diversificados; a implantação de unidades agro-alimentares e de estruturas de concentração e comercialização da oferta; um sistema particular de apoios às 45 mil explorações dos pequenos e médios agricultores alentejanos e das cooperativas e a estabilização da posse da terra aos pequenos agricultores e cooperativas que detêm ainda áreas apropriadas ou nacionalizadas; o reforço do associativismo dos pequenos e médios agricultores e do sector cooperativo; medidas de desendividamento das explorações agrícolas e um sistema integrado e acessível de seguro e crédito agrícola bonificado.

Por fim, o PCP reafirma a sua solidariedade com os trabalhadores agrícolas lançados no desemprego devido à PAC e reclama que sejam encaradas medidas excepcionais de apoio à sua integração laboral e social. Ao mesmo tempo, defende que seja assegurado o subsídio de desemprego, ou o rendimento mínimo garantido com prestações adequadas, aos trabalhadores agrícolas e aos pequenos e médios agricultores.

CAMARADAS FALECIDOS

António Manuel Antunes Gomes

Em consequência de acidente de trabalho, faleceu recentemente o camarada António Manuel Antunes Gomes. O camarada estava organizado na freguesia de Santo André - Barreiro.

Luís Joaquim Fernandes

Com 80 anos de idade, faleceu o camarada Luís Joaquim Fernandes, figura de grande humanismo e coerência. Membro do Partido desde antes do 25 de Abril, foi um destacado lutador antifascista, participando activamente no movimento de oposição democrática.

Domingos Lopes Montes de Oliveira

Faleceu no dia 28 de Janeiro, com 63 anos, o camarada Domingos Lopes Montes de Oliveira, reformado, natural de Braga. Membro do Partido desde 1980, pertencia à organização da Freguesia de Porto Salvo, Oeiras.

José Ricardo A. Garvão

Com 77 anos de idade, faleceu recentemente o camarada José Ricardo A. Garvão. Tendo militado na empresa Ar Líquido, estava actualmente organizado na Freguesia de Alcântara.

Maria de Jesus Tomé

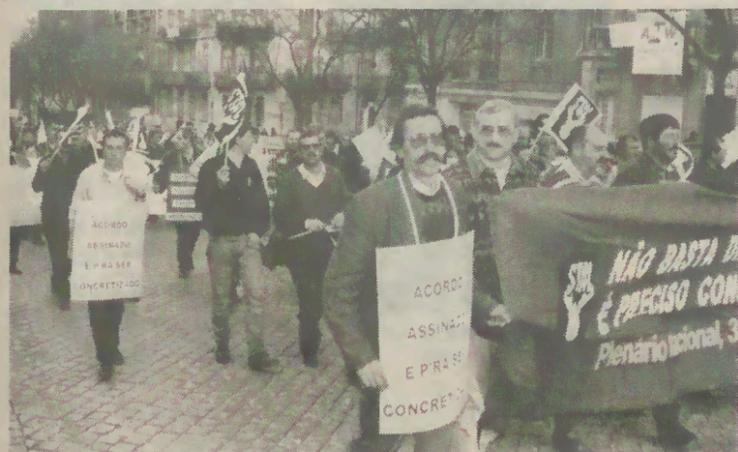
Faleceu, com 76 anos de idade, a camarada Maria de Jesus Tomé. Estava organizada na Serra da Luz/Pontinha, concelho de Loures.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

TRABALHADORES

STAL radicaliza formas de luta Administração Local em greve no dia 17 de Março

Os sindicatos registaram forte adesão à paralisação dos trabalhadores da Administração Pública com vínculo precário. Manifestações de protesto afectam outros sectores e empresas.



Os participantes no plenário do STAL deslocaram-se da Rua Castilho até São Bento, para entregar ao primeiro-ministro a resolução aprovada

O plenário de dirigentes, delegados e activistas do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local decidiu na passada sexta-feira convocar uma greve, abrangendo todo o País, para 17 de Março. Ontem, também por decisão do plenário, foi feita uma distribuição de um comunicado à população dos vários distritos.

A decisão de radicalizar as formas de luta foi tomada depois de analisada a falta de resposta do Governo às reivindicações dos trabalhadores das

autarquias e o não cumprimento do acordo subscrito há um ano com os sindicatos da Administração Pública.

O STAL decidiu ainda «desenvolver uma intensa campanha nacional de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores, privilegiando a realização de plenários sectoriais e gerais» e realizar «uma acção de impacto público, com início no Sul e Norte do País, que consistirá na entrega de resoluções aos governadores civis, câmaras municipais, juntas de freguesia e associações de

municípios em todos os distritos, convergindo para Lisboa no dia 6 de Março». Esta acção focará o processo negocial nas mesas parcelares.

A resolução aprovada pelos sindicalistas do STAL afirma que o Governo PS «prossegue e intensifica a política de direita, assente em visões meramente economicistas, levada a efeito durante o longo período da década cavaquista e da qual resultam graves consequências para os trabalhadores». Além do não cumprimento do acordo firmado há um ano, o sindicato aponta ainda como objectivos da greve o nivelamento do índice 100 pelo valor do salário mínimo nacional, a regulamentação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, a reestruturação e revalorização das carreiras, a atribuição do «subsídio de insularidade» na RA dos Açores, a defesa da estabilidade e qualidade de emprego, a revogação do diploma que veio limitar o direito às ajudas de custo e a

defesa dos serviços públicos da administração local.

Precariedade

«O Governo já cedeu aos protestos, marcando para 5 de Fevereiro uma reunião negociada para debater esta matéria» - informou ao fim da manhã de 31 de Janeiro a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, num comunicado em que registava «uma forte adesão» à greve dos trabalhadores que o Estado mantém com vínculo precário.

A par do encerramento, ou dificuldades de funcionamento, de muitas escolas, bem como hospitais e outros serviços públicos, a FNSFP referia ainda a concentração de cerca de um milhar de trabalhadores no Porto, junto ao Hospital de São João, cuja área de administração acabou por ser ocupada. Foram também convocadas concentrações em Lisboa e Coimbra e deslocações a todos os governos civis.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, de que a FNSFP faz parte, enviou um ofício ao primeiro-ministro e outros governantes, bem como ao Provedor de Justiça e ao comandante-geral da GNR,

Amanhã em Cascais

À greve convocada para amanhã pelo STAL, a CM de Cascais respondeu com a publicação de um comunicado nos jornais que, na opinião do sindicato, para além de revelar uma «nítida» desorientação, utiliza «argumentos demagógicos e falsos».

Em carta dirigida à Câmara Municipal, o STAL diz que esta tenta «justificar o injustificável» e reitera os motivos da convocação da greve - contra a concessão ao sector privado dos serviços de remoção dos resíduos sólidos urbanos e limpeza pública, contra o desmantelamento das oficinas municipais e pela salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

Ao comunicado da Câmara o sindicato contrapõe, designadamente, que está a decorrer um concurso público para a prestação de tais serviços e que o Plano de Actividades prevê a alienação de imóveis, entre os quais se encontra o terreno das oficinas municipais.

Indignada mostra-se também a Comissão Concelhia de Cascais do PCP que, depois de afirmar ter oportunamente votado na Câmara e na Assembleia Municipal contra a proposta de privatização do serviço de limpeza e remoção de resíduos sólidos da CMC, e de ter condenado a publicação de um anúncio daquele tipo à custa do erário público, se solidariza com os objectivos de luta dos trabalhadores.

protestando contra «um grave atentado aos direitos e liberdades fundamentais, uma ingerência ilegítima das autoridades em esferas que não lhe competem e uma medida persecutória e intimidatória sobre o exercício daqueles direitos fundamentais». No dia da greve, a GNR da Lourinhã tomou a iniciativa de inquirir nas escolas do concelho os motivos de estarem em greve e algumas encerradas, o número de funcionários em greve e o seu vínculo laboral e, em alguns casos, quis mesmo saber os nomes dos grevistas. Para estas averiguações, um agente não fardado chegou mesmo a dirigir-se a casa da chefe de pessoal da Escola João das Regras.

Material eléctrico

Delegados sindicais de empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico concentraram-se dia 29 junto à sede da ANIMEE, para protestar «contra o comportamento arrogante e ilegal dessa associação patronal, que se recusa a negociar com a comissão negociadora sindical da FSTIEP a revisão da tabela salarial para 1997». Numa nota em que denuncia o «forte aparato policial, com policia de choque incluída», que foi deslocado para o local por solicitação da ANIMEE, a federação sindical das Indústrias Eléctricas afirma que «as forças policiais aceitam serviços que estão para além das suas atribuições».

CGTP não vai abdicar da participação institucional

«A CGTP-IN não abdica da sua participação plena em todos os órgãos e instâncias que lhe conferem esse direito e, ao mesmo tempo, reafirma que jamais deixará de assumir e exercer a acção reivindicativa inerente a uma prática sindical que assenta na plena intervenção dos trabalhadores e na luta pela resolução dos seus problemas e pela promoção dos seus direitos e interesses» - declarou segunda-feira a Comissão Executiva da central, num comentário acerca do Acordo de Concertação Estratégica.

O documento retoma assim uma ideia de que Manuel Lopes já havia dado nota aos jornalistas, no final do plenário nacional de sindicatos, dia 29 de Janeiro, quando afirmou que «não poderá haver qualquer reunião no âmbito do Conselho Económico e Social sem a nossa participação».

A comissão executiva, depois de recordar o processo que conduziu até à assinatura do acordo pelas associa-

ções patronais, o Governo e a UGT, aponta três motivos essenciais que fazem com que tal acordo não seja «estável e duradouro»:

- «os seus conteúdos não respondem aos desafios que estão colocados ao País com vista à modernização do aparelho produtivo, à evolução qualitativa das relações de trabalho e à melhoria do nível de vida da população»;

- «o patronato subscreeveu o acordo numa postura de evidente má-fé, como o evidencia o facto de o presidente da CIP ter declarado, na cerimónia de assinatura e perante o primeiro-ministro, que apenas o fazia para continuar a negociar com o Governo as reformas fiscais»;

- «não assenta num compromisso efectivo do mundo do trabalho, visto que nele não está presente, com as suas propostas e a sua acção, a organização representativa da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses».

A Inter denuncia, entre os pressupostos da conclusão e

execução do acordo, a intenção de excluir a central dos espaços de negociação e participação institucional e de inviabilizar a intervenção dos seus sindicatos na negociação colectiva. Há ainda, acusa a CGTP, a «pretensão de limitar o conteúdo da negociação e participação institucional através da atribuição de competências ilegítimas à Comissão de Acompanhamento».

Sindicalistas proibidos de entrar na Philips

Manuel Carvalho da Silva e Joaquim Almeida, coordenadores da CGTP e da União dos Sindicatos de Aveiro, respectivamente, foram anteontem impedidos de entrar na fábrica da Philips, em Ovar, onde iam participar num plenário de trabalhadores.

Reagindo a esta decisão da administração da empresa, os trabalhadores deslocaram o plenário para junto da vedação, permitindo assim que, embora do exterior da empre-

sa, aqueles dirigentes falassem sobre a necessidade de defender as pausas na redução do horário de trabalho. O plenário exigiu ainda aumentos salariais justos para 1997, a reclassificação dos trabalhadores para as categorias que efectivamente correspondem às funções desempenhadas e o fim dos abusos na contratação a prazo (que na empresa abrange mais de metade do pessoal). Segundo uma nota do Sindicato das Indústrias

Eléctricas do Centro, foi também criticada a delegação distrital da Inspeção do Trabalho, «que está comprometida com a Philips».

O Secretariado da Direcção Regional de Aveiro do PCP condenou a «atitude ilegal e prepotente» da administração da Philips e solidarizou-se com a luta dos trabalhadores, reunidos na rua, «durante duas horas, apesar do aparato policial que o Governo para ali fez deslocar».

Ferroviários desmentem gerência da CP

A «grande adesão» à greve de 31 de Janeiro na CP e na EMEF provocou «a supressão de dezenas de comboios de passageiros em toda a rede e a desorganização do serviço ferroviário um pouco por todo o lado», com a circulação dos comboios de mercadorias «praticamente paralisada». Ao dar esta informação à comunicação social, a FSTFP/CGTP salienta que a greve contou com «a generalidade dos trabalhadores sindicalizados nos sindicatos desta federação, mas também de muitos trabalhadores sindicalizados noutras associações ou dessindicalizados, o que demonstra a justeza e a razão desta luta».

«Se assim não fosse, o conselho de gerência não se veria obrigado a gastar milhares de contos do erário público em propaganda, para tentar iludir os utentes e enganar os trabalhadores», afirma a federação, repudiando «a campanha de mentiras lançada pelo CG» e desmentida ponto por ponto. Às declarações oficiais, a federação contrapõe «a realidade» vivida pelos ferroviários, acusando o ministro João Crávinho de não querer discutir as propostas entregues em

Junho do ano passado pelos representantes dos trabalhadores e de não ter assumido por escrito qualquer compromisso quanto à manutenção dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores.

A situação no sector ferroviário e a eventual marcação de novas acções deveria ser discutida anteontem, numa reunião da federação com as comissões de trabalhadores das empresas do Grupo CP.

Carvalhas hoje na CP

Uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP, que inclui o secretário-geral do Partido, desloca-se hoje à CP. Carlos Carvalhas, João Amaral e membros da direcção regional de Lisboa do PCP reúnem, às 10.30 horas, com representantes dos trabalhadores, nas instalações sindicais da estação do Rossio. Às 12 horas, encontram-se com a administração da empresa, na Calçada do Duque.

PODER LOCAL

Juventude
Debate em Lisboa

Por iniciativa do Pelouro da Juventude da Câmara Municipal de Lisboa, juntamente com a Associação Corrente Jovem, Associação de Estudantes Sãotomenses e o Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitário, realizou-se sábado passado a 4ª reunião do Conselho Municipal de Juventude.

A reunião desdobrou-se em quatro painéis, que tiveram como temas: os jovens, as suas aspirações e intervenção organizada; situação social, novas e velhas exclusões, insatisfação e alienação; alguns aspectos da situação internacional e do exercício dos direitos humanos. Realizaram-se ainda dois debates. Um sobre o aborto e outro sobre o futuro da Europa.

O Conselho Municipal de Juventude é um órgão de auscultação, informação e consulta junto da Câmara Municipal de Lisboa e tem como objectivos - debater a política municipal, informar dos problemas dos jovens do concelho, promover a cooperação entre associações juvenis e Câmara e debater temas que se prendam com a situação juvenil.

Madeira
Projectos da CDU

O grupo parlamentar da CDU apresentou, em conferência de imprensa, dois projectos de Decretos Legislativos Regionais a entregar na Assembleia Legislativa Regional da Madeira.

Num dos projectos propõe-se a criação de uma rede de aterros públicos municipais, como forma de obviar "à descarga incontrolada de toneladas de terra em toda a Região, inclusive em sítios que estão protegidos por lei e que, em alguns casos, fazem parte do Parque Natural da Madeira". O segundo projecto sublinha a necessidade de repor a proibição da extracção de inertes do leito marítimo do Arquipélago da Madeira. Actualmente a extracção de inertes não tem em conta "os condicionamentos de natureza física, morfológica ou ecológica das zonas onde se realiza, causando a destruição do litoral e dos seus recursos naturais".

CDU de Faro
vota contra orçamento

A CDU de Faro decidiu votar contra o Plano de Actividades e o Orçamento da Câmara Municipal de Faro.

Em causa estão o inflacionamento das receitas e das despesas, os financiamentos não assegurados do plano de actividades, a indefinição de uma política e ausência de sua concretização, "de obras estratégicas e essenciais para o concelho".

A CDU sublinha que "de obras essenciais pouco ou nada se vê, as previstas não têm financiamentos assegurados, assegurados estão sim as actividades e obras que pela sua visibilidade cidadina podem assegurar alguns votos nas próximas eleições".

Tarifa para
recolha de lixos

A criação de uma tarifa de recolha de lixo doméstico, em Valongo, é contestada pela Comissão Concelhia da CDU, que a considera como "mais um imposto a pagar pela população".

A CDU denuncia ainda a injustiça social e desigualdade de tratamento que marca esta iniciativa, referindo concretamente: o cálculo desta tarifa se apoiar no consumo de água, a sua avaliação ser arbitrária onde não existe abastecimento de água e penalizar igualmente todas as zonas do concelho apesar das desigualdades na frequência na recolha de lixos. Também a JCP de Valongo critica a nova tarifa, referindo nomeadamente que ela se destina a financiar a futura central incineradora, sendo que "o processo de incineração dos lixos, além de não ser o mais económico não é, também, o ambientalmente mais correcto".

Associação do Montijo
faz 125 anos

A União Mutualista Nossa Senhora da Conceição comemorou os seus 125 anos de existência com a inauguração de um Centro Clínico, equipado com modernos equipamentos auxiliares de diagnóstico e de cuidados de saúde.

Na sua intervenção quando da inauguração deste Centro, a presidente da Câmara do Montijo sublinhou a importância do Mutualismo que considerou que hoje, "provavelmente mais do que nunca, deve estar constantemente no horizonte das preocupações" de todos.

Loures realoja
mais 16 famílias

A Câmara Municipal de Loures realojou, na passada 2ª feira, mais 16 famílias, o que eleva o número de realojamentos realizados, desde o início do ano, para 65.

Estas famílias estão a ser realojadas na Urbanização Municipal do Catujal, urbanização municipal que compreende 80 fogos e que será brevemente equipada com um ATL e jardim de infância, sala polivalente e um parque infantil.

CDU apresenta candidatos

Prossegue a apresentação dos candidatos e cabeças de lista da CDU às próximas eleições autárquicas, com destaque, esta semana, para a apresentação de candidatos à Câmara Municipal de Guimarães, à Presidência da Câmara, Assembleia Municipal e Presidência da Junta de Freguesia de Fafe e a recandidatura, que decorre hoje, do actual presidente da Câmara Municipal da Amadora.

Guimarães

"A CDU representa a diferença" - afirmou Manuel Veloso na apresentação da candidatura de António Salgado Almeida à Câmara Municipal de Guimarães, em que se referiu, como exemplo, ao trabalho dos eleitos da CDU.

"As quatro freguesias, cujos destinos autárquicos estão nas nossas mãos, Guardizela, Gondar, Candoso S. Martinho e Serzedelo, servem como um bom exemplo do trabalho dedicado, honesto e criativo dos autarcas da CDU - sublinhou o orador, que considerou ainda que "a

intervenção da CDU na Assembleia Municipal ultrapassa em muito, quer em qualidade quer em quantidade, o reduzido número de membros da Assembleia Municipal que compõem o nosso grupo parlamentar".

Na crítica à actual gestão, Manuel Veloso referiu a ausência de uma política global, nomeadamente em relação à juventude, as desigualdades na aplicação dos investimentos.

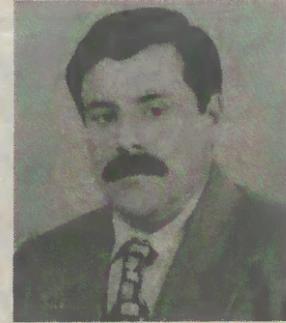
"Num concelho com 73 freguesias, entre as quais 7 vilas, centraliza-se todos os equipamentos e grandes obras na cidade - sublinhou. - As Juntas de Freguesia vivem com orçamen-

tos de miséria, totalmente dependentes da Câmara, sem competências e sem meios."

Esta a situação que a CDU se propõe alterar.

Fafe

Domíngio passado culminou, em Fafe, o processo de discus-



Joaquim Magalhães, candidato à Câmara de Fafe

são interna sobre os candidatos da CDU.

No encontro foram apresentados, como candidatos: Joaquim Magalhães, 41 anos, empresário

têxtil, membro do PCP, para a presidência da Câmara; Luís Cunha, 45 anos, médico no Hospital de Fafe, independente, para a Assembleia Municipal; Américo Castro, 46 anos, funcionário da EDP, membro do PCP, para a Assembleia de Freguesia de Fafe.

Neste plenário concelhio - em que participaram activistas da CDU das diversas freguesias do concelho - foi ainda analisado o trabalho desenvolvido e as perspectivas de listas a apresentar pela CDU.

Amadora

Orlando de Almeida, membro da DORL do PCP e actual presidente da Câmara Municipal de Amadora, é o candidato da CDU para novo mandato no mesmo cargo.

A sessão de apresentação decorre hoje, no Auditório Municipal, com a presença de Luís Sá, da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Mértola
Um balanço positivo

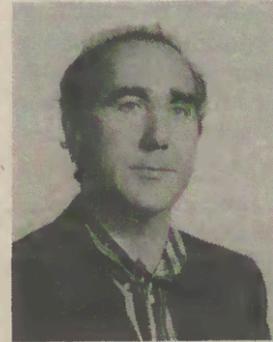
A Comissão Coordenadora da CDU do Concelho de Mértola apresentou publicamente, na passada quinta-feira, a recandidatura de Paulo Neto à Câmara Municipal, encabeçando de novo a lista da Coligação Democrática Unitária.

Na base desta decisão, conforme consta no comunicado divulgado, está "a experiência adquirida, a competência e as capacidades de trabalho confirmadas no actual mandato; a garantia de isenção nas atitudes e resoluções, a honestidade no desempenho do cargo público, o trabalho e a dedicação aos interesses do povo".

Outras características do candidato, apontadas pela CDU de Mértola, são "a disponibilidade de ouvir as populações e todos os que se lhe dirigem e o respeito pelo trabalho colectivo e o empenhamento para o funcionamento colegial dos órgãos autárquicos."

E, é claro, "a sua identificação com o projecto da CDU".

Aproveitando um intervalo da reunião do Comité Central do PCP, de que Paulo Neto é membro, o "Avante!" ouviu este candidato falar sobre o mandato de Presidente da Câmara de Mértola, cargo que desempenha desde as últimas eleições autárquicas.



Paulo Neto, candidato à Câmara de Mértola

O balanço é claramente positivo. E é assim que se lhe refere este eleito, sublinhando que espera ver o programa deste mandato ser cumprido a 100 por cento nas áreas mais importantes, nomeadamente no que toca a acessibilidades, abastecimento de água e electrificação.

Paulo Neto sublinha o empenhamento da CDU e o esforço despendido na concretização do programa, recordando que se trata de um concelho muito disperso, que conta com uma centena de povoações, algumas delas com menos de 100 habitantes, o que dificulta a concretização do saneamento básico e o seu financiamento.

O Presidente salienta ainda o esforço feito pela Câmara a nível da educação, participando a edilidade com 10 por cento do seu orçamento para o apoio escolar - nomeadamente na área dos transportes -, com um montante que atinge os 100 mil contos. Paulo Neto referiu-nos também a obra de saneamento básico realizada em Monte Fernandes, que representou uma despesa de 250 mil contos, e a criação do Parque Natural do Guadiana, uma iniciativa conjunta das Câmaras de Serpa e Mértola e de associações locais.

A continuidade do trabalho cultural desenvolvido, com particular destaque para a recuperação e valorização do centro histórico da vila, para o que foi assinado um protocolo com a Secretaria de Estado do Turismo e, ainda, a resolução, neste mandato, do problema das habitações de centenas de moradores das Minas de S. Domingos, através de um acordo entre a Câmara, o Governo e os proprietários, são outros factores que concorrem para que Paulo Neto se refira a um balanço positivo destes três anos à frente da autarquia.

Sintra
- caos nos transportes

A situação de ruptura que se vive no Concelho de Sintra, a nível de acessibilidades, e que afecta diariamente a vida de muitos milhares de pessoas, foi uma vez mais denunciada pela CDU de Sintra, numa acção de esclarecimento destinada a sublinhar a urgência do problema.

Em conferência de imprensa, Lino Paulo referiu, como razões de fundo desta situação de ruptura: uma política urbanística "que tem, em cada dia, acentuado o carácter de dormitório do concelho"; a falta de estratégias de desenvolvimento local e de investimentos que sirvam o concelho, "nesta como noutras áreas".

Numa rápida identificação do problema em causa, Lino Paulo lembrou que o Concelho de Sintra tem uma população de mais de



Queluz é uma das zonas onde os problemas de transportes são mais sensíveis

300 mil habitantes, encontrando-se numa situação de enorme dependência no referente a emprego e equipamentos (como hospitais ou universidades), sendo as acessibilidades ferroviárias as únicas, ao nível do transporte público, significativamente melhoradas, mas só recentemente e com "enorme carência de investimentos nos últimos três anos".

Neste quadro, os problemas a nível rodoviário assumem carácter de grande urgência.

Barreiro

Milhares de manifestantes por uma outra política

Cerca de três milhares de pessoas participaram, no passado dia 30, no Barreiro, numa jornada de luta que uniu trabalhadores, reformados e estudantes, na exigência comum de uma outra política.

Participaram na jornada, promovida pela União dos Sindicatos de Setúbal, os trabalhadores ferroviários, e dos sectores químico, corticeiro e Administração Local, de par das associações de estudantes, a Comissão para a construção do Centro de Saúde do Lavradio e organizações de reformados.

Os diferentes grupos de manifestantes convergiram para o Parque Catarina Eufémia, partindo os estudantes, em desfile, das diferentes escolas - Casquilhos, Stº André, Alto do Seixalinho e Alfredo da Silva - em greve às aulas.

Do Parque os manifestantes dirigiram-se ao Centro de

Emprego, onde entregaram a resolução aprovada na concentração.

A presença da juventude e a unidade de trabalhadores, estudantes e população do Barreiro, foi particularmente sublinhada por José Ernesto Cartaxo, da Comissão Executiva da CGTP-IN, na sua intervenção.

A juventude - afirmou - ao participar massivamente nesta concentração, demonstrou claramente que não é uma geração rasca mas sabe muito bem o que quer.

O representante da CGTP-IN apelou ainda à unidade dos trabalhadores, dos estudantes e da população do Barreiro, e à necessidade de prosseguirem e intensificarem a luta em defesa das suas justas reivindicações, único caminho para a sua resolução, para alterar o rumo das políticas prosseguidas pelo governo PS e o criar das condições para uma alternativa política com os trabalhadores.

Entrecruzar de reivindicações

A construção da Escola Mendonça Furtado; projectos e estudos para a construção da Escola Superior do Barreiro; apoio ao movimento associativo; reforço da verba para a construção do Centro de Saúde do Lavradio - são algumas das propostas concretas avançadas pelo PCP para o Concelho, no quadro do PID-DAC - Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento

da Administração Central, e que não mereceram a aprovação dos deputados do PS.

Exigências que estiveram presentes na jornada de luta, que são partilhadas e se entrecruzam e somam a muitas outras.

Os ferroviários, sector particularmente ameaçado pelo processo de desmembramento da empresa, exigem a não destruição da CP, a defesa dos postos de trabalho e aumentos salariais justos.

Os estudantes do Barreiro difundiram um comunicado com críticas à política seguida pelo governo na área da educação e exigências concretas de uma escola alternativa à Mendonça Furtado e da criação de Ensino Superior Politécnico no Concelho.

Os reformados e pensionistas denunciam os aumentos de 1996 que, "para a grande maioria de reformados não deu para comprar 250 gramas de pão" e o aumento generalizado de preços, que atinge bens de consumo de primeira necessidade, electricidade, gás, transportes e medicamentos.

Esta confluência de reivindicações e a consciência da necessidade de unidade na luta por uma política alternativa esteve na base da grande acção de luta do Barreiro que o PCP, em saudação aos trabalhadores do concelho, considera como "prova viva da denúncia e rejeição à política que vem a ser seguida pelo governo, contrária às já distantes promessas da campanha eleitoral".

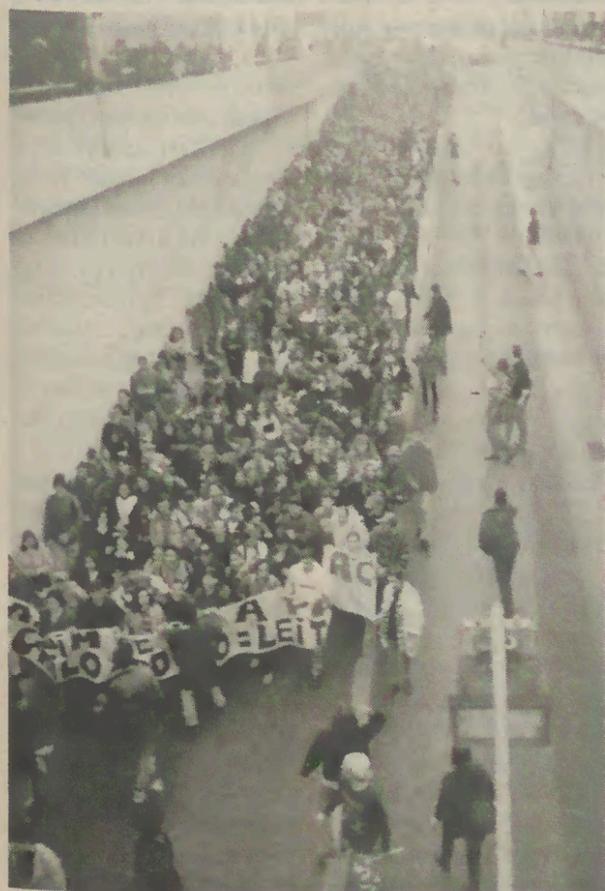
Resolução

Existe uma política alternativa - sublinha-se na resolução aprovada na jornada de luta do Barreiro, e apresentada por José Marques de Almeida, presidente do Sindicato dos Ferroviários.

A resolução denuncia os resultados negativos da política que tem vindo a ser seguida, "concentrando as suas linhas estratégicas, na subserviência ao Tratado de Maastricht, nomeadamente à moeda única" e que se reflecte "no aumento do desemprego, na redução das capacidades produtivas, no aumento do trabalho precário e clandestino, na retirada de direitos contratuais e legais, na falta de resposta objectiva às reivindicações das populações, dos reformados, dos jovens trabalhadores, dos estudantes, dos pequenos e médios empresários".

No documento aprovado, a população do concelho apresenta uma série de exigências:

- Que o governo suspenda os processos de privatização em curso, das empresas do grupo Quimigal e coloque as potencialidades do Parque Industrial ao serviço do desenvolvimento do concelho.
- Que sejam postos de parte os projectos que apontam para a continuação do desmantelamento da CP e assegurado um plano de modernização que corresponda às necessidades das populações e da economia nacional, respeitando simultaneamente os direitos dos trabalhadores do sector.
- Que seja dada resposta às reivindicações dos trabalhadores da Função Pública, nomeadamente a imediata revogação do quadro dos disponíveis, alteração da lei da contratação colectiva, eliminação do emprego precário, melhor regime de trabalho e pagamento do subsídio de risco.
- Criação de uma alternativa à Escola Mendonça Furtado e instalação do Ensino Superior no Concelho.
- Criação de condições para efectiva recuperação de empresas em dificuldades, sem que tal seja confundível "com os interesses duvidosos de algum patronato, que utiliza vários expedientes para enriquecer à custa destes processos".
- Um sistema eficaz de fiscalização no que se refere ao trabalho precário e clandestino, e direitos contratuais e legais dos trabalhadores.
- Uma resposta "objectiva e séria" à reivindicação da população do Lavradio, para construção e funcionamento do Centro de Saúde.
- Que sejam construídas as obras do Terminal rodo-ferrofluvial e se avance com as obras de acesso, nomeadamente a passagem desnivelada.
- Uma política de justiça social em relação aos reformados e pensionistas, que exclua "os aumentos miseráveis das pensões".
- Apoio ao Movimento Associativo, "para que este possa desenvolver uma actividade ainda mais positiva".



Os jovens tiveram uma participação destacada na manifestação

IVG em debate

JCP denuncia hipocrisia

"O Projecto do PCP e da JCP não obriga ninguém a interromper a gravidez. Defende e protege a promessa de vida que é a vida intra-uterina. É um projecto que, reclamando os direitos fundamentais da pessoa humana, nomeadamente o direito à educação sexual e planeamento familiar, o direito à maternidade e paternidade conscientes, combate tradições seculares sobre o papel da mulher no mundo" - sublinha-se, em conclusão, na Declaração Política da JCP sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG), apresentada na audiência parlamentar realizada em 23 de Janeiro.

A JCP começa por lembrar a realidade concreta que se vive no nosso país - "pelo menos 16.000 mulheres por ano são forçadas a recorrer ao aborto clandestino; 15 mulheres por ano morrem em Portugal devido às suas consequências; só numa das clínicas de Espanha são atendidas em média 3 mulheres portuguesas por dia; o aborto clandestino é a segunda causa de morte materna; 50% dos desempregados no nosso país são mulheres; 70% dos desempregados de longa duração são mulheres; são ainda 2/3 dos trabalhadores portugueses em situação de trabalho precário".

Face a esta situação ressalta a hipocrisia de quem aposta no condicionar deste debate a uma "questão de moralidade", sendo impensável que "a saúde das mulheres portuguesas e o direito à vida sejam referendados".

Os jovens comunistas consideram a actual Lei sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez como "claramente insuficiente, não exequível e impotente no combate ao aborto clandestino" e sublinham a necessidade de afirmar um facto fundamental - "que o aborto é sempre e em qualquer circunstância uma violência para a mulher que o pratica", pelo que se impõe que "a mulher que é forçada a praticar uma IVG, seja vista como a primeira vítima da realidade" e não como uma criminosa.

Acresce que, "nos termos da actual Lei, a mulher nunca pode decidir livremente interromper a gravidez. Há sempre algo ou alguém que decide por ela e que autoriza, ou não, a IVG".

A JCP defende que as mulheres possam, "em consciência e em segurança, decidir sobre aquilo a que por direito lhes assiste: a sua saúde, a sua vida" e, antes do mais, a despenalização da IVG nas primeiras 12 semanas, "uma das medidas que verdadeiramente combaterá o aborto clandestino, à

semelhança do que sucedeu na Áustria, Dinamarca, Suécia, Noruega e Grécia".

"Consagrar o direito à vida intra-uterina - afirma-se na Declaração Política da JCP - é consagrar o direito ao planeamento familiar e à educação sexual, é promover a independência social e económica das famílias, é proteger as mulheres trabalhadoras durante a gravidez e depois do parto, proteger as mães e os pais na sua insubstituível acção em relação aos filhos, permitindo-lhes simultaneamente a realização profissional e cívica, é criar redes nacionais de assistência materno-infantil e de creches e infra-estruturas de apoio à família. É acabar, de uma vez por todas, com a discriminação social das mulheres e garantir uma vida de qualidade a todas as crianças".

A JCP lembra ainda parte da decisão subscrita pela maioria dos Juizes do Supremo Tribunal dos EUA sobre a IVG - «alguns de entre nós consideram, a título pessoal, o aborto como oposto aos nossos princípios fundamentais de moralidade, mas isso não pode comandar a nossa decisão. Nós temos a obrigação de definir a liberdade de cada um e não estamos investidos num mandato para fazer prevalecer o nosso próprio código moral».

JCP em Breves

Hipocrisia e demagogia

As propostas do PP e do PSD sobre a devolução do dinheiro das propinas são caracterizadas, pela Direcção Nacional da JCP, como "tentativas hipócritas e demagógicas para tentarem esconder toda a sua responsabilidade política na implementação da Lei das Propinas".

Relembrando que "ainda hoje existem estudantes que são impedidos de obter os seus certificados pela sua condição de boicotantes de uma lei posteriormente suspensa", a JCP exige que estes estudantes "não sofram qualquer sanção"; que o governo reforce o orçamento das escolas "de modo a que estas possam realizar a devolução do dinheiro das propinas sem que para isso vejam o financiamento da sua actividade posto em causa" e que "o Estado continue com a sua obrigação constitucional e social de financiar todos os graus de ensino".

Ensino Superior Particular e Cooperativo

"Os estudantes do Ensino Superior Privado são vítimas de uma dupla marginalização por parte do Estado - afirma, em nota de imprensa, o Colectivo do Ensino Superior Particular e Cooperativo do Porto da JCP - não só são impedidos de continuar os estudos pela via do Ensino Público, suportando custos verdadeiramente astronómicos, como não recebem qualquer tipo de ajuda eficaz no que respeita à acção social".

A JCP do Porto refere, nomeadamente, o regulamento para atribuição de bolsas que "além de atribuir valores de bolsa manifestamente insuficientes, baseiam-se em critérios de atribuição que privilegiam os infractores fiscais".

No comunicado, sublinha-se ainda que é "ignorada por completo a situação específica dos trabalhadores estudantes".

A JCP manifesta-se contra o sistema de bolsas-empréstimo "que mais não é que uma muleta no actual sistema de Acção Social Escolar, contrariando totalmente o seu objectivo e conceito" e defende uma rigorosa fiscalização do Ensino Privado, tanto ao nível da qualidade do ensino como ao nível financeiro.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Associativismo popular PS e PSD negam apoios propostos pelo PCP

Os deputados votam hoje um diploma do Grupo Parlamentar do PCP que define a Lei-Quadro de Apoio ao Associativismo. Pela forma como o debate decorreu na passada semana, sobretudo pelos argumentos então aduzidos pelas restantes partidos, o mais provável é que o projecto de lei subscrito pelos deputados comunistas seja inviabilizado pelos votos do PS e PSD.

Ao fazerem-no, invocando para o efeito questões de alegada natureza técnica no diploma, que se provou ser desculpa sem qualquer consistência, PS e PSD recusam ao associativo popular um apoio indispensável à notável acção

por si realizada no domínio da dinamização cultural e desportiva e da acção social.

Aliás, o que parece definitivamente incomodar aqueles partidos - e esta é uma legítima conclusão a tirar de todo este processo - é que com esta iniciati-

va legislativa estejam em causa formas de apoio concreto a um movimento associativo que, na expressão do deputado comunista António Filipe, é ele mesmo uma "expressão da vontade, capacidade e talento das massas populares", "uma criação viva, dinâmica e independente do nosso povo", com importantes realizações de carácter social e cultural.

Com o que parecem não se conformar quer o PS quer o PSD - e esta é outra conclusão a tirar do seu posicionamento no debate - é com o facto de o

associativismo, a par do movimento operário, ter contribuído para a "elevação da consciência social dos trabalhadores e das suas famílias, dinamizando a participação cívica, assegurando o acesso à fruição de bens culturais, ajudando a superar carências educativas".

António Filipe trataria, aliás, de fazer notar que o associativismo, pela sua natureza, contraria regimes opressivos, lembrando a este propósito como nos anos do fascismo muitas colectividades foram "verdadeiros oásis de pensamento e de acção de cidadãos livres, que a ditadura não conseguiu liquidar ou abafar".

Mas o que porventura se tornou verdadeiramente inaceitável para os opositores ao diploma do PCP terá sido a circunstância de as medidas nele preconizadas visarem alterar a situação que tem caracterizado os apoios pontuais por parte da administração central, apoios esses "em muitos casos clientelares ou eleitoralmente interessados".

"O apoio governamental às associações tem ficado lamentavelmente dependente da boa vontade ou dos bons ofícios deste ou daquele governante, ou da melhor ou pior generosidade deste ou daquele governador civil, ou tem sido decidido pelo critério dos ciclos eleitorais, permitindo aos candidatos do partido governante fazerem figura a distribuir a seu bel-prazer dinheiro que sai do bolso dos portugueses", recordou o parlamentar comu-

nista, antes de sublinhar que é esta situação de iniquidade, que "não dignifica nem o Governo nem o associativismo, que importa urgentemente alterar".

O que continua a estar na ordem do dia, pois, na perspectiva da formação comunista, é a definição de um quadro legal de apoio ao associativismo, que associe os esforços da administração central aos das autarquias, associações ou comunidades locais na dinamização da cultura, do desporto, da recreação e da acção social.

É à luz deste princípio que devem ser entendidas as medidas contidas no seu diploma, visando, designadamente, a criação de um Instituto Público, que tenha a participação do movimento associativo ao nível da sua direcção, cujas atribuições fundamentais sejam o incentivo e o apoio ao associativismo, de acordo com critérios transparentes, no respeito pela autonomia e independência das associações.

Trata-se, em suma, da criação de um quadro geral de apoios à actividade associativa através de diversas modalidades, que admite, inclusive, como assinalámos já na última edição do "Avante!", a possibilidade de o Instituto do Associativismo assegurar às associações apoio técnico, cedência de materiais e equipamentos, apoio a transportes em grupo, apoio à aquisição, construção ou reparação de instalações, bem como apoio financeiro directo a actividades.



Reembolso de propinas

"Uma intolerável hipocrisia política vivendo

paredes-meias com uma mal escondida sede de vingança", assim classificou o deputado comunista José Calçada o projecto de lei do PSD que prevê o reembolso das propinas pagas no Ensino Superior. "Até parece que não foram governos do PSD e ministros da Educação de governos do PSD que desencadaram contra os estudantes e as suas famílias e contra o ensino superior público uma autêntica guerra-das-propinas que, para além de iníqua no plano social e no da política educativa, recorreu a todos os meios no sentido de intimidar, chantagear e pressionar as famílias e os estudantes", assinalou no decorrer do debate o parlamentar do PCP, para quem esta iniciativa - apreciada juntamente com um outro diploma de idêntico sentido apresentado pelo PP - não constitui mais do que uma tentativa de "ilibrar o PSD e limpá-lo de uma marca que, em rigor, é de todo indelével".



Auditoria a viagens

Técnicos do Tribunal de Contas iniciaram recentemente

uma auditoria externa aos sistemas de utilização de transportes por todos os deputados, no período 1988/91. A auditoria surge na sequência de uma decisão da Assembleia da República, adoptada em Julho do ano passado, em que se pedia ao Tribunal de Contas que realizasse uma auditoria naquele sentido com vista a apurar quanto gastou cada deputado em viagens e que relação tinham as deslocações realizadas com o trabalho desempenhado. Por enquanto ainda não é possível determinar quanto tempo demorará a auditoria que decorre no âmbito da função opinativa do Tribunal de Contas e culminará com o relatório final dos pareceres anteriormente elaborados.



Protesto pelas declarações de Jardim

O Parlamento aprovou com os votos favoráveis do PS, PP, PCP e PEV e contra do PSD um voto de protesto "por todas as tentativas artificiais de fomentar o espírito separatista" na Região Autónoma da Madeira. "O Presidente do Governo Regional da Madeira e vice-presidente do PSD proferiu afirmações públicas que põem em causa a unidade nacional e o respeito pelos órgãos de soberania da República", lê-se no documento da iniciativa do PP, onde se recorda, por outro lado, que não é "a primeira vez que destacados titulares de órgãos regionais põem publicamente em causa a unidade do Estado e propagandeiam um alegado colonialismo supostamente exercido pelos órgãos de soberania em relação à Região Autónoma da Madeira". Os deputados manifestam ainda "o seu vivo protesto por todas as tentativas artificiais de fomentar o espírito separatista numa região onde", sublinham, "todos legitimamente se orgulham de ser e de continuar a ser portugueses".



Laços de História e de Vida unem os povos de língua portuguesa

CPLP

Um projecto com laços profundos

A Assembleia da República ratificou, faz hoje oito dias, por unanimidade, a declaração constitutiva e os estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organização formalizada o ano passado, em Lisboa, em cerimónia na qual estiveram representados ao mais alto nível Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

No decorrer do debate, provenientes de todos os quadrantes, não faltaram as expressões de confiança no futuro da comunidade lusófona. Enfatizado foi, sobretudo, o consenso gerado na Câmara em torno do que Ruben de Carvalho considerou ser o reconhecimento por uma "necessidade histórica". Não basta, porém, que a sua importância e legitimidade fique outorgada em palavras. É que, para além dos contactos oficiais e das visitas de Estado, foi ainda o deputado do PCP a sublinhá-lo, há que "desenvolver tudo". Por outras palavras, a CPLP, em sua opinião, "necessita sobretudo é que os seus povos falem entre si, falem de tudo quanto é a vida do Homem, da Arte à Ciência, da Economia à Técnica, das Relações Comerciais ao Desenvolvimento Tecnológico".

O essencial da questão situa-se, pois, para Ruben de Carvalho, muito para além do consenso agora obtido e do significado que ele comporta. Pela simples razão que, do seu ponto de vista, é pacífica a ideia que a "defesa da Língua portuguesa é uma responsabilidade nacional", do mesmo modo que há um "comum e essencial apreço quanto às virtualidades da democracia e do diálogo entre os povos", e, noutro plano, uma não menor consciência quanto aos "laços profundos da História e da Vida (...) que nos unem aos outros povos de língua portuguesa na enorme diversidade de destinos que a História lhes traçou".

O que está em causa, pois, na perspectiva de Ruben de Carvalho, é já não o consenso mas sim,

a partir de agora, tudo o que "falta fazer". E é muito, como tratou de realçar, o que implica o envolvimento de tudo, a todos os níveis - incluindo o papel que nesta matéria cabe ao Parlamento -, não deixando apenas ao Governo a concretização das acções que fortaleçam e desenvolvam a CPLP.

Acreditando "no projecto de erigir uma nova entidade multilateral que assuma, no contexto internacional, a defesa dos povos do espaço lusófono", para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, a construção dessa comunidade deve basear-se num "processo gradual de pequenos passos".

Carlos Beja, falando em nome da bancada socialista, exaltou também a criação da CPLP, que, no seu entender, poderá "projectar os laços de fraternidade que unem os países de língua portuguesa", uma importância partilhada por Azevedo Soares (PSD) ao considerar que a constituição da comunidade de países lusófonos "marca o presente e o futuro das Nações unidas pela língua portuguesa". Nuno Abecasis (PP), por sua vez, sublinhou a importância da União das Capitais de Língua Portuguesa (UCLP) como organismo defensor da língua de Camões, e referiu Lisboa como "ponto de encontro de lusófonos europeus, africanos e brasileiros".

Também o Partido Ecologista "Os Verdes", pela voz da deputada Isabel Castro, saudou a criação da CPLP e referiu que a comunidade deve servir "para aproximar os povos, num objectivo de paz".

Fiscalização do SIS O chumbo dos candidatos

Na eleição para o Conselho de Fiscalização do SIS (Serviços de Informação de Segurança), efectuada na semana transacta no Parlamento, apenas Robin de Andrade viu aprovado o seu nome ao obter 149 votos favoráveis dos 204 deputados presentes (34 votaram não e nove abstiveram-se, registando-se ainda onze brancos e um voto nulo).

Marques Vidal e Luís Silveira, propostos, respectivamente, pelo PSD e PS, tiveram sorte diferente, não conseguindo os 136 votos necessários para a eleição. O primeiro obteve 129 votos positivos, 50 negativos e 14 abstenções. Houve ainda um voto nulo e dez brancos. Quanto ao segundo, foi votado favoravelmente por 96 deputados e negativamente por 75. Teve também onze abstenções, dois votos nulos e 20 brancos.

Estes resultados originaram de imediato recriminações mútuas entre as bancadas do PSD e do PS, chegando mesmo esta a considerar o facto de "insólito e grave".

Octávio Teixeira, presidente do Grupo comunista, reagiu também à não eleição de dois dos três elementos indicados para o Conselho, mas em moldes totalmente diferentes. "Mais importante do que a não eleição é o facto de não haver condições para uma efectiva fiscalização do SIS", comentou o líder parlamentar do PCP, defendendo a alteração da lei actual e o alargamento do âmbito do Conselho a todos os partidos representados na Assembleia da República

Odete Santos ao "Avante!" sobre a lei do aborto e o referendo Conveniências PS/PSD esquecem as mulheres

No PS é manifesta a existência de "graves problemas internos já que há quem nesse partido não se importe em manter a lei que temos «como guarda nocturno da sua boa consciência», não se importando com o sofrimento das mulheres portuguesas", declarou ao "Avante!" a deputada comunista Odete Santos num comentário a propósito do anúncio na semana transacta pela direcção do Grupo Parlamentar do PS de que vai propor a realização de um referendo no caso de os projectos sobre a lei do aborto, em debate no próximo dia 20, serem aprovados no Parlamento.

Interpretando esta postura dos responsáveis da bancada socialista como um exercício de realidade virtual, Odete Santos começa por estabelecer um paralelo entre este episódio e um outro de idêntico sentido ensaiado pelo PSD, recordando a propósito que o PCP opôs-se desde o início ao referendo proposto pela bancada laranja, porque foi manifesto, desde logo, que este Partido pretendia apenas resolver problemas internos, usando assim os graves problemas sociais das mulheres portuguesas em proveito partidário.

O facto de só ter proposto o referendo mais de meio ano depois de o PCP ter apresentado o seu projecto de lei em Junho de 1996, significa ainda, no entender da parlamentar comunista, que o PSD jogou com o tempo, estudando o momento político que mais convinha aos seus interesses partidários. Mais uma vez sem ter em qualquer conta os problemas das mulheres portuguesas.

Quanto à pergunta que o PSD apresentou para o referendo, garantiu Odete Santos, não diz respeito a nenhum dos projectos de lei em apreciação na Assembleia da República, ou seja, a pergunta «Não sendo por razões médicas, concorda em que o aborto seja livre?», sugerida pelo PSD, diz respeito a uma iniciativa legislativa que ninguém apresentou.

Com efeito, como tratou de explicar Odete Santos no seu depoimento ao nosso jornal, ser livre o aborto teria tradu-

ção na eliminação do crime do Código Penal. Donde resultaria que deixaria de haver lei, e cada mulher poderia fazer a IVG como e onde quisesse: na parteira, no médico, em casa, em casa da vizinha, mesmo nas mais precárias condições para a sua saúde.

Ora, acrescentou, não é isto que o PCP propõe. O PCP propõe que seja despenalizada a conduta da mulher grávida que, nas primeiras 12 semanas faça a IVG em hospital ou em estabelecimento de saúde para tal oficialmente reconhecido. Isto não é a liberalização do aborto. Porque continua a ser punido o aborto feito fora destas condições.

O que se pretende com o referendo é, por conseguinte, na opinião da deputada comunista, apurar a moral maioritária da sociedade portuguesa. Desenvolvendo o seu ponto de vista, assinala que, na verdade, quando, para se justificar o referendo, se diz que se trata de um problema de consciência, os que assim falam não estão a referir-se ao problema da consciência da mulher que num momento dramático da sua vida se vê forçada a interromper a gravidez.

Quando o PSD e o PS dizem que se trata de um problema de consciência para defender o referendo - observa -, referem-se à consciência dos outros, que não da mulher, e o que querem saber é se a consciência dos outros se sobrepõe ao foro íntimo da mulher, à consciência desta. Isto é: o que aqueles partidos pretendem é colocar em jogo, na praça pública, a consciência individual da cada mulher, dos muitos milhares que recorrem ao aborto clandestino.

Opondo-se determinantemente à exposição do foro íntimo das mulheres e entendendo que este é um problema da sua consciência, não da consciência dos outros, Odete Santos conclui que nesta matéria não há que determinar qual a moral maioritária, porquanto, diz, não se trata de um problema moral.

Acresce que nem todos os factos imorais são considerados crimes, sublinha a nossa interlocutora, antes de lembrar que foi fácil descriminalizar o incesto; foi descriminalizado o adultério. Talvez porque aí também os homens eram réus...

Mas agora que se quer descriminalizar, e apenas parcialmente, o aborto, onde são vítimas e réus as mulheres, quer-se, com o referendo, apurar qual o sentido da moralidade dominante, exclama Odete Santos, que faz igualmente notar que para além de não ser isso que está em causa, pois nem todos os factos imorais são crimes, a verdade é que o Direito Penal moderno, o Direito Penal dos Estados de Direito Democrático, não consagra as regras morais da sociedade.

E acrescentou: impor a cada indivíduo a moralidade dos outros é próprio dos Estados autoritários.

Os Estados de Direito Democrático, ao contrário, têm um direito penal fundado na tolerância que não pode impor a ninguém a moralidade dos outros, as convicções religiosas dos outros, as convicções filosóficas dos outros.

Um Estado de Direito Democrático não pode ameaçar as liberdades individuais com penas de prisão suportadas nas moralidades ou nas concepções de vida dos outros.

Assim, se se trata de um problema do foro íntimo de cada mulher, não há que perguntar aos outros se em nome da sua moralidade as mulheres devem continuar a ser obrigadas ao aborto clandestino sob a ameaça de penas de prisão.



A interrupção voluntária da gravidez é uma questão do foro íntimo de cada mulher

A parlamentar do PCP é ainda da opinião que não sendo por conseguinte um problema de consciência dos outros cidadãos, muito menos se trata de um problema de consciência de cada deputado, argumento que tem surgido para justificar o referendo.

Nesse sentido, para Odete Santos, os deputados devem, porque não estamos perante problemas morais mas perante problemas sociais, resolver os graves problemas sociais das mulheres portuguesas. Os deputados devem saber que a lei humana, nomeadamente a lei penal, nem sempre coincide com a lei moral, como até o afirmaram os Doutores da Igreja Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

E para ilustrar o que acabara de afirmar Odete Santos cita o exemplo de Sandra O'Connor, uma mulher conservadora nomeada como juiz para o Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos da América por Reagan, que, na sua perspectiva, teve a envergadura moral para, numa sentença em que se apreciava a inconstitucionalidade de uma lei restritiva da IVG (em 1992), afirmar a inconstitucionalidade das restrições.

"Homens e mulheres de boa consciência - disse Sandra O'Connor - podem discordar, alguns seguramente discordarão sempre, acerca das implicações morais de pôr termo a uma gravidez, mesmo no primeiro trimestre. Alguns de nós (os juizes) como indivíduos consideram o aborto ofensivo dos nossos mais elementares princípios de moralidade, mas isso não pode determinar a nossa decisão. A nossa obrigação não é impor o nosso próprio Código moral".

Uma opinião compartilhada pela deputada do PCP que, em jeito de remate à conversa, deixa ainda expresso um desejo: que a decisão dos deputados seja determinada pelos dramas das mulheres portuguesas, nomeadamente as das classes mais desfavorecidas, a quem é negado o direito a uma maternidade feliz.

Palestina defende aproximação à UE

A União Europeia e a Palestina vão assinar um acordo provisório de cooperação, anunciou segunda-feira em Haia o ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda, Hans Van Mierlo.

A assinatura do acordo, agendada para dia 24, em Bruxelas, numa cerimónia que contará com a presença do presidente da autoridade palestina, Yasser Arafat, foi anunciada no final de um encontro entre o dirigente palestino e os governantes da Holanda, país que detém actualmente a presidência rotativa da UE.

Em Haia, Yasser Arafat apelou à União Europeia para que desempenhe «um papel político no processo de paz» do Médio Oriente.

«Não posso imaginar que Israel e a Palestina só se interessem pelo papel económico da Europa e negligenciem o seu papel político», declarou Arafat, no final de um encontro com o chefe do governo holandês, Wim Kok, e o chefe da diplomacia, Hans Van Mierlo.

Na ocasião, o chefe da diplomacia holandesa considerou não haver diferenças entre o papel dos EUA e da UE no Médio Oriente, pois ambos «visam o mesmo objectivo», que «é servir a paz», e insistiu na necessidade de «evitar uma divisão de papéis, colocando a UE do lado dos palestinos e os Estados Unidos do lado de Israel».

Arbitragem

O desejo de maior protagonismo político da UE na Palestina surge num momento em que estão ainda em suspenso 34 pontos dos acordos de paz de Oslo sobre a autonomia palestina na Cisjordânia e Faixa de Gaza.

Embora Yasser Arafat tenha afirmado há dias que os palestinos «só em último caso» recorrerão à arbitragem internacional para desbloquear esses pontos, não é de excluir que a UE venha a ser chamada a ter um papel mais activo no desbloquear do impasse. O presidente da Autoridade Palestina fez saber que as negociações sobre a fase final dos acordos não deverá ter lugar

antes de resolver os pontos em suspenso, «para que Israel não os utilize como meio de chantagem nas negociações».

Arafat, citado pelo diário árabe «Al-Hayat», afirmou que pedirá «uma arbitragem internacional» caso Israel persista na recusa em resolver estas questões, entre as quais se conta «a libertação de prisioneiros palestinos, a abertura do aeroporto e do porto de Gaza, assim como a passagem entre a Cisjordânia e Gaza».

Falando em Davos (Suíça), domingo passado, o líder palestino lamentou a impossibilidade de abrir o aeroporto de Gaza, concluído há seis meses, e declarou-se pronto a aceitar uma «presença internacional» no aeroporto, assim como no porto que deve ser construído, e em Hebron.

Para hoje, em Erez, ponto de passagem entre a Faixa de Gaza e Israel, estava previsto um encontro de Arafat com o Primeiro-Ministro israelita, Benjamin Netanyahu.

Cooperação

Entretanto, também na capital holandesa, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação português, José Lamego, defendeu a manutenção de um quadro especial de cooperação da União Europeia com os países ACP - África, Caraíbas e Pacífico, com maior diferenciação interna. «Os maus resultados verificados nalguns aspectos não devem prejudicar essa cooperação», disse.

No final de um encontro com o Ministro da Cooperação Internacional da Holanda, Jan Pronk, o representante português manifestou-se ainda a favor do reforço dos aspectos políticos da cooperação, previstos na IV Convenção de Lomé, sobretudo em matéria de resolução de conflitos.

Segundo a Lusa, a questão de Timor-Leste, apesar de não constar da agenda da reunião, foi abordada informalmente.

Saramago em Estrasburgo

O escritor José Saramago estará no Parlamento Europeu, em Bruxelas, no próximo dia 12, onde participará num encontro-debate sobre o seu trabalho e a sua obra, a convite do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica.

O encontro-debate decorre na sequência das Jornadas sobre «O Compromisso do escritor», iniciativa das componentes espanhola e portuguesa deste Grupo, em Lanzarote (Canárias), realizada em Abril do ano passado, para assinalar a atribuição do Prémio Camões ao escritor.

Saramago desloca-se à Bélgica após ter participado em França no lançamento da edição em língua francesa do seu último livro, «Ensaio Sobre a Cegueira» («L'aveuglement», éditions du Seuil).

Na vasta bibliografia de José Saramago encontram-se títulos como «Levantado do Chão», «Memorial do Convento», «Jangada de Pedra» e «O Evangelho Segundo Jesus Cristo», muitos dos quais traduzidos em várias línguas, incluindo as dos países da União Europeia.

Greve geral no Equador

Estava prevista para ontem, quarta-feira, uma greve geral no Equador, que une sindicatos e empresários contra as medidas económicas aprovadas pelo Governo e consequentes aumentos brutais: 350 por cento na electricidade, telefone e gás doméstico, e 35 por cento nos transportes públicos. A greve poderá prolongar-se por 48 horas, caso o presidente do país, Abdalá Bucaram, não recuar nos seus propósitos. Outras reivindicações passam pela mudança na forma de governação e a demissão de alguns ministros. Os protestos da população, iniciados há cinco semanas, já levaram à detenção de 600 pessoas e provocaram ferimentos em cerca de 30.

Massacres no Burundi

As Nações Unidas revelaram recentemente que centenas de mulheres e crianças foram massacradas pelo exército do Burundi nos últimos dois meses. Os incidentes registados, maioritariamente da responsabilidade das forças armadas burundesas, provocaram pelo menos 1100 mortos, vítimas de massacres, execuções sumárias, mortes suspeitas ou desaparecimentos. A ONU estima que em três anos de guerra civil já tenham morrido 150 mil pessoas. Em Dezembro verificou-se um aumento da violência e das operações militares no país, contando-se entre os civis a maioria das vítimas. O número de refugiados sobe de dia para dia. Actualmente, cerca de 200 mil pessoas estão deslocadas da sua zona de origem. A guerra civil e o embargo económico regional têm vindo a piorar a situação económica da população. «As massas camponesas mergulham cada vez mais no sofrimento e na miséria», afirma a ONU.

Presos políticos no Chile

Familiares dos presos políticos chilenos ocuparam na semana passada a embaixada australiana na capital do país, protestando contra as condições em que se encontram os seus parentes. Na Cadeia de Segurança, em Santiago do Chile, encontram-se 55 presos em greve da fome há mais de 20 dias, em protesto contra a restrição dos contactos com o exterior.

Alemanha aprova reconciliação

O Parlamento Alemão Federal aprovou na

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa decorreu durante a semana passada, em Estrasburgo, na França. O futuro da União Europeia e da Nato foram alguns dos temas debatidos.

Durante a sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, realizada na semana passada em Estrasburgo, o deputado comunista Lino de Carvalho foi eleito, por proposta do presidente da subcomissão de Pescas, relator de um estudo do Conselho da Europa sobre a gestão da exploração dos recursos marinhos e a política de pescas.

Este estudo tem como objectivo «melhorar a coordenação e a exploração dos conhecimentos e das experiências europeias para a gestão das utilizações dos ecossistemas marinhos, em particular as pescas, e oceânicos».

O trabalho tem particular importância para as pescas portuguesas e pode ajudar à criação de uma instituição europeia - uma Agência Europeia do Mar - vocacionada para a coordenação de estudos e iniciativas relativas a estas questões.

A obsessão por Maastricht

Na mesma sessão, Lino de Carvalho considerou que os relatórios apresentados durante a iniciativa sobre a Conferência Intergovernamental 96 (CIG) da União Europeia e sobre a União Económica e Monetária (UEM) reflectem as contradições entre o que a UE deveria ser e aquilo em que se está a transformar.

Como explicou, o relatório de M. Masserat referente à CIG deseja que a União se mantenha democrática, através do reforço do papel dos parlamentos nacionais na elaboração das políticas europeias.

O segundo, sobre a UEM, reconhece que esta arrasta con-

sigua uma concentração crescente de investimentos nos países e zonas mais ricas e o aumento do desemprego nas regiões periféricas e o agravamento do défice democrático, bem como um aumento do desemprego e da mobilidade e a diminuição das garantias sociais.

Esta realidade, na opinião de Lino de Carvalho, provocará inevitavelmente uma forte reacção social e política dentro e fora da UE. «É intolerável que, mais uma vez, sejam os trabalhadores que têm de pagar os custos de Maastricht e da Moeda Única», acrescentou.

Por outro lado, «a fixação de uma taxa de câmbio que conduz a um Euro forte, excessivamente valorizado, vai penalizar não só as economias mais frágeis da UE como vai ter repercussões evidentes nas relações com as economias de países externos à própria União».

O deputado salientou ainda a necessidade da realização de um grande debate público sobre as questões fundamentais que estão actualmente a ser decididas: política externa e de segurança comum, a identidade europeia da defesa, os sistemas de decisão, de voto e de veto e o papel dos parlamentos nacionais.

«Sem prejuízo da existência de opiniões divergentes, há contudo uma questão que deveria unir a todos: a exigência dos povos serem consultados pela via do referendo sobre a passagem à moeda única e sobre a revisão do Tratado, como, aliás, é seu desejo nas mais recentes sondagens publicadas», afirmou.

Lino de Carvalho rejeitou «uma União Europeia a várias velocidades, com um directório

de grandes países, centrada no eixo franco-alemão, uma UE onde a obsessão pelos critérios de convergência nominal de Maastricht se traduzem em mais desemprego, mais desre-

o PCP, lamentou o avanço da organização, considerando que o desaparecimento dos dois blocos políticos opostos no fim dos anos 80 na Europa consistiu numa real oportunidade de



O GUE defende a integração da Nato numa estrutura colectiva de segurança pan-europeia

gulamentação e mais flexibilidade para os trabalhadores, uma Europa fortaleza, uma Europa federal como decorre da introdução da moeda única, uma Europa que não ouve a opinião e a vontade dos povos».

Alargamento da Nato

O alargamento da Nato aos países de Leste foi outra questão abordada. O Grupo Unitário de Esquerda (GUE), onde se inclui

desenvolver um sistema de paz e segurança diferente. «Era lógico esperar que, depois do desmantelamento do Pacto de Varsóvia, a Nato fosse dissolvida ou, no mínimo, a sua transformação radical e integração numa estrutura colectiva de segurança pan-europeia», explica num comunicado.

Perante esta situação, o GUE vai levar a cabo, entre outras iniciativas, acções de informação junto ao grande público sobre a posição do grupo e apoiar a posição da Ucrânia como Estado fora do bloco que renuncia às armas nucleares.

Pena de morte na Rússia e Ucrânia

A Assembleia do Conselho da Europa aprovou uma proposta que exorta a Rússia e a Ucrânia a abolirem a pena de morte, por razões humanas e no seguimento dos compromissos assumidos com a adesão ao Conselho da Europa, sob pena de a sua participação no Conselho vir a ser posta em causa.

Apesar da sua conhecida oposição à pena de morte, o Grupo Unitário de Esquerda (em que se integra igualmente a Ucrânia e a Rússia) absteve-se na votação daquela proposta. Ao intervir em nome do Grupo, Lino de Carvalho referiu a complexidade da situação nestes dois países. «A liquidação do sistema socialista provocou o desmembramento do quadro político, económico e das garantias sociais existentes. A privatização generalizada e selvagem da economia e a adopção de teses ultraliberais puseram a saque os respectivos recursos. Este quadro provocou e continua a provocar milhões de desempregados, de pobres, de excluídos. É neste caldo de cultura que se tem multiplicado o crime organizado (que já afecta os nossos países) e a marginalidade social, responsável por raptos, extorsões e assassinatos.

«Compreende-se que este seja um assunto complexo e sensível para a Ucrânia e a Rússia e que a opinião pública desses países possam interpretar a abolição da pena de morte como uma cedência ao crime organizado.»

Segundo o Grupo - que recordou o facto de a pena de morte subsistir noutros países, incluindo os EUA, que têm assento no Conselho ainda que a título de observadores - a solução passa pelo combate das razões que, no plano económico e social, geram esta realidade, bem como a criação de um sistema de forças de segurança e judiciário independente e um sistema penal justo que gradue as penas e promova a reinserção social.

Suazilândia em greve

Exigindo um sistema democrático mais alargado, os trabalhadores da Suazilândia levaram a cabo uma greve nacional na segunda-feira. O Governo destacou um grande número de soldados e polícias de forma a abafar a jornada, bloqueando estradas e mantendo-se junto a bancos, lojas e empresas encerradas. A maioria das fábricas no sector do açúcar estiveram fechadas e a função pública esteve 50 por cento operacional.

Segundo as autoridades, nenhum incidente foi registado apesar da tensão. Mas, nas palavras de diplomatas ocidentais, as forças de segurança utilizadas pelo Governo montaram um tal aparato que parecia que o país estava em «estado de emergência virtual».

«A única coisa que não existe é hora de recolher, mas o governo fez um trabalho tão eficiente que existe um estado de emergência de facto», afirmou um embaixador à agência Reuters.

Durante o fim-de-semana, quatro dirigentes da Federação de Sindicatos da Suazilândia foram presos sob a acusação de subversão da ordem pública. A maior federação sindical da África do Sul já pediu ao governo de Mbabane para libertar os sindicalistas.

Também o Ministério dos Negócios Estrangeiros sul-africano exortou o Governo do estado vizinho a «dialogar com todos os sectores da sociedade da Suazilândia».

Coreia do Norte pede ajuda alimentar

A Coreia do Norte lançou segunda-feira um apelo à comunidade internacional para que lhe forneça ajuda alimentar, dado que as suas reservas de cereais se encontram em situação de pré-ruptura devido às cheias devastadoras que assolaram o país no ano passado.

O défice cerealífero, segundo a Agência Central de Notícias norte-coreana, é de 2,3 milhões de toneladas.

Confrontada com a gravidade da situação, a Comissão de Auxílio às Vítimas das Inundações veio a público lembrar que «os desastres naturais são incontroláveis, existindo uma prática internacional que consiste em conceder auxílio humanitário às vítimas sem tomar em consideração a ideologia ou sistema social».

Este segundo apelo da Coreia do Norte à ajuda internacional (o primeiro foi feito o ano

passado após as cheias de 1995), ocorre numa altura em que o Programa Alimentar Mundial, da ONU, se prepara para lançar a terceira campanha deste ano para tentar angariar meios para o auxílio alimentar ao país, cujas reservas alimentares prevê esgotadas no final da Primavera ou início do Verão.

Responsáveis da ONU, citados pela Lusa, afirmam que a ração distribuída pelas autoridades norte-coreanas à população foi sendo reduzida de 400 para apenas 100 gramas nos últimos meses (nos campos das Nações Unidas os refugiados recebem uma ração diária de 650 gramas).

As dificuldades da FAO em conseguir auxílio para os norte-coreanos deixa antever que, uma vez mais, a fome está a ser utilizada pelas potências mundiais para exercer pressões sobre o regime da Coreia do Norte.

Bélgica

A marcha multicolor dos metalúrgicos vermelhos

Dezenas de milhar de pessoas juntaram-se domingo em Tubize, na Bélgica, para apoiar a «Marcha pelo Emprego» convocada pelos trabalhadores metalúrgicos de «Clabecq», cuja falência foi declarada a 3 de Janeiro.

A Bélgica está a acordar para a compreensão de que só a solidariedade pode fazer face à «fatalidade» de um futuro que alguns pretendem desumanizado e submetido aos únicos ditames do lucro. Tudo começou com a «Marcha Branca» de 20 de Outubro, quando o povo belga se levantou contra a corrupção de um sistema traduzida na convivência e cobertura oficiais da mais brutal forma de exploração, a pedofilia. Outras marchas se seguiram, a exigir justiça. Outras se seguirão à de domingo, como ela a clamar pelo direito ao emprego.

A solidariedade com os metalúrgicos de «Clabecq» - a falência do grupo siderúrgico ameaça a subsistência de 1.800 famílias já privadas de rendimentos - não conheceu fronteiras político-partidárias, sociais ou ideológicas. Numerosas delegações de empresas de todo o país, associações estudantis, humanitárias e religiosas participaram na manifestação, organizada pelos sindicatos socialista (FGTB) e cristão (CSC).

Os manifestantes - a que se juntaram familiares de crianças desaparecidas ou vítimas da rede do pedófilo Marc

Dutroux - desfilaram em protesto contra a falência da «Clabecq», declarada no seguimento da recusa da Comissão Europeia em avaliar um plano de recapitalização do grupo, mas também contra a multiplicação de encerramentos de empresas na região sul da Bélgica.

«Nunca teremos uma Europa social, se não tivermos países europeus com preocupações sociais», afirmou o dirigente do FGTB, Roberto d'Orazio. Um sentimento partilhado pelos mais de 50.000 manifestantes que denunciaram igualmente as deslocalizações industriais para países com custos salariais inferiores ou com legislações sociais mais «flexíveis», designação muito em voga para escamotear os fenómenos de «dumping» social.

A Marcha pelo Emprego, que muitos observadores apontam como mais um passo na revolta tranquila em curso na Bélgica, decorreu sem incidentes, ao som da «Internacional».

solidaire

Hebdomadaire du Parti du Travail de Belgique - PTB

Publication de M. Lemaire 171710, 1990 Bruxelles P. 021212 de 26 N. 2 (1997) 8 pages 10/7, 27 ans ans. 40 fr. Dépôt légal

Le capitalisme, c'est la misère.

Il faut le socialisme!



Tous à la Marche pour l'Emploi

Dimanche 2 février, à 14 heures

Rassemblement aux Forges de Clabecq à Tubize

Albânia

Fórum para a Democracia exige eleições antecipadas

Sete partidos da oposição albanesa criaram um «Fórum para a Democracia» que reclama a demissão do Governo e a convocação de eleições legislativas antecipadas.

A vaga de protestos que se vive na Albânia desde há duas semanas, desencadeada pela falência de sociedades usurárias que levaram à ruína milhares de pessoas, adquire cada vez mais contornos políticos que o Governo procura enfraquecer recorrendo à repressão de manifestantes e à prisão de dirigentes da oposição.

É neste contexto que surge o «Fórum para a Democracia», no final de Janeiro, agrupando o Partido Socialista (PS, ex-comunista), principal formação da oposição, o Partido Social-Democrata (PSD), a Aliança Democrática, o Partido Democrático da direita, o Partido Legitimista, o Partido Republicano de direita, o Partido do Ideal Democrático e ainda a Associação dos antigos perseguidos políticos.

O «Fórum para a Democracia» exige a demissão do Governo, a formação de um executivo provisório composto por representantes da oposição, a convocação de eleições legislativas antecipadas e a constituição de três comissões conjuntas poder-oposição, segundo anunciou, sexta-feira, Skender Gjinushi, presidente do PSD, citado pela Lusa.

No mesmo dia, o Ministério do Interior albanês anunciou a prisão de 149 pessoas acusadas de «perturbações na ordem pública», que incorrem, pelo código penal albanês, em penas que podem ir até aos 15 anos de prisão.

No domingo, efectivos da polícia detiveram Azem Hajdari, líder sindical de grande prestígio no país, acusado de ter convocado para Tirana uma manifestação, proibida pelas autoridades, de protesto contra as fraudes bancárias.

Hajdari exige a demissão do primeiro-ministro, a quem acusa de ser responsável pela crise que se vive no país.

Manifestações com idênticos objectivos verificaram-se nas cidades de Lezha e Durres, organizadas pela oposição de esquerda liderada pelo Partido Socialista.

Entretanto, os secretários-gerais do Partido Socialista, do Partido Social-Democrata e da Aliança Democrática da Albânia foram inculcados por «responsabilidade» na violência ocorrida nos últimos dias no país.

Segundo fontes do Partido Socialista citadas pela Lusa, foram ainda detidos no mesmo âmbito quatro dirigentes do PS, os secretários-gerais de Vlorë (sul), Berat (sul) e Peshkopia (norte).

Em diferentes localidades do país, edifícios públicos, presidências de câmara e sedes do partido no poder, foram incendiadas ou destruídas por manifestantes.

Os prejuízos foram avaliados pelo governo em 50 milhões de dólares.

Angola

Dois milhões vítimas da guerra

A guerra civil angolana afectou mais de 2 milhões de pessoas, 450 mil das quais crianças com menos de cinco anos, informa um documento sobre a situação humanitária em Angola divulgado esta semana pela Lusa.

O documento, vindo a público por ocasião do 1º Congresso luso-angolano sobre saúde e reinserção social - a decorrer desde de terça-feira em Luanda, durante quatro dias - analisa ainda os fluxos migratórios provocados pela guerra.

Em 1991, aquando da assinatura dos acordos de paz de Bicesse, em Portugal, os fluxos migratórios abrangiam cerca de milhão e meio de pessoas, entre deslocados nas cidades e nos países vizinhos; aumentaram depois em 1992, com o reacender do conflito, na sequência das primeiras eleições legislativas e presidenciais em Angola, cujos resultados foram postos em causa pela Unita.

Os sucessivos atrasos na aplicação do Protocolo de Lusaca, assinado em 1994, contribuíram para agravar a situação. Hoje, as autoridades encontram-se a braços com um imenso programa de reinserção das populações deslocadas e também dos ex-militares - calculados em 100 mil, em que se incluem 5 mil menores e 30 mil deficientes físicos - cujas estruturas económicas e sociais básicas o país não está em condições de estabelecer sem o auxílio da comunidade internacional.

Angola apresenta actualmente alguns dos piores índices económico-sociais do continente africano.

Um estudo elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística, de Outubro de 1996, mostra que a situação de pobreza é um fenómeno generalizado que afecta todos os grupos socio-económicos, estratos sociais e regiões urbanas.

O estudo, que incidiu sobre 5.783 agregados

familiares residentes nas cidades de Luanda, Cabinda, Lobito-Catumbela, Benguela, Luena e Lubango, adianta que 45 por cento da população activa está desempregada, sendo as mulheres as mais atingidas.

Quanto à assistência médico-sanitária, o estudo revela que a procura do serviço público de saúde tem vindo a

diminuir (apenas 35 por cento das famílias declarou ter procurado esses serviços), sendo prática comum a automedicação, sobretudo entre os agregados mais pobres. A escolha final dos serviços médicos é ditada pelo nível de rendimentos do agregado e pelo nível educacional, o que acaba por ter efeitos perversos em termos de política epidemiológica e sanitária geral. A saúde pública é ainda ameaçada por práticas incorrectas em relação ao lixo (é comum o despejo dos lixos domésticos em lixeiras a céu aberto, maioritariamente num raio de 200 metros do domicílio), e à água, já que apenas metade das famílias inquiridas trata a água que consome.



quinta-feira a Declaração de Reconciliação Germano-Checa, com 578 votos a favor, 20 contra e 23 abstenções. Esta declaração tem vindo a ser alvo de vários protestos tanto na Alemanha, como na República Checa.

Ataques na Córsega

Na noite de sábado para domingo ocorreram quarenta e seis atentados na Córsega reivindicados pela FLNC, o braço armado da Cuncolta Naziunalista. As acções, na sua maioria na Alta Córsega, foram perpetradas essencialmente contra estabelecimentos bancários e edifícios públicos.

Guerrilha colombiana disposta a negociar

A Comissão Nacional de Conciliação anunciou que as principais guerrilhas colombianas estão dispostas a negociar o fim do movimento armado com o Governo. O organismo anunciou que vai apresentar nas próximas semanas uma proposta destinada a abrir oficialmente a via do diálogo. Nos últimos dez anos, a luta armada matou cerca de 30 mil pessoas.

Vaga de violência na Argélia

Quinta-feira, mais de mil pessoas assistiram ao funeral do líder da União Geral dos Trabalhadores Argelino, assassinado dias antes por um grupo islamita armado. A portuguesa CGTP-IN enviou uma mensagem de solidariedade ao sindicato. Mais de 300 pessoas foram mortas depois do início do Ramadão, em 10 de Janeiro, em atentados à bomba e massacres de aldeias. De sexta-feira para sábado, 31 pessoas foram degoladas em Medea (80 quilómetros a sul de Argel) e, na noite seguinte, sete foram assassinadas perto da localidade de Larbaa.

A instância dissolvida no estrangeiro da Frente Islâmica de Salvação condenou entretanto a vaga de violência, responsabilizando «o poder militar» e afirmando que, na sua intervenção de sexta-feira, o presidente Liamine Zéoual «rejeitou todas as iniciativas de paz e fechou as portas a todas as premissas de paz». «Esta cegueira e irresponsabilidade deixam supor um recrudescimento perigoso da situação de segurança», acrescentou.

Texto:
Domingos Mealha
Fotos:
Jorge Caria

Têxteis pelas 40 horas

Lutar com garra

No Vale do Ave, este foi o décimo sábado de greves pela redução do horário e o fim do trabalho ao sábado. Em várias empresas, a reportagem do «Avante!» pôde verificar que é firme a combatividade dos trabalhadores e que são cada vez mais frequentes e mordazes as críticas ao Governo e ao Partido Socialista, cuja prática desdiz as promessas eleitorais e os coloca objectiva e empenhadamente ao lado dos patrões.

Por muito curta que possa ser a memória dos homens, há episódios que não se esvaem facilmente. Os trabalhadores da indústria têxtil têm ainda bem presente que António Guterres, na campanha eleitoral de 1995, lhes prometeu a semana de 40 horas e o fim do trabalho ao sábado. Quem assistiu, como nós, também não vai perder a recordação das operárias da Têxtil Manuel Gonçalves, quando saíram do trabalho uma hora mais cedo que o exigido pelos patrões, percorrendo o caminho até à portaria sob o fraterno aplauso

dos camaradas dos outros turnos que as aguardavam ao longo dos muros da empresa.

«A gente vai à cama, mas não consegue dormir» - lamentava-se, com um sorriso nos lábios e os olhos muito vermelhos, um afinador de máquinas da TMG. Faltavam alguns minutos para as 15 horas, estávamos todos cá fora, à espera dos trabalhadores em luta. Ele, que terminara o turno às 6 da manhã, aguardava igualmente o resultado da greve; mas estava também à espera da esposa. Trabalhava ambos na Têxtil Manuel Gonçalves, em turnos diferentes, há 24 anos. Como sucede com outros casais, entre os 2200 trabalhadores da TMG, um termina a jornada quando o outro pega ao serviço.

Esta é uma das empresas maiores e mais modernas na região. No entanto, como na generalidade das indústrias têxteis, de vestuário e de calçado, os ordenados são muito baixos (a maioria das trabalhadoras ganha cerca de 58 con-

tos) e os horários de trabalho são longos: quando o secretário-geral do PS aqui passou, na campanha eleitoral para as legislativas, era normal trabalhar 8 horas de segunda a sexta e ainda 4 horas ao sábado, perfazendo 44 horas semanais.

Muitos votos foram aqui arrecadados por conta da promessa de redução para as 40 horas, com o fim do trabalho ao sábado. Sabia o actual primeiro-ministro que essa era uma aspiração profunda dos trabalhadores, mas não imaginava que o não cumprimento da promessa pudesse gerar uma tão forte onda de descontentamento.

A luta dos trabalhadores têxteis foi despoletada pela entrada em vigor da Lei 21/96, no início de Dezembro. Muitas dezenas de milhares de trabalhadores começaram a laborar segundo um horário efectivamente reduzido em duas horas semanais e esperam que, em Dezembro próximo, a semana de trabalho passe a ser de 40 horas, cumpridas de segunda a sexta-feira. Das acções desde então desenvolvidas temos dado nota no «Avante!». No passado sábado acompanhámos dirigentes sindicais dos distritos do Porto e Braga, em mais uma jornada deste combate.

Confronto aceso

Os activistas da CGTP, tal como o afinador de máquinas da TMG, também não conseguem dormir nos dias de greve, na expectativa de que mais um turno pára aqui, mais uma empresa ceda ali, mais uma manobra de repressão precise pronta resposta acolá. A tarefa é dificultada pelo facto de, em muitos dos casos, nem sequer existir organização sindical nas empresas onde, mesmo assim, a luta tem muito forte adesão.

As oito horas da manhã estávamos junto aos portões da Rio Vizela, em Vila das Aves. Começam a sair os operários que recusam terminar o turno às 10 horas e concentram-se junto ao carro de som do sindicato. A indignação sobe de tom quando relatam as represálias a que os patrões estão a recorrer para desmobilizar a luta.

Na segunda-feira anterior, ao abrigo da lei sindical (portanto, com direito a remuneração) foi realizado um plenário que durou todo o dia; no dia seguinte, os trabalhadores que participaram no plenário foram impedidos de comer no refeitório e exigiram-lhes que tirassem os seus filhos do infantário. Todos foram imediatamente devolver as senhas de almoço que já tinham comprado até ao fim do mês, exigindo a devolução do dinheiro. Ai, a empresa retrocedeu e argumentou que se tratava de um equívoco...

Tal como na Fiteze (outra firma do grupo Machado Guimarães, também em Vila das Aves), já começaram a ser mudados de turno alguns dos trabalhadores mais combativos. Um delegado sindical recentemente eleito (a sindicalização de trabalhadores, a eleição de delegados e a formação de comissões sindicais estão a verificar-se em muitas das empresas em luta) conta ainda que aqui, sem creche nem refeitório, os grevistas passaram a estar impedidos de ir ao bar da fábrica, onde costumavam tomar o café antes de entrarem ao serviço.

Nestas empresas, como mais tarde se repetiria nas seguintes, ouvimos inúmeros relatos de operárias «chamadas ao escritório» para ouvirem repreensões e «esclarecimentos» dos superiores acerca da razão dos patrões e da falta de motivos para a greve.

Também ouvimos referências a trabalhadores que ainda não aderiram à luta, «estamos nós a lutar por eles». Renovam-se os apelos à unidade, pede-se maior apoio aos delegados sindicais, novo plenário fica convocado para segunda-feira, às cinco e meia da manhã.

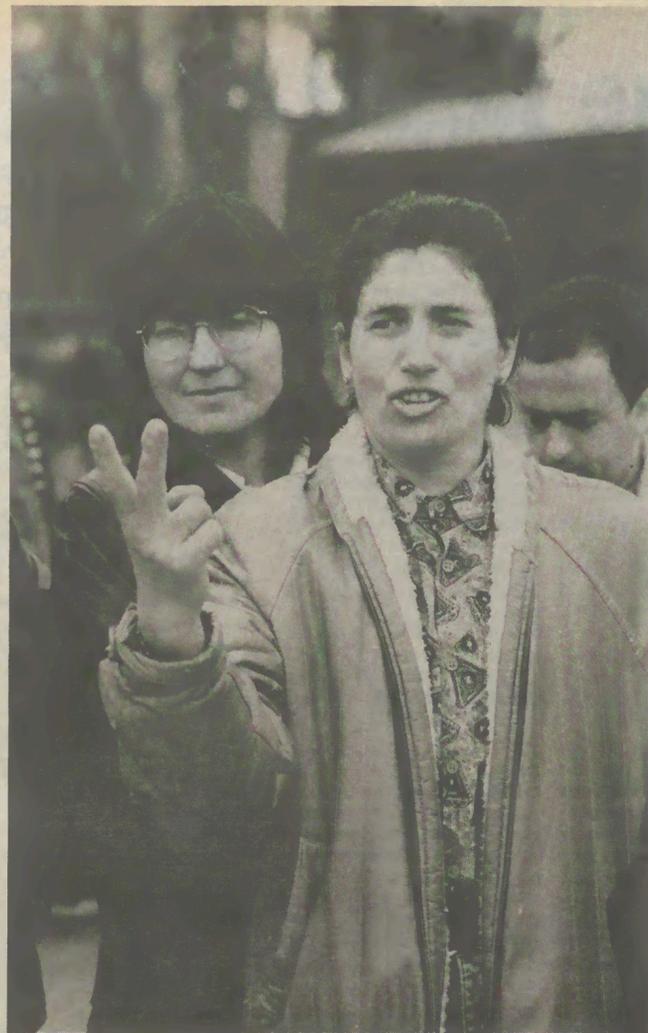
Em São Martinho do Campo, junto aos portões da Sofil, algumas dezenas de trabalhadores aguardam as dez horas. Contra a pretensão do patrão Narciso Oliveira e da gerência, defendem que cada turno trabalhe apenas duas horas todos os sábados. Se bem o defendem, melhor o praticam, apresentando-se pontualmente para entrar ao serviço. Só que encontram os portões fechados... para quem está na luta. Como a empresa exige que trabalhem cinco horas seguidas em sábados intercalados, descontactam-se dez horas no ordenado.

«Quanto tempo mais isto vai ter que durar?» - interrogam-se as operárias, não poupando os mais carregados recursos do vernáculo nortenho para exigir de António Guterres e do Governo que obriquem os patrões a cumprir a lei. Quando o repórter lhes devolve a pergunta, as operárias da Sofil hesitam um instante. «Aguardamos

mais este mês» é a primeira resposta, a que se segue uma firme «por mim, fico mais um ano». Várias vezes concluem: «Enquanto não resolverem isto, não deixamos». É que, com a luta, «até estamos a ficar habituadas a não trabalhar ao sábado».

Por todos os presentes — e lembrando a necessidade de falar aos que ali não estão — é aprovada a realização de um plenário sindical na sexta-feira seguinte. Os apitos exibidos pelas trabalhadoras recordam a participação na manifestação do fim de Dezembro no Porto. Os apelos dos sindicalistas sublinham que é preciso eleger delegados sindicais, como já sucedeu na Rio Vizela, na Fiteze, no Arco Têxteis. Operárias mais velhas lembram que «já foi o tempo de comer arroz de feijão no meio das máquinas».

Por muito curta que possa ser a memória dos homens, há episódios que não se esvaem facilmente.



As operárias da Sofil fizeram as contas e querem cumprir um horário com menos duas horas. A empresa fecha os portões a quem se recusa a trabalhar cinco horas seguidas em sábados intercalados

O que está em causa

Na actual luta pela redução do horário de trabalho, que se desenvolve sobretudo nos sectores têxtil, de vestuário e de calçado, mas abarca também outros ramos de actividade, jogam-se as pausas e os intervalos, que há décadas são incluídos no horário de trabalho e estão consagrados na contratação colectiva.

Num horário normal, a jornada de 8 horas de trabalho é interrompida para almoço. Esta interrupção não envolve qualquer polémica, porque nunca contou como horário de trabalho.

O trabalho por turnos não tem uma interrupção deste tipo. Durante as 8 horas do turno a produção não pára e os operários tomam uma refeição sem saírem da empresa. Neste intervalo, de 30 minutos, um trabalhador toma conta da tarefa do camarada que foi comer.

Nas confeções e, em geral, no trabalho em linha (indústria automóvel, fabricação de material eléctrico, etc.) há ainda pausas de 10 ou 15 minutos a meio de cada período de trabalho.

Este sistema não foi posto em causa nas reduções de horário anteriores.

A vigiarice

A Lei 21/96, aprovada na Assembleia da República com algumas alterações introduzidas ao projecto apresentado pelo Governo e fortemente contestado pelos trabalhadores e os sindicatos, faz referência a «tempo de trabalho efectivo» e abre as portas a que este seja entendido de forma diferente do significado que até agora tinha «horário de trabalho».

Este é um problema que foi já esclarecido em sede de comissão e por todos os grupos parlamentares: a lei só pode servir para reduzir o horário de trabalho. Não o entenderam assim muitos patrões e para tal contaram com o apoio do Ministério do Emprego e a convivência do primeiro-ministro.

Aprovada a lei, decidiram que estavam apenas obrigados a proceder à redução do tempo de trabalho efectivo. Primeiro, refizeram as contas: aos horários de 44, 43 e 42 horas subtraíram o tempo das pausas e intervalos. De seguida, fizeram a «redução», deixando tudo na mesma, exigindo mais horas aos trabalhadores ou diminuindo muito menos do que as duas horas exigidas legalmente.

Dentro deste quadro geral, «cada caso é um caso», como realçaram os sindicalistas têxteis à nossa reportagem. E apontaram alguns exemplos:

— empresas como a Baiona, Somani, Efecel, AM Pereira e Lavandaria Pizarro cumpriram a lei e diminuíram duas horas, respeitando pausas e intervalos;

— inicialmente, a Riopelle cumpriu, mas depois veio juntar-se à Rio Vizela, Fiteze, Sofil, TMG, Coelima, Lameirinho e outras, que exigem aos trabalhadores mais meia hora de trabalho, para «compensar» os intervalos da refeição; pelo relógio do patrão, os cinco intervalos de meia hora, de segunda a sexta, valem por uma redução de horário que ultrapassa a exigência legal;

— em fábricas só com um turno, como a Maconde ou a Fanjo, as pausas de manhã e de tarde foram aumentadas de 10 para 12 minutos, verificando assim uma redução de 40 minutos semanais; só que as empresas descontam os 12 minutos (no horário e no salário) e dizem que reduziram duas horas.

A vigiarice é por de mais evidente — o que aumenta a indignação dos trabalhadores. Afinal, a prometida redução para as 40 horas acaba por se tornar num embuste e o fim do trabalho ao sábado passa a ser uma miragem. Quem acaba por ganhar são os patrões, que arrecadam milhares de horas de trabalho e evitam despesas com a criação de postos de trabalho.

Para já, os trabalhadores lutam tenazmente para que não seja este o resultado. Por enquanto, perguntam se é o Governo que manda no País ou se são os patrões que mandam no Governo. A resposta que obtiverem será confrontada com as promessas que em 1995 lhes mereceram confiança e votos. Esta experiência não deixará de contar para as suas opções futuras.

Uma luta de desgaste

Junto à portaria da Têxtil Manuel Gonçalves, enquanto os trabalhadores em luta aguardam o transporte da empresa (que obviamente só sai pela hora dos patrões), tem lugar um plenário em que se fala de próximas acções. O coordenador da federação sindical têxtil propõe uma iniciativa que traga o combate para fora da empresa. Mas

realça que, ao definir novas formas de luta, é preciso ter em conta que o patronato aposta no desgaste e no cansaço dos trabalhadores.

Ficou agendada uma marcha a pé, «vamos até Famalição, se for preciso». Enquanto Manuel Lopes, da CGTP, expressa a sua indignação pelos desfiles de Ferraris numa região onde a maioria dos tra-

baldadores vive com grandes dificuldades, percorremos mais alguns relatos destas dez semanas de luta.

Na firma José Machado Almeida, de São Martinho do Campo, a recusa de trabalhar pelo relógio do patrão levou, como noutras, à retirada de prémios que complementam os magros ordenados. Aqui, os prémios são mais elevados, há mesmo um prémio trimestral de 35 contos para quem não faltar nenhum dia.

As empresas ignoram o facto de as faltas dadas na luta pela redução do horário estarem justificadas, ao abrigo da lei da greve. Mas aquela fez ainda mais: retirou o prémio a quem fez greve e deu-o a quem se acomodou à imposição patronal.

A Riopelle, visitada por um inspector de trabalho para verificar se estava a ser aplicada a lei 21/96 (segundo a interpretação de que a pausa conta como horário se o trabalhador se mantém disponível para a empresa nesse período), apresentou-lhe uma operária que está autorizada a deslocar-se a casa, porque tem o marido acamado e vive



Na Têxtil Manuel Gonçalves (foto de cima) e na Rio Vizela, como em dezenas de outras empresas, a esmagadora maioria dos trabalhadores cumpre a redução efectiva do horário de trabalho em duas horas e sai antes da hora exigida pelos patrões



As mulheres, que são a maioria as fábricas têxteis, têm acrescentadas razões para acabar com o trabalho ao sábado e demonstram especial combatividade e confiança no resultado desta luta

ali perto. A empresa só foi atuada quando os dirigentes e delegados sindicais insistiram para que o inspector ouvisse outros trabalhadores, que lhe disseram que a Riopelle passou a descontar as pausas mas proíbe o pessoal de sair das instalações nessa meia hora.

Todas estas manobras esbarram com uma reclamação justa e clara: «As empresas que contem o tempo de trabalho como sempre contaram e que o paguem como sempre pagaram!» — como disse o coordenador da CGTP ao falar aos trabalhadores da Riopelle, durante uma concentração que cortou por alguns minutos o trânsito entre Famalição e Guimarães.

A luta é de desgaste. Mas os trabalhadores têxteis estão determinados a prosseguir. E sabem que o desgaste também afecta os patrões.



A Riopelle começou por reduzir o horário, respeitando as pausas. Depois recuou e passou a exigir «compensação» pelas pausas. Os trabalhadores recusam, saem à hora prevista e aplaudem o apelo de Carvalho da Silva na passada sábado: «A luta vai continuar!»

EM FOCO

Há que fazer!

JÁ ECOAM distantes as mensagens mais ou menos promissoras para o ano de 97. Ficaram os problemas. Sobrou a realidade que teima em sobrepor-se ao "faz de conta" que actualmente faz escola na vida política e comunicacional. A técnica de se partir para uma notícia, para outro facto que prenda a atenção da opinião pública, não resulta tanto do compreensível desejo de se vender mais uns jornais, ou aumentar as audiências televisivas. É um método estonteante que condiciona a análise objectiva, que dilui responsabilidades e conduz a que um cidadão, um trabalhador, quando confrontado (ou vitimado) com um facto, com uma medida ou uma opção política, ganhe o sentimento da inevitabilidade e lhe sobre apenas uma ideia difusa de quem foram os responsáveis, ou pior, que considerem ter sido uma questão de azar na sua vida.

Há factos, medidas e opções que foram tomadas pelo Governo PS com efeito retardado mas inevitável.

Aprovou a Lei da Flexibilidade e Polivalência.

Da sua proposta original resultou o denominado Acordo de Concertação Estratégica.

São duas peças indissociáveis que caracterizam opções claras e colocam nos antipodas as propostas do PS, promessas e propostas que em si mesmas conduziram à opção de voto de muitos trabalhadores, já que correspondiam a anseios e reivindicações por que tanto se lutou durante o consulado cavaquista.

A Lei da Flexibilidade e Polivalência, tratando como trata de uma questão nuclear para os trabalhadores, se se considerar o horário de trabalho como parte constitutiva da luta secular do movimento operário e sindical, surgiu como primeira medida laboral e aparentemente avulsa do processo que entretanto se iniciara na Concertação Social. Teria lógica se o Governo quisesse corresponder com urgência à justa reivindicação do horário semanal para as 40 horas. Só que a pressa do Governo não era essa. Era outra. Era a de corresponder às exigências das confederações patronais no que se refere à organização dos tempos de trabalho e à evolução das carreiras, ao conteúdo das profissões. Simultaneamente, perante a inevitabilidade da redução efectiva do horário normal, procedeu-se ao faseamento e também à confusão interpretativa quanto às pausas e ao intervalo de trabalho por turnos.

Deitando mão a um experimentado assessor das associações patronais promovido a Secretário de Estado do Trabalho, o Governo e a sua Lei estabeleceram o equívoco propositado para dar margem à interpretação e aplicação abusiva e pretoriana de alguns patrões da têxtil, do calçado, da metalurgia e indústrias eléctricas, particularmente a partir de Dezembro, que a Lei datava como uma fase mais aguda.

Foi notável a resposta dos trabalhadores da têxtil, como incansável e notável foi o papel da CGTP no esclarecimento e mobilização dos trabalhadores.

Em empresas onde nunca se tinha lutado foram muitas as trabalhadoras e trabalhadores que, arrostando com pressões e ameaças das chefias e patrões, abandonaram as máquinas, não aceitando que as pausas fossem eliminadas do tempo de trabalho, foram aos plenários, às concentrações e desfiles, criando uma nova palavra de ordem que tem como destinatário o Governo de Guterres: Redução Sim! Vigarice Não!

Foi neste quadro de luta (no Vale do Ave atingiu proporções idênticas à greve geral de 80) que surge uma famigerada nota interpretativa sustentada e subscrita pela tríade Governo/confederações patronais/UGT. Desgraçado papel o do militante e dirigente do PS, e dirigente da UGT, que depois da distinta lata de vir acusar a ASP de "estar a ser partidariada", vir fazer aquela interpretação de "xancas" sobre o intervalo dos turnos, por frete ao seu partido, ao seu Governo e ao patronato.

Mal andou a Assembleia da República que, salvo a intervenção combativa dos deputados comunistas perante a manifestação corporativa dos três parceiros que arrogantemente se arrogam o direito de interpretar uma Lei da República e orientar a sua aplicação, se manteve muda e queda.

Uma lição e um ensinamento ficaram, entretanto: até onde iria o abuso patronal se

não fosse a determinação da CGTP e dos trabalhadores e a luta, lá onde se estabelece o conflito? Não é uma luta que terminou. Em muitas empresas, o patronato vai tentando fazer a aplicação arbitrária da Lei, e a segunda fase do assalto não tardará, a nível de contratação e com uma mãozinha da UGT, a tentar maximizar a organização do tempo de trabalho e a polivalência para aumentar a exploração dos trabalhadores.

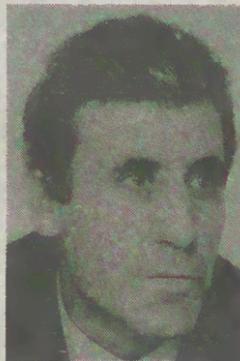
Um outro facto relevante foi a intervenção política combativa e solidária do PCP, único grande partido da cena política portuguesa que esteve com os trabalhadores na Assembleia da República e fora dela, na defesa e dignificação deste direito

histórico. Ao decidir apresentar no Parlamento um Projecto/Lei que vise clarificar e solidificar conceitos sobre o horário de trabalho, o PCP não procurou substituir o papel nuclear da luta, mas dar uma contribuição para o seu desenvolvimento; não pretendeu um Projecto/Lei interpretativo das normas que por si obrigam, agora e já, a efectiva redução do horário de trabalho; não quis nem quer o confronto pelo confronto, mas sim lançar um desafio aos que vão dizendo que a CGTP e os trabalhadores têm razão, mas se calam perante o equívoco lançado pelo Governo. A questão é demasiado séria para se "querer sol na eira e chuva no nabal".

A Concertação Estratégica

Foi numa situação de conflitualidade e luta que o Governo, confederações patronais e UGT despacharam a assinatura do denominado Acordo de Concertação Estratégica. A coisa não saiu bem.

A principal e mais representativa organização social, a CGTP, suspendeu a sua participação no processo, considerando-o envenenado desde a aprovação da Lei da Flexibilidade e Polivalência.



JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão Política

Hoje na luta e amanhã no voto, os trabalhadores serão sempre determinantes para uma viragem política.

A CIP, querendo "um no saco e outro no papo", assinou com reservas mentais.

Era um processo inquinado mas, simultaneamente, com desfechos previamente estabelecidos. Seriam sempre determinados pela política económica e social vertida no Orçamento de Estado para 97, a nível fiscal, salarial, do investimento público. E, no entanto, e ainda assim, só a CGTP apresentou nessa sede propostas socialmente justas, economicamente credíveis e politicamente viáveis. Propostas concretas, de curto prazo e de fundo, para os salários, o emprego, a Segurança Social, a política fiscal, a saúde e o ensino.

Interessava era um Acordo. A UGT assinava de cruz. Para o patronato haveria que garantir mais um pacote laboral e algumas mordomias fiscais. Tudo em nome da pacificação social para caminhar sem sobressalto para a Moeda Única. Tanto foi assim que na retina ficou aquele ar enfiado de João Proença quando o Governo anunciou administrativamente o novo salário mínimo nacional.

Descontando o rol de intenções que encharcam o Acordo, designadamente aquela de mais 100 a 120 mil postos de trabalho até final de 99 (no fundo a velha promessa feita pelos executivos de Cavaco Silva), o que é concreto é um novo pacote laboral em perspectiva, visando pôr a Segurança Social a pagar despedimentos, a suportar os regimes de "lay-off", con-

dicionar o direito a férias e o respectivo subsídio, reduzir o conceito de retribuição, precarizar ainda mais os contratos a prazo, alterar o trabalho por turnos e a organização do trabalho, e alargar ao patronato o direito de participar na legislação do trabalho. Animados pela impunidade da experiência corporativa aquando do parecer interpretativo sobre a Lei da Flexibilidade e Polivalência, a tríade em parceria constituiria uma "comissão técnica" para rever a legislação laboral, criando simultaneamente um "centro de relações de trabalho" que, entre outras coisas, formará negociadores patronais e sindicais e terá em vista a promoção de protocolos de "boas relações laborais".

Por este andar, a Assembleia da República ainda se transforma em cartório notarial e os deputados reduzidos ao direito de fazerem umas guerras de alecrim e manjerona, no período antes da ordem do dia, sujeito às decisões de uma Câmara Corporativa ressuscitada.

Pela sua cada vez maior identificação com os interesses do grande capital, mas mantendo a ideia do diálogo, e de que "o pior já passou" para sossegar a sua base social eleitoral, o Governo PS vai andando. Mas ao fazer a opção de desvalorizar a principal peça produtiva, fragilizar os seus direitos, vai conduzir a que cada vez mais trabalhadores ganhem consciência de que esta política não serve, que é necessário lutar contra ela e por uma política capaz de corresponder às aspirações que imaginam ser possíveis após a derrota do cavaquismo.

Com uma garantia. Nessa batalha encontrarão sempre o PCP, que na sua identificação com as causas sociais mais nobres procurará, como afirmou o seu Comité Central, ampliar a sua influência social, política e eleitoral, para evitar que a progressiva desilusão com o PS venha a desembocar numa futura reabilitação eleitoral da direita e no seu regresso ao poder.

Hoje na luta e amanhã no voto, os trabalhadores serão sempre determinantes para uma viragem política.



Moeda única, «cooperação reforçada» e democratas de pacotilha

1997 será ano de "grandes decisões".

Começou com promessas (ou ameaças) e tudo se dispõe para que elas se cumpram.

Particularmente no que respeita à chamada "construção europeia" toma-se por inevitável que não se passe o ano sem a definição de umas coisas (uns trocos...) que têm tido definição adiada.



■ Sérgio Ribeiro

Antes de mais, a "selecção" dos Estados-membros que irão estar no primeiro grupo da 3.ª fase da UEM ou, dito doutra maneira, quais serão os "fundadores" (!) da moeda única. Também se espera, e para a primeira metade do ano, o termo anunciado da Conferência Intergovernamental que tem a tarefa de avaliar e continuar (salvo seja!) Maastricht, e que teria sido acordada de uma espécie de torpor no final de 1996, com o "motor franco-alemão" a dar uma aceleração.

Mas estas, se parecem grandes decisões, justificarão as aspas de que as ornamentei e a desvalorização de se dirigirem a uns trocos entre parênteses e reticências. Na verdade, as decisões em carteira serão, por um lado, meros passos num projecto e estratégia do capital financeiro transnacional e, por outro lado, não podem ignorar, antes terão de ter em conta - e têm! - a luta social que existe e se reforça, a luta de classes que se reconhece mas que se procura, por todos os meios, esconder e, se possível, exorcizar.



No entanto, a ornamentação das aspas e a desvalorização do que entre parênteses se pôs não quer dizer que as tais "grandes decisões" sobre umas coisas (uns trocos...) que têm andado adiadas não têm importância. Têm-na, e maior ela se verá quanto melhor se é capaz de dizer o que atrás foi dito pois não se trata de um projecto definido e único nem de uma estratégia clara e única do capitalismo.

Uma encruzilhada de projectos e de estratégias

Está-se, isso sim, perante uma encruzilhada de projectos e estratégias, em razão

de dificuldades e contradições internas do sistema (diria inter e intra-imperialistas porque não estou para escolher muito as palavras) e, também, das dificuldades em impor as decisões que melhor aprovera ao modo de produção nas actuais condições. Assim é porque, insisto, as classes existem, a luta continua e a democracia, mesmo a formal, tem exigências que nem os mais cegos podem deixar de ver... e de confrontar com esses constrangimentos das opiniões públicas, dos cidadãos, das eleições e das ratificações.

Face à encruzilhada, as decisões a tomar estão condicionadas pela relação de forças interna e pela relação de forças entre classes. E os semáforos têm várias alternativas, desde as três cores - lembro: o verde, o amarelo, o vermelho - até às setas que só permitem avançar em frente ou à direita ou à esquerda, além das intermitências...

Esta é uma questão quase diria prévia e da maior relevância pois contraria a obsessão do único. Da moeda única, do banco central único, da única alternativa, do único caminho, do pensamento único. Há alternativas e estão na nossa (dos povos) mão. Lembro, a propósito, um cartaz da campanha da opinião pública para a segurança e cooperação europeias, de 1972: A Europa na mão dos povos.

A selecção dos "in" na moeda única

Para alguns, o que acaba de ser escrito (e lido) pode parecer anacrónico até porque, para esses, a única coisa em causa será saber quais os países que irão inaugurar a moeda única, esse euro mitificado. Ora esta questão não só não é única como tem contornos, na sua origem e evolução, curiosos ou até caricatos.

Ao princípio era o ecu e todos seriam "in" no euro ou como se viesse a chamar. Assim o pressagiavam os indicadores e a convergência nominal que, em Maastricht, se punha em papel de tratado. Por isso, mas não só, não houve o cuidado de considerar a situação de muitos poderem ser os excluídos por não cumprimento dos critérios arbitrariamente fixados.

Entretanto, se Maastricht pôs, as leis e as regras do capitalismo dispuseram. E a meio do percurso, dos prazos para tal convergência nominal, estava-se em desconvergência: Em vez de todos se aproximarem das metas, só o Luxemburgo se mantinha cumprindo-as enquanto os outros Estados-membros tresmalhavam. O que é o contrário de convergentes, mesmo nominalmente.

Procurou-se, então, arrear caminho e os governos foram chamados "à pedra europeia" que parece ter substituído a que já foi filosofal. Começou a marcha forçada para a moeda única, com os critérios nominativos, sobretudo o do défice orçamental, a serem referências inflexíveis e justificando-se os sacrifícios exigidos à economia real (e aos trabalhadores, claro!) em nome de desígnios nacionais e de outras grandiloquências.

Mas, se os sacrifícios foram muitos e grandes - veja-se a recessão, o desemprego, a exclusão social que arrastaram -, não bastou. Nas vésperas das "grandes decisões", ou seja, na passagem de 96 para 97, o mínus-

culo Luxemburgo continua isolado no cumprimento do que levaria uns Estados a poderem ser "in" ficando os outros "out", se o rigor técnico-económico tivesse tradução política.

Dada a situação, tudo sai do âmbito técnico e há que tomar decisão política flexibilizando o que inflexível foi. Mas tal decisão não é fácil. Os "alemães" e os "banqueiros", ou os "banqueiros" sobretudo "alemães", exigem maior rigor e a política monetária completamente independente dos políticos, defendendo que só assim o euro será tão boa moeda para a "Europa" quanto o marco o é para a Alemanha, pelo que se deve começar com um grupo pequeno e coeso; outros, como os "franceses" e os "políticos", ou os "políticos" sobretudo "franceses", acham que melhor seria que houvesse algum controlo político sobre bancos e "banqueiros", e julgam-se melhor posicionados fazendo a ponte entre o marco e satélites e as outras moedas "fundadoras" da moeda única, pelo que propugnam por um grupo quanto maior melhor.

De qualquer maneira, não está em causa, nestas soluções alternativas, perder o domínio dos "ou" dos não "fundadores". Para isso se cria o SME 2, com o ecu, cabaz de moedas em que todas entram, a ser substituído, como ancora do mecanismo de taxas de câmbio, pelo euro, formado apenas a partir de algumas. Pelo que tudo ficará sob controlo... do banco central, embora esse controlo possa ser total ou com alguns limites... políticos.

Mas será uma fatalidade? Não haverá alternativas? Estarão todos os Estados-membros dependentes dos resultados de uma "escaramuça" prévia (e das que se seguirão) entre Paris e Bona (ou Frankfurt).

A "cooperação reforçada" na CIG

É aqui que aparece a "cooperação reforçada" ou a flexibilidade (há palavras com má sorte!). Primeiro em Outubro, depois em Dezembro antecedendo o Conselho Europeu de Dublin, o "motor franco-alemão" avançou com a sugestão (!) de se formalizar, na CIG, essa chamada "cooperação reforçada" para que o aprofundamento da UE deixe de poder ser travado por obstrução de um ou de uns Estados-membros.

Esse foi, em Dublin, o grande tema político. Sê-lo-á até ao fim da CIG. Isto é, deverá a intergovernamental conferência propor, para superior assinatura e posterior ratificação, que o Tratado inclua o princípio de que a UE se pode aprofundar por decisão de alguns ultrapassando reservas e obstáculos de outros?

Depois de anos atirando com o odioso para as costas largas do Reino Unido, esse odioso serve de alibi para a institucionalização da "cooperação reforçada". Que existe, na prática, como o demonstra o "motor franco-alemão", e até exemplos concretos como Schengen, mas assim passaria a ser comunitária e não intergovernamental por estar no(s) tratado(s). De certo modo, será a intergovernamentalidade a suicidar-se ou, no mínimo, um tiro no pé pois assim se abre a auto-estrada para a supranacionalidade federativa em que os Estados terão de aceitar decisões e rumos mesmo que contra eles estejam.

O facto é que, posto em marcha o "motor franco-alemão", a reacção dos governos de vários Estados-(menos)membros foi a de, aceite o princípio sem a menor discussão, discutir as formulações do princípio aceite. E não faltam propostas (a primeira foi portuguesa!) a modos de "já que tem de ser, tentemos minorar os estragos!".

Será, de novo, uma fatalidade? Não haverá alternativas? Ou só os governos britânico e dinamarquês (e outros escandinavos) por motivações e razões diferentes?

Estes democratas...

Muitos indícios e exemplos se podiam arrolar. Como o do Tribunal de Justiça que tem vindo a fazer prevalecer os "interesses comunitários" nos recursos interpostos por Estados para anulação de decisões da Comissão e do Conselho a que teriam ficado obrigados (caso de privatização nas telecomunicações e o do acordo com a Índia, este por parte de Portugal).

Há um, muito recente, que ilustra o espírito democrático de alguns "europeístas", dos que andam sempre com os direitos humanos e o Estado de direito na boca. Ele aí vai: o Conselho Europeu de Dublin avançou para o SME 2. Mas o Conselho Europeu não é instituição comunitária, é cimeira intergovernamental e, por isso, houve deputados (melhor: a comissão dos assuntos económicos e monetários) que, mais veloz que o próprio "motor franco-alemão", pediram um parecer dos serviços jurídicos do PE sobre os acordos relativos ao mecanismo de taxas de câmbio, se eles não deveriam ser considerados actos de direito comunitário. O serviço jurídico respondeu... juridicamente: trata-se de cooperação entre Estados-membros, não são actos de direito comunitário.

Pois a reacção foi, para não exagerar, brutal e o parecer foi devolvido. Para ser reformulado, com o recado aos funcionários do serviço jurídico de que devem encontrar uma forma de dar o parecer (jurídico!) que a decisão é já comunitária e não intergovernamental.

São assim estes "democratas"...

Claro que há gradações, mas a democracia sofre tratos de polé quando os políticos, condicionados pelo direito e pelo poder dos cidadãos, não recuam perante artimanhas e golpes. Desde a propaganda travestida de informação (veja-se a campanha pró-euro) até aos pareceres jurídicos encomendados e às estatísticas e contabilidades "ajetadas".

Por aqui também os temos, os de trazer cá por casa. Cheios de piás intenções e de desígnios nacionais à revelia dos nacionais propriamente ditos, de carne e osso, mais osso que carne. O problema de todos estes "democratas" é a democracia, mesmo a só formal, ter regras que passam pela avaliação e juízo dos cidadãos, e é, sobretudo, a luta social, que extravasa das instituições porque e quando estas não reflectem o mais profundo da realidade.

Tudo depende de nós! Porque vivemos em democracia, ainda que mais formal que real. E, sobre a tal marcha forçada para o euro, apetece dizer que não somos a velhinha da anedota e que, se não quisermos atravessar a rua, não há escuteiro que consiga fazer a sua BA (boa acção) diária à nossa custa.

EM FOCO

Liberalização do Correio

Privados
já esfregam
as mãos

A té ao ano 2020, o Serviço Postal da União Europeia vai estar totalmente liberalizado. A decisão foi tomada em Dezembro passado, sob pressão da Comissão

Europeia que se propunha fazer uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Tratado de Roma para acelerar a todo o custo este processo. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT) alerta para os perigos que tal decisão acarreta para os CTT que poderão perder para operadores privados os serviços mais rentáveis, caso do direct-mail e o correio transfronteiriço.

Os prazos decididos pelo Conselho de Ministros das Telecomunicações da União Europeia determinam que, já a partir 1998, serão liberalizados todos os serviços postais, com excepção do correio doméstico de peso inferior a 350 gramas, ou de preço até cinco vezes a tarifa-base. Estes ficam «reservados» aos operadores públicos. O SNTCT sublinha que a actual situação de concorrência já coloca os CTT em dificuldades, uma vez que têm perdido serviços para outros operadores. As novas regras pretendem restringir a empresa ao serviço básico de correio a todo o cidadão e localidade, ou seja o que mais custos implica, passando os serviços rentáveis para mãos privadas.

É que, mesmo antes da liberalização, os operadores privados de correios portugueses já singram no mercado recorrendo a todos os expedientes possíveis e imaginários.

Ninguém sabe ao certo quantos trabalhadores empregam, quais são os seus resultados, em que segmentos operam, nem sequer, em muitos casos, quem são os seus proprietários. Contudo, desde empresas de vão-de-escada até às multinacionais, de tudo se encontra. Nomes como Prosegur, MRW, Sov-Expresso, Personalis, Jet-Services, Pont Express, DHL, Super Expresso

estão em qualquer lista telefónica e sabe-se que fazem entregas nas caixas do correio, com incursões e operação nos segmentos reservados por lei aos CTT.

A confusão já é tal que, segundo o SNTCT, até empresas de segurança colocam entre dois turnos os seus empregados a fazer entrega de correio, assim como há transportadores rodoviários a operar ilegalmente no ramo.

Serviço público = lucros privados?

Com os seus 15 mil trabalhadores, os CTT nunca foram subsidiados pelo Estado. Pelo contrário, sempre pagaram os seus impostos e executaram por largas dezenas de anos, de forma gratuita, o serviço de correio oficial, porte-pago dos jornais e tudo o que o Estado entendia isentar de pagamento de porte.

Para além disso, quando os CTT- Empresa Pública foram amputados do seu sector de telecomunicações, a então criada Telecom ficou com a parte mais rentável, deixando para trás os serviços deficitários, para além de um buraco no Fundo de Pensões que hoje ronda os 170 milhões de contos. Hoje, a Telecom, que apresenta milhões de contos de lucros, está a ser vendida a grupos financeiros, estando a ser preparada a terceira fase da sua privatização, na qual o Estado pretende alienar a sua posição maioritária.

Pela igualdade de acesso

O SNTCT está contra o processo de liberalização em curso e argumenta que os serviços postais são fundamentais para a



coesão económica e social e para o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas. Afirmando que a universalidade do serviço só pode ser garantida se os operadores públicos detiverem a exclusividade em determinadas áreas, o Sindicato recorda ainda uma resolução do Parlamento Europeu (de 22 de Janeiro de 1993) que estabelece que quaisquer normas comunitárias não podem de modo algum pôr em causa a prestação de serviços sociais.

Em vez de se reduzir os serviços reservados, o Sindicato reclama não só a sua manutenção como exige que se criem condições para que os Correios possam continuar assegurar a cobertura do território nacional e permitam aos cidadãos e empresas a igualdade de acesso a preço razoável.

Concretamente, o SNTCT reivindica que o correio transfronteiriço de entrada e saída, o direct-mail (publipostage) e o correio registado sejam integralmente reservados aos operadores públicos (em Portugal os CTT), mantendo-se como um todo as várias fases da actividade postal - recolha, transporte e distribuição.

Estudo-alerta para perda de milhares de empregos

As conclusões finais de um estudo encomendado pela Comissão Europeia sobre as tendências do emprego no sector postal europeu nunca foram publicadas, mas os resultados preliminares são por si só esclarecedores.

Entregue à empresa de consultoria norte-americana Price Waterhouse, a investigação ficou pronta em Agosto do ano passado, devendo ser analisada pela Comissão e voltar novamente, antes da sua publicação, ao Comité Paritário dos Correios da UE. Este reuniu em 21 de Novembro, tendo na sua agenda a discussão dos resultados finais. Contudo, tal não viria a acontecer. A Comissão reteve as informações o que levou o Comité a aprovar por maioria um voto de protesto. Um mês depois, porém, a mesma Comissão que se recusara a facultar o inquérito quis forçar os Estados-membros a acelerarem o processo da liberalização do sector.

Os resultados preliminares, divulgados em Julho de 1996, apontavam um universo de mais de 1,4 milhão de empregados no sector postal nos 15 países da UE. Com base nas respostas obtidas quase exclusivamente dos operadores públicos, uma vez que os privados (com excepção de três multinacionais) se recusaram a fornecer dados, o estudo previa que até ao ano 2005 se verificasse um decréscimo de 20% de empregados.

Concluía ainda que 79,5% dos trabalhadores eram permanentes, 13,5% estavam em part-time e 6,5 por cento eram trabalhadores temporários. Foi também apurado que em o número de horas de trabalho variava entre as 36 e as 41,5 horas semanais e que dos 11 operadores que responderam à questão, 8 planeavam reduzir lentamente o horário até ao ano 2000, enquanto os outros 3, já com uma carga horária baixa, só admitiam fazê-lo muito mais tarde.

Entre outros dados recolhidos, salienta-se ainda o facto de a maior parte dos trabalhadores não terem qualificação profissional, ou quanto a têm ela é baixa, o que os torna muito vulneráveis. A isto não é estranho o facto de nos países membros se gastar com formação entre 0,02% a 3,6% do total dos vencimentos pagos, sendo que a maior fatia é destinada aos gestores.



Entre as razões que favorecem a tendência de perda de postos de trabalho no sector postal, destacam-se:

- O decréscimo na procura do serviço de correios, com quebra no movimento empresa a empresa e uma ligeira subida no correio empresa a pessoal individual. Por outro lado, a relação quantidade de correio/número de trabalhadores está a decrescer.
- A substituição electrónica é outro factor registado. Por exemplo 65% dos Bancos e um número crescente de famílias já utiliza o correio electrónico.
- A automatização, com recurso à mecanização e tecnologias de informação, é também responsável pela diminuição de postos de trabalho.

Dois últimos factores são por fim citados pelo estudo:

- A liberalização/desregulamentação do mercado, indicando nomeadamente os exemplos da Holanda e da Suécia, onde tal aconteceu através da utilização do franchising (concessão de exploração de postos);
- A mudança organizacional, ou seja, a separação dos correios das telecomunicações.

São estes os principais factores que, segundo a acima citada empresa de consultoria, estão na base da redução do emprego no sector, segundo resultados preliminares do estudo efectuado. As conclusões finais, quicá muito mais claras e comprometedoras para os defensores da liberalização, foram retidas pela União Europeia...

EM FOCO

Eleições nos Bancários

Por um Sindicato não conformista

No próximo mês de Abril, o Sindicato dos Bancários Sul e Ilhas irá eleger os novos corpos gerentes. Para já, duas listas surgem como concorrentes. Uma é a dirigida pelo actual presidente, Barbosa de Oliveira, que há poucos meses anunciou a sua aliança com a tendência social-democrata. A outra é constituída por socialistas e unitários (onde entram, nestes últimos, comunistas e independentes) que se opõe ao regresso dos TSD à direcção do SBSI e se apresenta não só como legítima herdeira do bom trabalho realizado nos últimos nove anos como também aposta forte na melhoria da ligação aos trabalhadores e no reforço da dinâmica sindical. O «Avante!» falou com Sebastião Fagundes, actual vice-presidente, Teresa Rosa, membro da direcção, e Alexandrino Saldanha, vice-presidente da Mesa dos Órgãos Deliberativos Centrais.

Como surgiu a rotura na actual direcção do SBSI?

Sebastião Fagundes - A rotura com a actual direcção foi provocada por uma parte da tendência sindical socialista, à frente da qual está Barbosa de Oliveira, que assumiu publicamente pretender reconstituir a aliança que teve há nove anos com os TSD na direcção do Sindicato.

Teresa Rosa - Na altura do Congresso da UGT já constava que havia acordos secretos neste sentido.

Contudo, o mais relevante é que em 1988, quando chegámos à direcção, os SAMS estavam à beira da rotura financeira, em consequência da má gestão efectuada pelos TSD. Hoje, os serviços continuam a desenvolver-se, gerindo um orçamento anual de 15 milhões de contos para os cerca de 125 mil beneficiários.

As divergências na direcção são sobretudo no plano reivindicativo?

SF - Sim. São públicas as nossas discordâncias, nomeadamente, nas alturas críticas das revisões das tabelas salariais e do clausulado, em que nós sempre nos opusemos à troca de direitos laborais por algumas patacas de aumentos remuneratórios.

Designadamente...

SF - Por exemplo, o alargamento do âmbito das transferências, a abertura ao sábado e mais recentemente o desconto de cinco por cento aos novos trabalhadores para o fundo de pensões, o que criou os

tais bancários de primeira e bancários de segunda. Sempre nos opusemos aos mecanismos que originam tratamentos diferenciados consoante a data de entrada dos trabalhadores. Temos tido também divergências quanto à defesa do sector bancário público, uma vez que fazia parte do programa de acção e a direcção nunca tomou posição contra a venda de bancos ao privados.

Acusam então a tendência socialista de não cumprir os compromissos que assumiu com a corrente unitária.

sendo feito nos últimos nove anos mas com a intenção de melhorar o trabalho, a ligação aos bancários e dinâmica sindical.

Isso significa um sindicato mais reivindicativo? Quais são as principais questões laborais que o sector coloca?

SF - O sector da banca continua a ser aquele que mais lucros gera em Portugal. Para ilustrar, os cinco maiores grupos atingiram resultados referentes Setembro passado na ordem dos 170 milhões de contos...

AS - O pior é que esses lucros são retirados aos sectores produtivos através de taxas, comissões... que os banqueiros embolsam e dos quais os bancários não beneficiam...

SF - De facto, os bancários não têm tabelas salariais que correspondam ao aumento da produtividade e aos lucros do sector. Mas pior ainda, são obrigados a fazer trabalho que não é pago. O horário de 35 horas neste momento só existe no papel porque na prática trabalha-se muitas vezes 10 horas por dia sem receber. A luta contra o trabalho suplementar não remunerado é de resto uma das grandes frentes do nosso trabalho sindical.

Mas essas condições não têm uma contrapartida material?

TR - Os bancos praticam tabelas salariais diferentes e têm de facto as chamadas remunerações complementares que são aplicadas segundo critérios arbitrários como o mérito, disponibilidade para o serviço, etc. O BCP foi pioneiro neste tipo de «incentivos» extracontratuais, mas hoje muitos bancos seguem esta prática para submeter os trabalhadores a horários exagerados.

Por outro lado, a concentração na banca tem tido uma série de consequências negativas para os trabalhadores. Os excedentes de pessoal criados pela fusão de serviços são enviados selectivamente

para as reformas antecipadas, ao mesmo tempo que se assiste a uma tentativa de retirada de direitos. Paralelamente, parcelas da actividade bancária estão a ser entregues a empresas que embora sejam dos bancos aparecem fora do sector, e que já empregam trabalhadores em condições muito abaixo das exigidas pelo ACTV dos bancários. As relações de trabalho têm-se degradado ao longo dos últimos anos, exigindo uma resposta sindical muito firme, sem cedências aos banqueiros...

Isso é uma crítica à actual direcção...

TR - Sim. É uma crítica a algumas pessoas da actual direcção que têm tido uma atitude passiva face a estas questões. Isto não significa que não se tenha combatido os casos mais graves (até devido à nossa pressão), mas muito mais podia ser feito se a direcção estivesse mais atenta e fosse mais firme nestes processos.

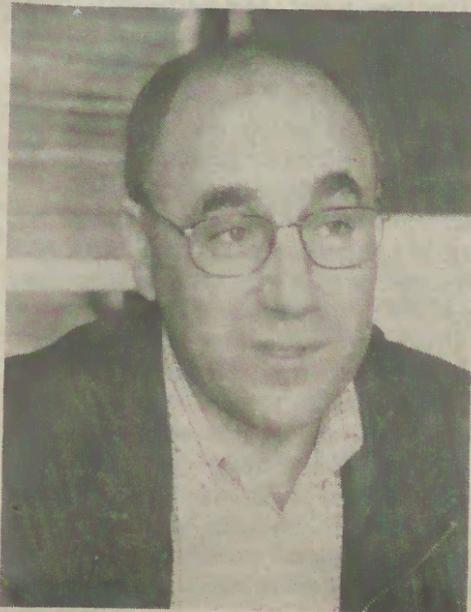
AS - Há um caso escandaloso de um edifício do BPA onde, após a compra pelo BCP, estão mesma sala trabalhadores de ambos os bancos; contratados a prazo; pessoal que pertence a uma firma do grupo; e trabalhadores à hora. Ou seja, entre 60 ou 70 trabalhadores só existirão 30 ou 40 bancários.

É o sindicato admite que trabalhadores de um banco não sejam considerados bancários?

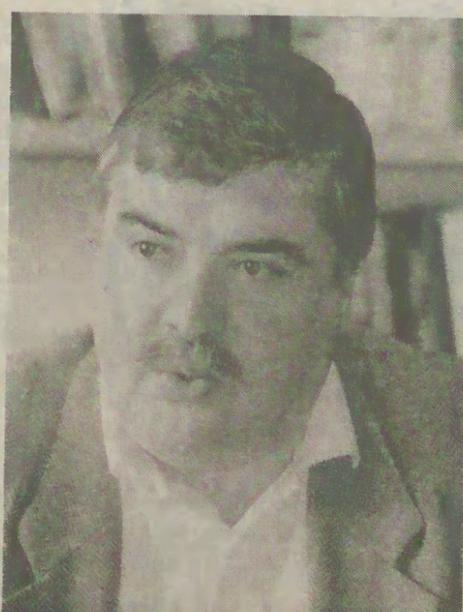
AS - Não. Dizemos no nosso manifesto que é preciso revigorar a acção sindical para lutar contra a degradação da profissão e já neste momento estamos a tentar sindicalizar esses trabalhadores. Estamos empenhados em combater a precarização e melhorar as condições de vida e de trabalho.

TR - É claro que muitas destas situações são ilegais e seriam resolvidas se a Inspeção Geral do Trabalho fosse eficaz.

AS - Mesmo quando a IGT actua, as coimas que aplica são de tal forma irrisórias que os bancos preferem pagá-las a cumprir a legislação. O que nós temos exigido é a alteração da lei de forma a que sejam agravadas as penas aos infractores. Fizemos acções nesse sentido e apresentámos propostas concretas ao Governo, que se comprometeu a elaborar uma proposta de lei. Entretanto, passou-se mais de um ano e nada fez. É de sublinhar que o Grupo Parlamentar do PCP entregou na semana passada um projecto que propõe o aumento das multas e a sua multiplicação em casos de reincidência, o que pode contribuir para pôr fim às ilegalidades.



Alexandrino Saldanha



Sebastião Fagundes



Teresa Rosa

A tendência socialista está portanto dividida?

TR - Sim. A nossa lista é integrada também por socialistas, parte dos quais integram a actual direcção.

A vossa lista é de oposição à actual direcção?...

SF - Não. Se há uma lista que, apesar de tudo, se pode identificar com a actual direcção é a nossa que é composta com os eleitos das listas unitárias mais cinco elementos socialistas que pertencem aos actuais corpos gerentes. A lista liderada pelo Barbosa de Oliveira é que está na oposição uma vez que aparece agora aliada aos TSD.

Que balanço fazem do último mandato da direcção? Foi positivo?

SF - Globalmente consideramos que o balanço, não só do último mandato mas dos últimos nove anos, é positivo. Caso contrário, não estaríamos interessados em continuar a trabalhar com a tendência socialista no sindicato. A boa gestão dos Serviços de Assistência Médico-Social é sem dúvida o exemplo mais positivo da convergência entre socialistas e a corrente unitária, onde estão os comunistas. Ao longo destes últimos anos criámos novos serviços de assistência e aumentámos significativamente o património, no qual se destaca a abertura do hospital com 100 camas, que é considerado um dos mais modernos estabelecimentos privados do país. Mas não só. Abrimos vários postos clínicos periféricos e regionais, que cobrem já praticamente todas as capitais de distrito, temos um lar de idosos, um centro de férias e formação, etc.

Alexandrino Saldanha - Sim. Não só violaram o acordo que firmaram connosco como o programa eleitoral que os bancários votaram maciçamente.

Nesta nova lista que agora formaram há grandes alterações quer na composição quer nas linhas programáticas.

SF - Quanto à composição dos órgãos, as condições são idênticas às que vigoraram para o mandato que agora finda. As linhas programáticas que defendemos apontam a continuação do que vem



A lista de socialistas e unitários foi apresentada publicamente na semana passada

Transformações numa sociedade caótica

Para quem vem da Europa, onde bem ou mal existe uma tradição cultural que reflecte a ancestral organização dos Estados e a consciência da cidadania das populações, o encontro com a sociedade brasileira é assustador. Mergulhar num mundo com enormes disparidades de rendimento económico e de instrução, exige um esforço de entendimento para se poder compreender como é possível sobreviver ali e, sobretudo, como será possível criar condições de desenvolvimento social e económico para a maioria da população.

Tem-se a tendência a estabelecer comparações simplistas entre as sociedades organizadas e esta que nos parece caótica. Mas, na verdade, cada sociedade tem as suas normas e as suas soluções. O caos tem um equilíbrio próprio que evita a desagregação completa do que tradicionalmente entendemos por organização social. Os conceitos que adoptamos nos países mais ricos são bastante preconceituosos, como aqueles que fundamentam a tese de que o Brasil é um país inviável. Todo país tem a sua viabilidade.

O povo vive à margem

O neoliberalismo impõe o Estado Mínimo que nos países europeus significa o enfraquecimento económico das nações em benefício das empresas transnacionais e do grande capital em geral. No entanto, as tradições culturais e de lutas sindicais mantêm acesas na consciência do povo os seus direitos de cidadania que alimenta as reivindicações obrigando o Estado a responder organizadamente às suas necessidades de sobrevivência e de desenvolvimento, dificultando a destruição completa do sistema de segurança social e de saúde pública e forçando a criação de equipamentos para educação e habitação social.

No Brasil, e provavelmente nos demais países subdesenvolvidos, a maioria da população vive à margem da nação organizada. Tem-se a sensação de que o Estado foi diluído não só economicamente como perdeu o pouco que tinha de organização social. Nos relatos históricos do período colonial percebe-se que a presença do Poder Central, traduzida em assistência institucional, impunha uma disciplina que servia de referência de organização de Estado. Com o advento da República foram fortalecidas as bases institucionais da Nação que passo a passo consolidava o Estado.

Com Getúlio Vargas, de 1930 até ao fim da Guerra, desenvolveu-se uma legislação de cariz paternalista, sobretudo no que se refere às questões do trabalho e da previdência social, que não tendo derivado da consciência social manteve a população dependente da boa vontade dos governantes e enfraquecendo a sua capacidade de luta. Durante os 21 anos de ditadura militar a partir de 1964, já com o cerco imperialista impondo as suas normas, começou o desmantelamento do Estado e o abandono das medidas paternalistas o que se agravou com o neoliberalismo. A população ficou desamparada e a Nação submetida ao poder económico externo com os seus testes de ferro nacionais. Esta situação aprofundou o fosso entre uma burguesia que usufrui do desenvolvimento e a maioria da população que sobrevive por si própria com as migalhas.

Desmoralização do Estado

Sob a pressão do imperialismo norte-americano, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, teve início um processo de desmoralização institucional com o consequente enfraquecimento do Estado. O poder passou das mãos da antiga oligarquia para a de uma elite representante da burguesia em ascensão ligada à indústria e aos bancos numa estreita dependência do controlo imperialista. As leis existem mas a sua aplicação varia conforme a classe social e a corrupção tornou-se banal em todo o aparelho de Estado atingindo a sua máxima expressão no envolvimento do ex-Presidente Collor de Melo. Esta continuada desmoralização das instituições levou a população a acomodar-se a uma posição de passividade como se o desamparo fosse uma fatalidade.

As origens da injustiça

Alguns sociólogos (citam inclusive o actual Presidente Fernando Henrique Cardoso) atribuem ao passado escravocrata

do Brasil a existência de um profundo fosso a separar as classes sociais. Mas os analistas económicos chamam a atenção para a involução económica que o sistema neoliberal tem imposto ao país agravando esta injustiça que acentua a pobreza e impede que a maioria da população seja beneficiada pelo desenvolvimento superestrutural. De 1960 a 1996, a moeda desvalorizou um quatrilhão de vezes como somatório das taxas de inflação que foram sendo corrigidas na aparência com a substituição das moedas. Passou-se do cruzeiro para o cruzeiro novo, depois para o cruzado até chegar ao real. Em cada mudança, o que valia mil passou a valer um. Hoje há uma equivalência do real ao dollar, o que cria uma ilusão no valor do custo de vida. Se o passado escravista imprimiu uma marca discriminatória na população brasileira, o sistema económico consolidou e aprofundou a injustiça com uma diferenciação social e económica de facto.

Nestas condições, o povo só acredita na própria força individual e na solidariedade entre vizinhos. A consciência é de comunidade, de aldeia. O poder local, quando sabe aliar-se à comunidade, consegue meios para organizar e desenvolver o município ou, pelo menos, alguns bairros. Mas tais políticas sofrem a oposição do sistema nacional que lhes dificulta o



apoio estadual ou central. É preciso muita determinação e muito esforço de participação popular para um governo local ou regional vencer a oposição do sistema. Há exemplos com êxito espalhados pelo país.

Participação popular

Verifica-se que a participação popular não é traçada de cima para baixo. Ao contrário, é o poder local que se encaixa na capacidade criativa e dinâmica da população contribuindo para que ela se fortaleça e multiplique. O sistema neoliberal actua de forma contrária. Por exemplo, as grandes empresas passaram a exigir aos seus empregados cada vez maior grau de instrução. Mesmo para trabalhos indiferenciados não são aceites trabalhadores sem o curso básico completo. Justificam a vantagem de tais medidas como incentivo à educação e à formação profissional. Na verdade, isto empurra para o desemprego as camadas mais desfavorecidas da população que são substituídas nos trabalhos indiferenciados por quem tem até curso superior. Deixa nas costas dos mais pobres a culpa por não conseguirem emprego.

Bonito seria se houvesse equipamento escolar capaz em todo o país e se as crianças não precisassem trabalhar desde cedo para a subsistência da família. Não há consonância entre a realidade social e os critérios de desenvolvimento, o que, mais uma vez, aprofunda a miséria, o desemprego, as discriminações e todos os problemas socioeconómicos decorrentes. É uma farsa criminosa que condena o país a manter a maioria da população ao nível da escravidão e do desespero em benefício de uma capinha burguesa enriquecida e de um aparelho político que divulga a sua demagogia através dos meios de comunicação social. Daí a descrença generalizada na política e nos governantes. Daí a confiança no indivíduo e nos deuses que consideram mais próximos, mais conhecedores da realidade, mais amigos.

Iniciativas em todos os campos

No meio deste caos nacional, a única vantagem – e grande – é a iniciativa de construção de soluções em todas as áreas. Há milhares de associações que criam formas de organização para amenizar os problemas sociais, há milhões de empregos informais que improvisam soluções económicas, há ideias levadas à prática no campo da educação e da formação profissional que superam o velho sistema institucionalizado. Ao conhecer esta face da sociedade, fica-se com uma nova esperança de que o peso negativo do sistema seja superado pela dinâmica social que reflecte a pujança da criatividade e da audácia.

Surpreendentemente, um autor de livros didácticos, Samuel Murgel Branco, alcançou a divulgação de um milhão de exemplares. Foi motivo para uma homenagem prestada pela Assembleia Estadual de São Paulo que reconheceu com surpresa que a população procura os livros que lhe abrem caminho para o conhecimento científico. O autor revelou que ao ser reformado na sua carreira de biólogo recebeu o conselho de um amigo para se dedicar a difundir os conceitos filosóficos e éticos que estão na base da sua actividade profissional ligada à defesa do ambiente para um público não especializado. Encontrou numa editora – Moderna – interesse em publicar edições tendo em vista os diferentes níveis etários dos alunos de todo o sistema escolar. Tomou os temas científicos e começou a traduzi-los de acordo com o grau de compreensão dos jovens (dos 8 aos 18 anos). A Editora fez um trabalho de divulgação junto aos professores que começaram a usar os livros como suporte dos cursos oficiais. E o resultado foi esta divulgação só alcançada até hoje pelos livros promovidos pelos meios de comunicação social no interesse da política dominante.

Dessa maneira, disse o autor, «em lugar de seguirmos a moda ditada pelos países de tecnologia mais avançada, encontramos alternativas com a nossa criatividade». «A introdução de valores éticos constitui a tarefa precípua da educação. Não é fácil fazê-lo em mentes já formadas.» Daí a sua dedicação à infância e à adolescência, que são os que vão conhecendo os problemas da sociedade e devem despertar dentro de si o interesse, a vontade, a capacidade para resolvê-los. Levar as questões de interesse na sociedade ao conhecimento do jovem é estabelecer um diálogo, uma parceria, uma aproximação entre gerações.

«A própria raiz latina do termo educare, tem o sentido de produzir, nutrir, criar. Não é o mesmo que insinuar, imprimir um signum, uma marca distintiva. A educação é um preparo para a vida em sociedade, deve ser recebida por todos igualmente; o ensino é a qualificação numa

actividade específica. O ensino introduz conhecimentos, a educação introduz hábitos que caracterizam o comportamento ético.» E, de modo geral, o jovem quer adaptar-se à realidade apoiado na sua própria capacidade. Para isto, precisa dialogar com quem acumulou conhecimentos.

No campo da educação e do ensino, alguns canais de televisão têm inovado mediante fórmulas teatrais para a transmissão das matérias que fazem parte do sistema escolar. Muitas entrevistas comprovam a utilidade de tais programas para reforçar o conhecimento que adquiriram precariamente quando puderam frequentar a escola ao mesmo tempo em que trabalhavam ou ajudavam a mãe em casa. São operários que afirmam terem seguido os programas escolares da televisão para refazer exames em escolas profissionais até serem admitidos. Por outro lado, algumas associações de protecção dos meninos de rua criam cursos de dança, de desporto ou de artesanato e alcançam êxito na conquista dessa juventude marginalizada para actividades colectivas. O conteúdo ético está sempre presente no respeito pelos mais jovens e nas abordagens da realidade.

O caos e a marginalidade

As múltiplas experiências levadas a cabo pela população que procura novas formas de organização da sociedade têm demonstrado que o grande problema social caracterizado pela marginalidade e criminalidade que alastram por todas as classes sociais derivam unicamente da omissão e incompetência das elites no poder que não estão interessadas ou com coragem para pôr termo às origens dos problemas. Os meninos de rua aceitam a reintegração, as crianças e os adolescentes procuram ler livros científicos, os trabalhadores esforçam-se por adquirir mais formação profissional, a população assume o papel da administração pública. Os problemas persistem alimentados pelas mafias com infiltrações no mundo da elite que comanda a sociedade. Este é o elo nefasto do sistema capitalista que mantém o caos para explicar a miséria e as discriminações.

Da flexibilidade e de outros demónios

Flexibilidade – (cf) s.f. – qualidade do que é flexível; (fig.) docilidade; maleabilidade (do lat. *flexibitate*)

O termo flexibilidade tem vindo a entrar, ou a ser introduzido, em diferentes planos da vida política e, conseqüentemente, no nosso quotidiano. Infelizmente, é um termo que, cada vez mais, se associa a iniciativas políticas de intencionalidade duvidosa e, as mais das vezes, longe da maleabilidade do seu sentido etimológico. No entanto, se a intencionalidade se pode considerar duvidosa, já os objectivos são, em todos os casos, bem claros. Em Portugal, estamos habituados a associar a palavra «flexibilidade» à sua amiga «polivalência» e às modificações que ambas introduzem no mercado de trabalho, destapando um bocadinho mais a fronha selvagem do capitalismo.

Em Março do ano passado, iniciou-se, em Turim, o processo de revisão do Tratado da União Europeia, para o qual se abriu uma Conferência Intergovernamental, participada por todos os governos dos Estados-membros, cujo fim está agendado para Junho, em Amsterdão. Com este processo, a palavra «flexibilidade» assumiu também uma outra dimensão europeia.

Esta revisão do Tratado tinha como objectivos afirmados preparar a União Europeia para o previsto alargamento a Leste e, ao mesmo, aproximá-la dos seus cidadãos, tornando os intrincados mecanismos e processos de funcionamento mais transparentes. Era também imperioso tomar medidas no campo da segurança, pois esta era uma área repetidamente referida como constituindo uma das principais preocupações dos cidadãos.

Perante a perspectiva de uma Europa com 25 ou 30 membros e a inevitabilidade da sua «paralisia» caso se mantivessem os actuais mecanismos de decisão, começou a pôr-se com mais premissa a questão das matérias que deveriam ser aprovadas por unanimidade, quais por maioria qualificada e quais por maioria simples.

Surgiu, então, uma ideia (quase) peregrina: incluir no novo Tratado as disposições que permitissem a um número reduzido de Estados-membros avançar em domínios para os quais ainda não estivessem todos preparados. Ou de acordo... A isto se convencionou chamar «flexibilidade» ou, mais prosaicamente, «cooperação reforçada».

No fundo, a ideia não é totalmente original, pois já há alguns casos de «cooperações reforçadas» entre apenas alguns Estados, como é o caso do Acordo de Schengen ou a perspectiva da primeira fase da Moeda Única.

No dicionário de «jargão comunitário», flexibilidade significa a inclusão no Tratado de disposições que permitam a alguns Estados-membros avançar em domínios cujo desenvolvimento se encontra entravado pela dificuldade de neles se atingir a unanimidade entre os 15. Se esta questão já se coloca assim a 15, o problema multiplica-se exponencialmente com o previsto alargamento da UE a Leste e o referido aumento de países-membros. Grande problema!

A solução

A iniciativa partiu do «motor franco-alemão», com Paris e Bona a apresentarem, em Outubro de 1996, uma proposta conjunta com as posições mais ousadas sobre «o quê» e «como» flexibilizar. As reacções não se fizeram esperar: uns espernearam, como o Reino Unido, outros levantaram reservas, como a Grécia, outros ainda, com medo de perder o comboio, apresentaram propostas mais moderadas (como Portugal, a Itália, a Suécia ou os países do Benelux). A Comissão Europeia e o presidente do

Parlamento Europeu, por seu lado, fizeram questão em não ficar de fora, contribuindo à sua maneira. No entanto, ninguém, à excepção dos britânicos, pôs em causa o princípio desta flexibilidade.

Princípio esse que vai permitir, seguramente, «aprofundar a União». Mas não no sentido de aprofundar os laços de cooperação entre os países que a constituem por forma a atenuar as desigualdades, mas sim aprofundar as assimetrias já existentes.

Mais do que isso, será uma forma de contornar o direito de veto e o respeito pela unanimidade. Qualquer um destes instrumentos desempenha um papel crucial quando qualquer país considere posto em causa algum interesse vital seu.

A verdade é que é dado como adquirido que a convicção da generalidade dos responsáveis governamentais dos Estados-membros é de que, numa União alargada, «condicionar o desenvolvimento da integração europeia ao ritmo do país mais lento é o mesmo que condenar a integração europeia à paralisia».

Por isso, todas as propostas prevêem a possibilidade de qualquer Estado se juntar a qualquer «cooperação reforçada» numa fase posterior. No entanto, o que acontecerá é que, alguns membros, ainda que a princípio se excluam, serão obrigados, pela força das circunstâncias, a juntar-se a processos com os quais não estão de acordo. Veja-se o exemplo de Schengen que já envolveu países exteriores à UE, como a Noruega e a Islândia.

Assim, a proposta franco-alemã preconiza que a cooperação reforçada se exerça nos três pilares do Tratado (Mercado Único, Política Externa e de Segurança Comum e Justiça), nomeadamente nas questões em que se exija a unanimidade. Incluir este mecanismo no texto do Tratado é terminar com a intergovernamentalidade, com os acordos extra-Tratado, como Schengen e o Sistema Monetário Europeu. O quadro institucional único é preservado, bem como o acervo comunitário e os objectivos do Tratado. Nenhum Estado-membro terá direito de veto e a unanimidade é preterida pela maioria qualificada. No entanto, deixa-se a porta aberta a qualquer Estado-membro que queira «aderir» posteriormente.

Outro dos grandes atrevimentos desta proposta é a intenção de abranger, com as cooperações reforçadas, questões comunitárias, como a harmonização da fiscalidade directa ou das prestações de segurança social nos países-membros da moeda única.

É mais ou menos por esta altura que as comadres se zangam, pois uma grande maioria de países defende que a flexibilidade

não pode incidir nem sobre o mercado interno nem sobre as políticas comuns – agricultura, pescas, concorrência, fundos estruturais e política comercial.

Mais complicada ainda é a incidência da aplicação da flexibilidade ao processo de decisão. Por isso, na sua contribuição sobre o desenvolvimento diferenciado (cf. flexibilidade) da UE, Portugal, em conjunto com o Reino Unido e a Suécia, defende que a decisão de criar cooperações reforçadas entre alguns países deverá ser tornada pela unanimidade dos Estados-membros.

No entanto, o «motor» agiu imediatamente no sentido de pôr ordem na casa: numa reacção às propostas de Lisboa, a França e a Alemanha recusaram firmemente a possibilidade de dar a qualquer país da UE o poder de impedir o avanço dos seus parceiros para estádios mais profundos da integração europeia. E para deixar bem claro quem manda, o anúncio foi feito à margem de uma reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze, desautorizando a presidência holandesa da UE.

O que é preciso, segundo o ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, é «acabar com a aparente contradição entre alargamento e aprofundamento da União», permitindo a um grupo reduzido de países avançar em domínios em que se considerem «preparados» sem terem que esperar pelos outros. Acima de tudo, o que é imperioso evitar é que «o ritmo da União seja definido pelo membro mais lento».

A inevitabilidade de se começar a pensar em Maastricht III, pois este II estava morto à nascença e ficar-se-ia pelas intenções. Foi lançado o pânico.

Responsáveis dos diversos governos correram a avisar, como já o haviam feito ajuizada e atempadamente, para a necessidade de se «entrar» nas questões importantes e nas mudanças de fundo, por forma a evitar que acontecesse o que aconteceu com o Tratado de Maastricht: feito no segredo dos deuses, as decisões importantes foram tomadas no último momento, às três pancadas, imperfeitas e por vezes contraditórias. Com todas as conhecidas conseqüências a nível de «dificuldade de aceitação» do documento por parte da opinião pública, que ficou bem patente nos referendos na Dinamarca e em França.

E o que aconteceu desta vez? Sucessivamente, diferentes responsáveis políticos foram alertando para a necessidade de se «avançar realmente»; outros ameaçaram/sossegaram que não ia haver mudanças substanciais e agora, na recta final, começa a tomar corpo a grande questão da revisão: a flexibilidade, versão «cooperação reforçada».

A verdade é que o ser humano tem uma grande capacidade para aprender com os seus erros. E os incansáveis «arquitectos da construção europeia» são, apesar de tudo, humanos e, como tal, também usufruem dessa preciosa faculdade. Que tão bem a estão utilizando agora: preparou-se a opinião pública para a inocuidade da revisão do Tratado; diminuiu-se propositadamente as suas ambições (públicas), dizendo que se pretendia «apenas» preparar para o alargamento, aproveitando para «transparecer» e aproximar dos cidadãos. Agora, na recta da meta, fala-se em flexibilidade, cooperação reforçada ou outro palavão qualquer. Cujas implicações seguramente não estão, nem se prevê que venham a estar, muito claras para a opinião pública. Missão cumprida.

Melhor ou pior (consoante o ponto de vista seja franco-alemão ou outro), o objectivo está prestes a ser atingido sem que se levantem muitas ondas.



EM FOCO

Regresso a

O LEITOR

Mobilizar e informar

De José Miguel Ramos, da Costa da Caparica, recebemos uma carta que nos deseja bom trabalho, «com um jornal melhor, mais informativo e esclarecedor», e nos escreve «mesmo afastado, por decepção das quedas do Leste que, depois do regime de partido único, voltando ao poder partidos de esquerda, ditos socialistas, mas que perdem o poder por não terem a humildade de aprender com os erros do passado». Aqui vão alguns excertos:

(...) Que salientar para poder corrigir, a um ano das autárquicas?

- Desde bairros, freguesias e câmaras, fazer uma visita e levantar pequenos problemas - buracos nos passeios, parques infantis maltratados, sarjetas limpas, esgotos, etc. Há um ano que reclamei tudo isto, que existe frente aos bombeiros da Costa e nada foi feito. Pequenos problemas resolvidos cativam os eleitores. Tenham humildade, e os responsáveis locais têm de trabalhar mais e observar os problemas e informar as pessoas do trabalho da CDU.

- Formar mais pessoas com qualidade para juntas de freguesia e câmaras, e bons técnicos, sem serem do Partido.

(...) - Trabalho em Lisboa e tenho amigos lá que não votam na Coligação futura por causa de João Soares e deste mandato ser muito fraco. Até socialistas.

(...) O «Avante!» devia ter sempre espaço para cartas com alertas, sugestões, experiências, e ser mais divulgado. Eu, como simples simpatizante, ex-activista, compro-o. Militantes eleitos das CDU não.

Muito há a fazer para mobilizar e informar o que todos devem fazer para uma sociedade mais justa.

«Palhaço, Miguel?»

Do nosso leitor António Costa Moreira, da Amadora, recebemos uma carta sobre o *ACTUAL*, recentemente escrito por José Casanova acerca dos artigos de Miguel Sousa Tavares. E afigura-se-lhe oportuno acrescentar:

- Miguel Sousa Tavares não fala; agride, presunçoso, grosseiro, com a veia odienta que o alimenta;

- M. não pensa; germina conflitos, congemma truculências;

- M. não escreve; desenha explosões com um bisturi envenenado;

- M. julga que é o que nunca foi (e dificilmente será), porque para ser o que se intitula, era imprescindível ser capaz e sério;

- M. é um convencido consabido, doutorado em consabichonice;

- M. diz que a família íntima acha que tem coisas de palhaço. Quem sou eu para desmentir privacidades ou contradizer as que, na observação directa e na experiência vivida, lhe detectam tão preclaras notoriedades?

«Não se compreende»...

Do camarada Paulo Maurício, do Sector da Função Pública, uma crítica ao trabalho do nosso jornal:

Passadas que foram várias semanas sobre a realização dos congressos do PCF e do PRC italiano, não se compreende como é que o «Avante!» não deu qualquer notícia sobre o assunto.

É tanto mais grave quanto, na sua vertente internacionalista, e no seguimento da resolução do nosso último Congresso, o reforço dos contactos com partidos e organizações de esquerda foi apontada como fundamental.

Para além do mais, já passou tempo suficiente para que o Partido possa emitir uma opinião fundamentada sobre o abandono por parte do PCF dos símbolos tradicionais e o que isso representa, e sobre o êxito do Congresso do PCR italiano.

Sendo um jornal semanal, o «Avante!» deve esforçar-se por manter um ritmo de notícias e comentários semanal, de modo a continuar a ser o grande jornal da esquerda.

Voltámos a Birmingham, recentemente. Trata-se da segunda cidade britânica, da chamada capital das Midlands. Insere-se numa área de Inglaterra onde as actividades económicas de base industrial continuam a representar um considerável valor. Coventry, Wolverhampton, Leicester, capitais da indústria e do trabalho, estão a poucas milhas, apenas, do centro de Birmingham. E os velhos aglomerados fabris, West Bromwich, Sutton Coldfield, Dudley, Walsall, acham-se absorvidos, praticamente, no conjunto da Grande Birmingham.

Como todas as cidades metropolitanas, Birmingham é o resultado da união de muitas outras povoações e pequenas cidades. É um autêntico mundo. Na grande cidade, a Inglaterra funde-se, por assim dizer, com o Paquistão, o Bangladesh, a Índia - vivem no coração das Midlands centenas de milhares de cidadãos e cidadãs provenientes daqueles países orientais. E muitas outras comunidades estrangeiras dão à velha Brumaggen uma colaboração económica e cultural de grande significado. Sublimam, ali, as duas existências que são próprias de quem não reside no seu país de origem.

No país do carvão e da electricidade

Os comboios rápidos que chegam de Londres em cada meia hora, param em Coventry, depois na zona do Grande Aeroporto Internacional. Em questão de poucos minutos, está-se no centro de Birmingham, em plena New Street. Aí, começa o conhecimento da Inglaterra central (por isso lhe chamam as Midlands). E é tão rico e diverso o mundo das províncias que formam o coração deste país... praticamente, não tem fim. Definir-lhe o princípio, em Birmingham, é meramente uma opção. Onde começam e onde acabam os históricos «shires»? Staffordshire, Leicestershire, Warwickshire, Northamptonshire, Hereford and Worcester, Shropshire - eis as Midlands. E Birmingham é o centro de todo este universo.

Naturalmente, como acontece em todos os lados, a zona de Birmingham observa-se e estuda-se sob as mais diferentes ópticas. O chamado «Black Country» (país negro) associa-se com a cidade. Já encontramos gente, em Londres, que diz com orgulho: «Sou do "Black Country"». Era a acumulação de indústrias, quase todas utilizando o carvão como forma de energia, e a proximidade de muitos complexos de extração daquele minério que davam lugar à formação de uma vasta concentração de fumos negros que não largavam a zona de Birmingham. Hoje, o «Black Country» deixou de existir. Mas ficou o nome. E as pessoas continuam a afirmar com orgulho: «I come from the Black Country».

A indústria britânica conheceu na zona de Birmingham algumas das suas mais importantes e históricas iniciativas, muitos dos seus grandes momentos. A demonstrá-lo, aí temos, na Victoria Square, a estátua que imortaliza a figura de Joseph Priestley (1733-1804) que nasceu em Leeds mas viveu e trabalhou em Birmingham. Foi o pioneiro do conhecimento da química dos gases, um dos descobridores do oxigénio. Autor de uma obra de fama, «A História da Electricidade», tornou-

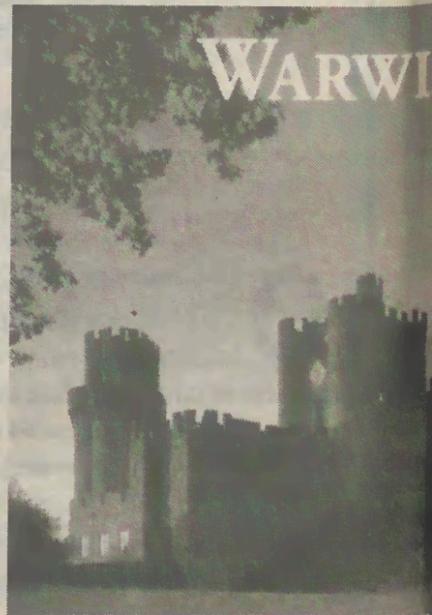
-se numa das melhores referências para quem deseja estudar a História de Inglaterra, a da

Ciência, a da Revolução Industrial. Mas, ao publicar as suas «Reflexões sobre a Revolução Francesa» em resposta a Burke que era um dos grandes inimigos de 1789, Priestley caiu no charco da ira dos obscurantistas. Estes, que eram muitos, viam na Grande Revolução o princípio do fim de toda uma maneira de entender o mundo e a vida e não estavam preparados para isso. Enfurecida, a multidão da Birmingham, fanatizada por ideias religiosas patentemente esgotadas, entrou-lhe em casa e destruiu tudo o que encontrou.

Cem anos mais tarde, a indústria automóvel começava a criar raízes em Birmingham. Em 1901, Herbert Austin (1866-1941) era chamado a ocupar a posição de gerente da «Wolsley» em Addeley Park. Mas, em 1905, Mr. Austin abria a sua própria fábrica, a lendária «Austin», em Longbridge, cujo primeiro modelo de grande êxito, o «Austin 7», ficou na história. Mas a fábrica acabaria por ser absorvida, já nos anos sessenta do século actual, na amalgamação feroz a que presidiu Lord Stokes quando concentrou quase toda a indústria automóvel na British Leyland. Então, o desemprego regressou às Midlands. Também a «Lucas» (material eléctrico), a «Dunlop» (pneus), a «Nuffield» (automóveis e material bélico), a «Cadbury's» (chocolate), tudo grandes nomes do parque industrial de Birmingham, começaram a despedir. Estas unidades fabris tinham sido alvo de criminosos bombardeamentos aéreos da «Luftwaffe» durante a 2.ª Grande Guerra Mundial. A própria «Cadbury's» tinha sido convertida para a produção de armamentos. Mas os fundamentalistas do mercado, mais tarde, chamar-lhes-iam simples fabriquetas e destruiriam tudo.

Warwick

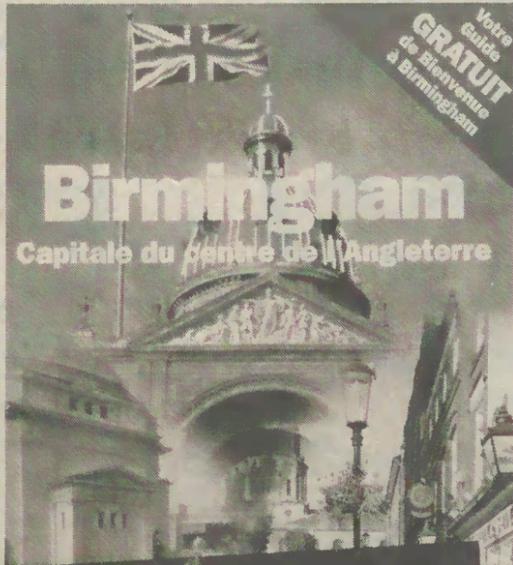
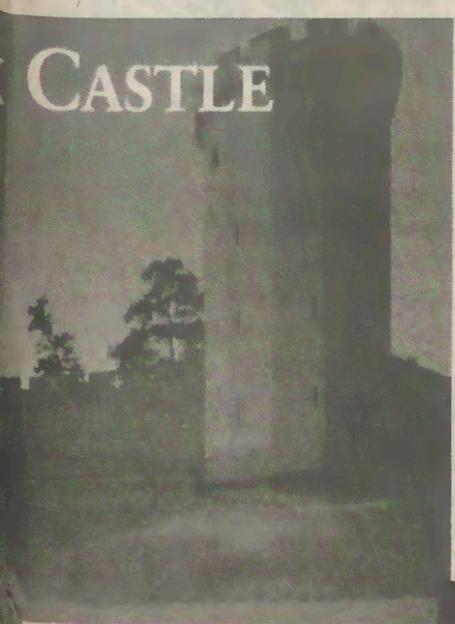
Visitar Birmingham e não descer a Warwick e, mais ainda, à zona de Oxford, é renunciar a conhecer a Inglaterra. O castelo de Warwick representa mil anos de História. Testemunhou a passagem dos homens e das suas lutas ao longo de



Blenheim Palace. Mandado construir pelo 1.º Duque de Marlborough, em 1704. Um antepassado de Winston Churchill

Birmingham

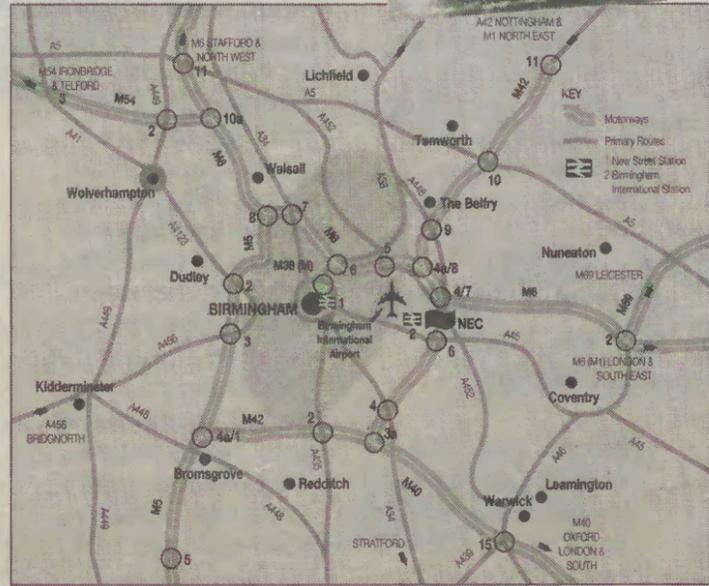
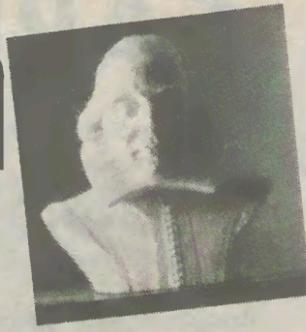
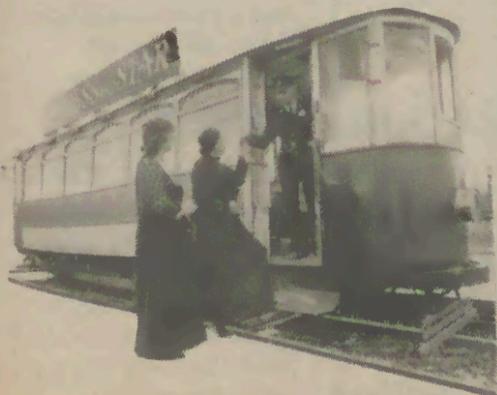
■ Manoel de Lencastre



THE
BLACK COUNTRY
MUSEUM



Descobrir Birmingham? Capital do «Black Country» (a Região Negra), Birmingham, orgulhosa que foi das suas indústrias, mostra a grandeza do seu passado. E o presente?



todas as fases históricas da era cristã: o período medieval (1068-1485); o Renascimento; o período Tudor e Jacobita (1485-1625); os séculos XVII e XVIII durante os quais a Inglaterra moderna começou a ganhar forma; o período vitoriano (1837-1901). Este famoso castelo foi a casa dos senhores de Warwick que, durante séculos, tomaram parte em quase todos os mais brutais momentos do desenvolvimento histórico da Inglaterra durante a Idade Média. Na Guerra das Rosas, que se travou entre as casas de Lancaster e York, Richard Neville, então ocupante de Warwick e um dos mais poderosos barões, contribuiu decisivamente para a deposição de Henry VI e de Edward IV. Richard III (imortalizado por Shakespeare) foi também proprietário do famoso castelo onde mandou erguer fortificações antes da trágica

morte que encontrou em Bosworth, em 1485. Igualmente, durante a Guerra Civil, o castelo de Warwick foi uma das bases de apoio das forças pró-Parlamento, de Oliver Cromwell.

No paraíso dos Marlborough

A 54 milhas de Birmingham, apenas, depara-se-nos o palácio de Blenheim. É uma jóia arquitectónica que John Churchill, o primeiro duque de Marlborough, mandou construir para comemorar a sua grande vitória militar, em Blenheim, sobre o exército francês de Luís XIV, em 1704, durante a Guerra da Sucessão espanhola. Blenheim foi um marco importante na história das grandes batalhas onde o génio de Marlborough, no comando das forças inglesas, holandesas, alemãs e austríacas, não só derrotou os franceses e os bávaros como lhes destruiu todas as já ultrapassadas concepções no campo

seu tempo, o papel de primeira ordem que Sir Winston desempenhou durante o período extremamente perigoso em que a Alemanha nazi e hitleriana ameaçava invadir as Ilhas britânicas. Ao assumir o lugar de Primeiro-Ministro do governo de unidade entre conservadores e trabalhistas, em 1940, Churchill prometeu, apenas «sangue, suor e lágrimas» e, caracteristicamente, rugiu: «Defender-nos-emos nas praias, nos campos, nas ruas das cidades!» Exortando os seus compatriotas à luta, sugeriu: «Essas, serão as nossas mais belas horas!»

Bosworth

Também o célebre campo de batalha de Bosworth merece ser visitado. Foi aí que na manhã de 22 de Agosto de 1485, se travou o histórico confronto entre o exército de Richard III e o de Henry Tudor. O drama foi intenso. Grande parte dos contingentes militares presentes não chegou a entrar em combate. Foi a última vez que a História assistiu à morte de um rei de Inglaterra no campo de batalha. Mas foi uma morte inglória, trágica, expressa num grito de angústia que, segundo a tradição, ainda pode ouvir-se em pleno campo de Bosworth quando o vento sopra mais forte. «A horse, a horse, my kingdom for a horse!» (*O meu reino por um cavalo!*)

Stratford-upon-Avon!

A estrada que liga Birmingham a Londres (M 40) passa em Warwick, como já sabemos. Mas, daí, através de uma via secundária, chegou-se a Stratford-upon-Avon. É o país de Shakespeare, o imortal, o dramaturgo supremo que, examinando a História de Inglaterra, revelou aos homens o seu mundo, a sua natureza. William Shakespeare abriu as amplas janelas da realidade para o drama da vida e expôs-nos a todos.

São oito, «apenas», os teatros da «Royal Shakespeare Company» que funcionam permanentemente em Stratford-upon-Avon. Em alguns deles, representam-se aspectos mais conhecidos da vida do grande homem de letras. Toda a cidade é uma jóia de civilização, de ordenamento, de beleza das coisas. O rio Avon, os jardins Bancroft, são peças de um paraíso que nunca se perdeu e que, pelo contrário, se refinou. Multidões, de todas as origens, visitam o «Shakespeare Country» em homenagem a essa enorme figura da Humanidade. Mas fazem-nos como resposta a um instinto de reverência pela obra do mestre máximo da arte da dramaturgia. Visitar Stratford-upon-Avon é entrar na Eternidade a que Shakespeare pertence.

Regressámos, enfim, ao centro de Birmingham. As nossas rápidas excursões aos locais rapidamente anotados deixaram-nos confundidos e extasiados. O país grandioso, eterno, a Inglaterra misteriosa, profunda, mostraram-se-nos. Agora, queremos conhecer Birmingham por dentro. Pretendemos observar o viver da cidade moderna, mas hesitante quanto ao seu futuro. O império da moderindade está presente. Vai fazer-nos chorar. Porquê? Voltaremos a este assunto num próximo número do «Avante!».

da ciência da guerra.

Foi neste imponente palácio, cuja biblioteca possui mais de 10 000 volumes, que nasceu, em 1874, Sir Winston Leonard Spencer Churchill que também pertencia à família dos Marlborough. Não é possível esquecer, apesar do anticomunismo a que sempre recorreu no processo político e histórico do

Criticados... e bem pagos

Uma sondagem encomendada pelo DN/TSF mostrou esta semana que a maioria esmagadora dos portugueses considera que os parlamentares ganham mais do que o suficiente. Os resultados são reveladores: 57% dos inquiridos responderam que os deputados são «muito bem pagos», 18,7% consideram-nos «bem pagos» e 5,4% acham que o são «na justa medida». Quanto aos que alinham na tese de que os deputados são «mal pagos» a sondagem encontrou apenas 1,4% de cidadãos, percentagem que baixa para 1,2% para os que têm a opinião de que os parlamentares são «muito mal pagos». Refira-se que um deputado auferia actualmente um vencimento bruto de 658 contos/mês, acrescido de 60 contos para «despesas de representação». É curioso verificar que os mesmos parlamentares e responsáveis políticos que defendem mais um substancial aumento para os deputados, ignorem completamente esta e

semelhantes sondagens, quando, em relação a outras matérias sujeitas a este tipo de consultas à opinião pública, se mostram frequentemente tão «sensíveis» aos seus resultados, chegando mesmo ao exagero de às vezes as «lerem» como autênticos escrutínios populares... Está visto: o respeito pela «opinião pública» destes senhores é muito democrático e verdadeiro... desde que coincida com os seus interesses.

«Vacas loucas»: o escândalo continua

Segundo um documento inédito do Parlamento Europeu publicado na revista alemã *Der Spiegel*, desde os finais da década de 80 que a Comissão da UE actuou sistematicamente de forma negligente face ao problema das «vacas loucas», cedendo a pressões exercidas pela Grã-Bretanha desde 1990 para que a referida Comissão se mantivesse à margem do

PONTOS CARDEAIS

processo. O escândalo terá sido de tal ordem, que os inspectores dos matadouros desta Comissão terão sido proibidos, em princípio, de controlar os casos de BSE. Mais: segundo a *Der Spiegel*, o grupo BSE da Comissão de veterinária de Bruxelas - o organismo comunitário responsável pelas decisões de possíveis proibições de exportação ou importação - foi controlado, entre 1990 e 1995 por representantes de Londres, que constituíam metade dos representantes deste organismo. Para a pouca vergonha ficar completa, tanto a presidência como o protocolo das reuniões desse grupo - cujos documentos «desapareceram» - estiveram durante todos esses anos nas mãos dos britânicos. Isto é apenas uma breve «amostra» do que significa, no concreto, a união capitalista da Europa: uma arena onde os interesses privados dos mais fortes imperam sobre tudo e todos - incluindo as próprias leis comunitárias.



O grande Mello

Informa o jornal brasileiro *O Globo* que o ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, está a construir em Miami, na Florida, uma luxuosa mansão com torneiras de ouro e pavimentos de mármore, uma construção calculada em cinco milhões

de dólares (cerca de 750 mil contos). A «obra» está a ser erguida num terreno do antigo diplomata brasileiro Marcos Coimbra - por acaso cunhado de Collor de Mello... -, que reside há dois anos em Miami onde, segundo se diz, vive do dinheiro que a família lhe dá, por não ter fortuna ou rendimento.

Resultam daqui dois mistérios: como conseguiu Marcos Coimbra adquirir um terreno em Miami, quando lá vive há dois anos a expensas da família, e como arranjou Collor de Mello cinco milhões de dólares para nesse terreno mandar erguer a sua nova mansão. Certamente não foi com o vencimento - mesmo chorudo - de Presidente da República do Brasil, donde, como se sabe, foi vergonhosamente afastado por corrupção.

O problema dos corruptos é exactamente este: por muito que protestem «inocência» pública - como Collor anda fazendo, na presunção de regressar ao mais alto posto da governação do país -, há sempre os seus actos privados a denunciá-los de alto a baixo...

Uma catedral para o czar

Eduard Rossel, governador da região de Sverdlovsk, perto de Moscovo, tomou uma decisão de peso no interesse da sua região: decretou a construção de uma catedral em Ekaterinburg, no lugar onde se diz que foram executados o último czar da Rússia, Nicolau II, e a sua família, na sequência da Revolução de Outubro. Segundo a agência Interfax, que deu a grande novidade, o projecto foi inspirado pela direcção episcopal da Igreja Ortodoxa Russa de Ekaterinburg. É uma decisão natural, após a mais alta hierarquia da Igreja Ortodoxa Russa se ter recentemente proposto a canonizar Nicolau II. Para abrigar um «santo» desta envergadura, uma catedral é o mínimo que se pode arranjar. Com uma vantagem: assim é capaz de haver também espaço para as milhares de vítimas que o «santo Nicolau» mandou assassinar durante o seu sangrento e brutal reinado...

PONTOS NATURAIS

Do meu diário

Mário Castrino

Com aviso prévio

Vejo na televisão. Grande espalhafato. Colômbia. Descoberto um laboratório de cocaína em plena selva. Grande área. Com um autêntico, extenso, complexo habitacional. Produção calculada em 50 toneladas por mês. O laboratório foi destruído. Explosões iluminam a selva. Não houve detenções. O cartel tivera conhecimento prévio da operação. Resta saber onde será instalado o novo, e decerto mais sofisticado, laboratório.

De facto, por que não?

Por tudo e por nada se pedem referendos. Para banalizar o projecto. Na rubrica «Parlamento», em foco, o referendo sobre o aborto. Argumento: a questão é uma questão nacional. Por que não um referendo sobre as falsas 40 horas? Por que não um referendo sobre o trabalho a prazo? Por que não um referendo sobre os recibos verdes? Por que não um referendo sobre a Assistência Social? Ou há moral ou referendam-se todos.

Alô, Bragança!

Aurora, leitora constante desta e doutras crónicas, coloca o seguinte apelo:

Tem 70 anos e é natural de Bragança. Recorda com saudade a sua professora de instrução primária, que ensinava aos alunos um hino ao trabalho de que lembra algumas palavras:

Camaradas
erguei vosso enxadão
Cavai a terra, cavai
É um canteiro de flores
olhai!

Pretende que eu, através do «Avante!», procure saber se ainda vive alguém que se lembre do hino e da professora. Bragança tem a palavra. Fico à espera.

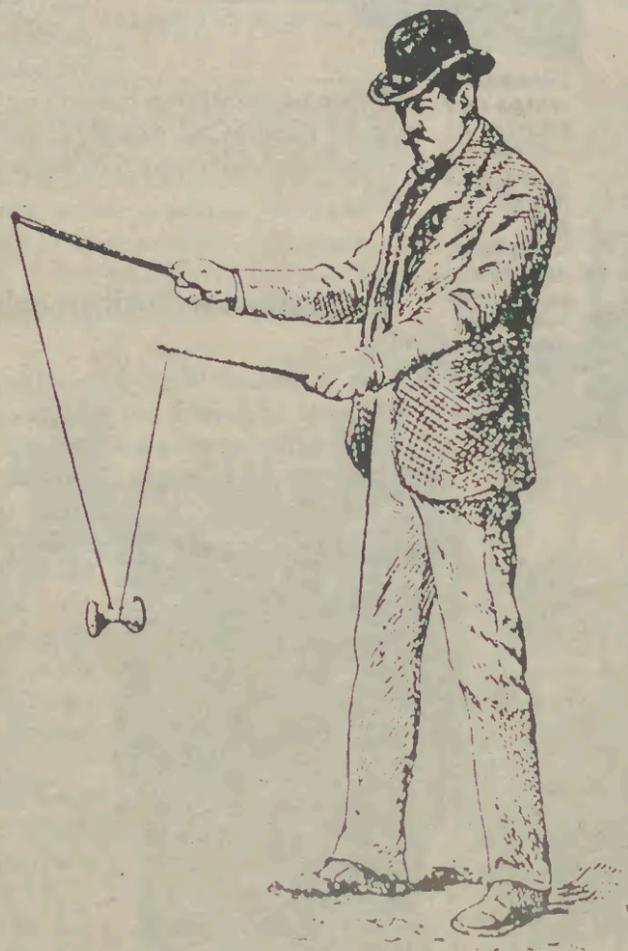
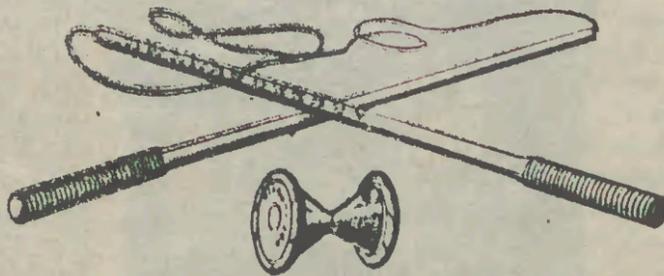
O quê, já?

Quando se aproximam as eleições é garantido: aumenta a campanha contra o comunismo, nas legislativas, contra as autarquias CDU, nas autárquicas.

Na outra campanha, e na Televisão, a tarefa estava a cargo da **Praça Pública**, da SIC. **Praça Pública** entregou o testemunho ao **País, País**, da RTP 1.

À volta dessas autarquias estabelece-se um clima de antipatia, de incomodidade, por vezes com ataques explícitos às Câmaras. Loures, Lisboa, Vila Franca de Xira, Almada e Amadora têm fortes razões de queixa.

Ou será que a campanha eleitoral já começou?



AGENDA

Plenários e outras reuniões

Reuniões de naturais dos concelhos de Proença-a-Nova, Sertã, Oleiros e Vila do Rei (Distrito de Castelo Branco)

Residentes no **DISTRITO SETÚBAL**
Sexta-feira, 11, 21h - CT do Barreiro

Residentes no **DISTRITO LISBOA**
Sábado, 15, às 15h - CT Vitória

SEIXAL

PLENÁRIO CONCELHIO DE ELEITOS E ACTIVISTAS DA CDU sobre Autarquias e Eleições Autárquicas (Plano de Trabalho p/ 97 e dinamização da CDU): dia 8 às 15h; no Auditório da Junta de Freguesia de Amora.

Fernão Ferro - Plenário sobre a situação política, reforço da Organização, Eleições Autárquicas: dia 9 às 15h, em casa do camarada Águas.

FARO

Plenário da DORAL sobre o Plano de Trabalho do PCP no Algarve para 1997 e a preparação das eleições autárquicas: dia 8 às 15h, no CT de Faro.

LISBOA

Colectivo de Jovens Comunistas / Zona Oriental - Encontro mensal do Colectivo para discussão de actividades a realizar, Eleições Autárquicas e situação política nacional: sábado, dia 8.

Campolide - Plenário de militantes da freguesia, para discussão do plano de trabalho para 1997: dia 8 às 15h, nas instalações da Junta de Freguesia.

Sector Saúde da ORL - Plenário de camaradas Enfermeiros: dia 12 às 19h, no CT Vitória.



Sector de Empresas da Cidade de Lisboa - Reunião do Sector de Informação Médica, com a participação de dirigentes sindicais: dia 7 às 18h, no CT Vitória.

Marvila - Plenário de militantes sobre a situação política e social: na Com. Moradores da Zona I de Chelas, dia 8 às 15h.

Zona Centro - Plenário de militantes das freguesias de S. José, Coração de Jesus e Pena: dia 15 às 15h, no CT Vitória, com a participação de Aurélio Santos. - Plenário de militantes da célula do Bairro Alto (freg. da Encarnação, Mercês, Sacramento, Santa Catarina): dia 8 às 17h30, no CT Vitória.

SINTRA

Rio de Mouro - Plenário mensal de militantes: dia 8 às 15h30, no CT local.

VILA FRANCA DE XIRA

Alverca - Plenário de militantes da célula dos Trabalhadores da Junta de Freguesia: hoje, dia 6, às 17h no salão da JF

Carlos Carvalhas hoje na CP

O Secretário-geral do PCP - acompanhado de João Amaral, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Alexandre Teixeira e Custódio Luz - visita hoje, quinta-feira, a CP - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., no Largo da Estação do Rossio à Calçada do Duque em Lisboa.

A visita, no quadro das acções do PCP em defesa do SEE, é promovida pelo Grupo Parlamentar e pela DORL e tem início às 10h30 com um encontro com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, terminando com uma reunião com a Administração às 12h.

CDU

PCP-PEV



Apresentação pública da candidatura de Orlando de Almeida à Câmara Municipal da Amadora

Hoje, dia 6, às 19h
no Auditório da CM
com a participação de
Luís Sá e José Casanova

Encontro CDU do Concelho da Chamusca

Domingo, 9 de Fevereiro em Vale de Cavalos

11h - Concentração no Lg. de N. Sra. dos Remédios
Visita à Freguesia

13h - Almoço-convívio no Restaurante Arco-Íris

Encontro concelhio da CDU

de V. N. Famalicão

Sábado, 8 de Fevereiro, às 15h30
no Centro de Trabalho local do PCP

Encontro CDU do SOBRALINHO alargado a toda a população

Sábado, 8, às 15h
na Casa da Juventude de Sobralinho

Lisboa

Espaço Cultural Vitória - 6 Fev. - 19h

Debate
Médio Oriente
Acção de solidariedade internacionalista
Participam: Domingos Lopes e José Goulão

Freg. Santo Condestável

Almoço-convívio
na Escola Manuel da Maia
com a participação de João Amaral

Dia 8 às 13h
(Inscrições até 6 de Fev. - Tel. 3971547)

Comunistas dos Hospitais Cívicos de Lisboa

Almoço-convívio
no Restaurante "Quatro Estações" (R. do Telhal, 73175)

S. João da Madeira

Debate
sobre Segurança Social
com a participação de Maria do Carmo Tavares, da CGTP e Joaquim Almeida, coordenador da US Aveiro
Dia 8 às 15h na Biblioteca Municipal

Alcabideche

Almoço-convívio
no CT - dia 9 às 13h
(Inscr. até dia 7 - Tels. 4866991 - 4690223 - 4692145)

FESTA de CARNAVAL

no CT de Alcântara com o grupo "Os 3 de Abril"
Convívio - Petiscos - Baile

Excursão à Serra da Estrela dias 29 e 30 de Março

promovida pela Zona Oriental de Lisboa/Penha de França
(Informações: tel. 8138119, cam. Ivone)



BARXISMO

o espaço de convívio da JCP em Rio de Mouro

R. Vasco da Gama, 11
(junto à Est. da CP)
aberto todas as sextas e sábados das 21.30 às 2 h

Sábado a partir das 22h:
FOLIA JOVEM

ÉVORA

Encontro Distrital da JCP

Dia 8 às 14h30
na Associação Artística Portelense

SEIXAL

1º Encontro Concelhio da JCP

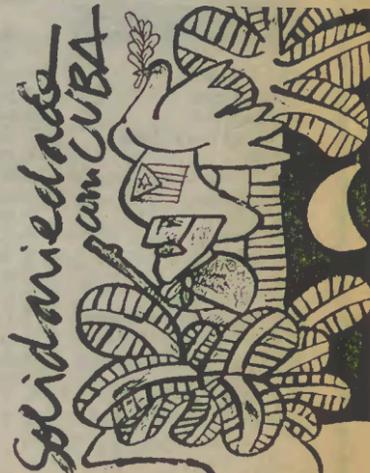
Dia 15 a partir das 10h30
no Auditório do CT do PCP

Associação de Amizade Portugal-Cuba

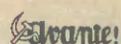
JANTAR
COMEMORATIVO
DO 38º
ANIVERSÁRIO
DA REVOLUÇÃO
CUBANA

com a presença da Embaixadora de Cuba

Hotel Ibis - dia 7 às 20h
(Inscrições: tel. 3857305)



TELEVISÃO



Quinta, 6

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 Infantil
 - 10.20 A Marquesa de Santos
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Em Jogo
 - 14.00 Malha de Intrigas
 - 14.45 O Campeão
 - 15.35 Seleção RTP
 - 17.00 Notícias
 - 17.15 Canal Aberto
 - 18.30 Sobrevivência
 - 19.00 País País
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Enviado Especial
 - 21.20 Vidas de Sal
 - 22.15 Imparáveis
 - 22.45 Polícias
 - 24.00 24 Horas
 - 00.30 RTP/Financial Times
 - 00.45 Olho Vivo
 - 01.15 Bom Bordo

- RTP 2**
- 16.00 Informação Gestual
 - 16.50 Euronews
 - 17.20 Infantil
 - 19.30 Notícias 2
 - 19.40 Acasos da Guerra
 - 20.35 Olhar Amargo
 - 21.00 Acontece
 - 21.30 RTP/Financial Times
 - 21.40 Remate
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.40 Rua da Vergonha (de Kenji Mizoguchi, Jap.1956, com Machiko Kyo, Ayako Wakao, Michiyo Kogure, Aiko Mimasu. Ver Destaque)
 - 00.15 Falatório

- SIC**
- 10.15 Buêrére
 - 11.20 As Receitas do Dia
 - 11.50 Vira Lata
 - 12.30 O Juiz Decide
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.40 O Juiz Decide
 - 14.00 Futebol: Juventus-PSG
 - 15.50 Ponto de Encontro



Sexta, 7

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 Infantil
 - 10.20 A Marquesa de Santos
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Em Jogo
 - 14.00 Olho Clínico
 - 14.30 Malha de Intrigas
 - 15.10 O Campeão
 - 16.00 Polícias
 - 17.00 Notícias
 - 17.15 Canal Aberto
 - 18.10 Sobrevivência
 - 19.00 País País
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Vidas de Sal
 - 22.05 Anatomia do Golpe (de Stephen Frears, EUA1990, com Anjelica Huston, John Cusack, Annette Bening, Pat Hingle. Ver Destaque)
 - 00.20 24 Horas
 - 00.50 RTP/Financial Times
 - 01.05 Mesa à Portuguesa
 - 01.35 Na Noite do Crime (de Emilio Estevez, EUA1990, com Charlie Sheen, Emilio Estevez, Leslie Hope, Keith David. Comédia)

- RTP 2**
- 16.00 Informação Gestual
 - 16.40 Euronews
 - 17.15 Infantil
 - 19.30 Notícias 2
 - 19.40 Colditz
 - 20.30 A Bela Farda Azul
 - 21.00 Acontece
 - 21.30 RTP/Financial Times
 - 21.40 Remate
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.40 Contos Cruéis da Juventude (de Nagisa Oshima, Jap.1960, com Yusuke Kawazu, Miyuki Kuwano, Yoshiko Kuga, Jun Hamamura. Ver Destaque)
 - 00.15 Falatório
 - 01.10 Rumo ao Sul

- SIC**
- 10.15 Buêrére
 - 11.20 As Receitas do Dia
 - 11.50 Vira Lata
 - 12.30 O Juiz Decide
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 O Juiz Decide
 - 14.00 Os Donos do Jogo
 - 14.30 Portugal Radical
 - 14.40 João Soares

Acasos da Guerra, a série que sobretudo tornou conhecida Emma Thompson entre nós, em reposição na RTP2 à 5ª feira



- 16.45 Buêrére
- 18.15 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 As Aventuras de Camilo
- 21.25 O Rei do Gado
- 22.25 Casos de Polícia
- 23.30 Viva a Liberdade
- 00.35 Último Jornal
- 00.55 Vida de Casal
- 01.55 Contos de Arrepiar
- 02.40 Vibrações

- TVI**
- 12.00 Animação
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Laços de Amor
 - 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
 - 15.45 Ninho de Cucos
 - 16.30 Animação
 - 18.00 Booker
 - 19.00 7 Ponto 15
 - 19.30 TVI Jornal
 - 20.15 Xica da Silva
 - 21.10 Melrose Place
 - 22.00 Reportagem de Alto Risco (de Patrick Duncan, EUA1992, com Bruce Davison, Joana Cassidy, Ari La Fleur. Drama)
 - 23.45 TVI Jornal
 - 00.20 A Balada de Hill Street

Sábado, 8

- RTP 1**
- 08.00 Sempre a Abrir
 - 11.30 Cybermaster
 - 12.00 Cuidados com o Cão
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.30 Top +
 - 14.40 Amores e Rebelião
 - 15.35 2001
 - 16.05 Jornal Jovem
 - 16.35 O Renegado
 - 17.30 Emoções Fortes
 - 18.10 Super Bebés
 - 18.45 Há Horas Felizes
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 Contra Informação (Compacto)
 - 21.20 Futebol: Farense-Sporting
 - 24.00 24 Horas
 - 00.35 Lua de Mel em Las Vegas (de Andrew Bergman, EUA1992, com Nicholas Cage, James Caan, Sarah Jessica Parker, Pat Morita, Ann Bancroft. Ver Destaque)
 - 02.15 Dançando Lambada (de Giandomanico Curi, Br.1990, com Andrew J. Forest, Vya Negromonta, Mary Sellers. Musical)

- RTP 2**
- 09.00 Universidade Aberta
 - 12.00 Vida por Vida
 - 12.10 Oeste Selvagem
 - 13.00 Spray
 - 13.30 Mesa à Portuguesa
 - 14.00 Parlamento
 - 15.00 Desporto 2
 - 18.00 Sinais do Tempo
 - 19.05 Onda Curta: «Necrofilia» (de Vitor Silva, Port.1984, com Miguel Yeco, Joana Pereira. Drama/Curta-Metragem)
 - 19.35 Dinheiro Vivo
 - 20.05 Foyer - «John Cleese»
 - 21.00 Semana ao Sábado
 - 22.00 O Lugar da História
 - 22.50 A Palavra (de Carl Theodor Dreyer, Din.1954, com Henrik Malberg, Emil Haas Christensen, Preben Lerdoff Rye, Cay Lristiansen. Ver Destaque)
 - 01.10 Notas de Música

- SIC**
- 08.30 Buêrére
 - 12.00 O Nosso Mundo
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.40 Tostões e Milhões
 - 14.10 Cosby Show
 - 14.30 Rebeldes
 - 15.35 Hércules
 - 16.25 Raven
 - 17.15 Momento de Justiça (de Robert Radler, EUA198, com Eric Roberts, James Earl Jones, Christopher Penn, Philip Rhee. Acção)
 - 19.00 Marina, Dona Revista
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.45 Clube VIP
 - 21.15 Salsa e Merengue
 - 22.15 Big Show Sic
 - 01.35 Último Jornal
 - 01.55 Nada em Comum (de Garry Marshall, EUA1986, com Tom Hanks, Jackie Gleason, Eva Marie Saint, Hector Elizondo. Comédia Dramática)

- TVI**
- 09.30 Animação
 - 11.30 Novos Ventos
 - 12.00 Notícias
 - 12.25 Odisseia Submarina
 - 13.30 Contra-Ataque
 - 15.10 Cantinflas, o Evadido (de Miguel M. Delgado, Méx.1946, com Mario Moreno «Cantinflas», Emilia Guini, Daniel Chino Herrera. Comédia.)
 - 17.10 Top of The Pops
 - 18.10 Cybernet
 - 18.40 Lar, Louco Lar
 - 19.30 Futebol
 - 21.20 Telejornal
 - 22.00 Xica da Silva (Compacto)
 - 23.15 Júlia tem Dois Amantes (de Bashar Shbib, Can.1990, com Daphna Kastner, David Duchovny, David Charles. Drama.)
 - 01.05 Notícias
 - 01.20 Sem Fronteiras (de Vincent Ward, Austrália-Can.-Fr.-Gr.Br.1992, com Patrick Bergin, Anne Parillaud, Jason Scott Lee, Jeanne Moreau. Ver Destaque)

- TVI**
- 09.30 Animação
 - 11.00 Angelus
 - 11.10 Missa
 - 12.30 O 8º Dia
 - 13.00 Notícias
 - 13.30 Portugal Português
 - 14.30 A Odisseia Submarina
 - 15.30 Desafios
 - 15.50 Contagem Final (de Don Taylor, EUA1980, com Kirk Douglas, Martin Sheen, Katherine Ross, James Farentino, Charles Durning. Ver Destaque)
 - 17.30 O Céu como Horizonte
 - 18.25 Futebol
 - 20.20 Telejornal
 - 21.00 Profiler
 - 22.00 Sim, Senhor Ministro
 - 22.30 Escândalos
 - 23.00 O Rei das Berlangas (de Artur Smedo, Port.1975, com Mário Viegas, Zita Duarte, Santos Manuel, Joaquim Leria. Ver Destaque)
 - 00.55 Notícias

Domingo, 9

- RTP 1**
- 08.00 Sempre a Abrir
 - 12.00 Sem Limites
 - 12.30 Repórteres da Terra
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.35 Made in Portugal
 - 14.35 Alta Voltagem
 - 15.15 86-60-86
 - 15.50 Magacine
 - 16.25 Caixa Mágica
 - 17.15 Ilusões
 - 18.05 Golos
 - 18.10 Os Marretas
 - 18.40 Casa Cheia
 - 19.20 Jet 7
 - 20.00 Telejornal
 - 20.50 Os Principais
 - 21.50 Vidas de Sal
 - 22.45 Carnaval no Rio
 - 23.30 Domingo Desportivo
 - 00.15 24 Horas
 - 00.50 As Raparigas de Jersey

- RTP 2**
- 09.00 Caminhos
 - 09.30 Novos Horizontes
 - 10.00 70 x 7
 - 10.30 Missa
 - 11.25 Ciência e Tecnologia -



Jordi Savall, o maestro e instrumentista que o público das salas de concerto bem conhece: no "Artes e Letras" de domingo

- SIC**
- «Horizontes»
 - 12.10 Máquinas
 - 12.45 Os 100 Melhores Vídeos
 - 13.15 Desporto 2
 - 17.45 A Vizinha do Lado (de António Lopes Ribeiro, Port.1945, com Nascimento Fernandes, Lucília Simões, António Silva, António Vilar. Comédia)
 - 19.35 Bom Bordo
 - 20.10 Artes e Letras - «Jordi Savall»
 - 22.10 Horizontes da Memória
 - 22.35 Teatro: «O Gato»
 - 01.10 Vidas do Século: «Stalin» (IV)

- SIC**
- 08.30 Buêrére
 - 12.00 BBC - Vida Selvagem
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 Internacional SIC
 - 14.10 Assuntos de Família
 - 14.30 Rebeldes
 - 15.25 Hércules
 - 16.15 Balada de Nova Iorque
 - 17.20 Os Imortais
 - 18.15 A Máquina Perfeita (de Isaac Florentine, EUA1992, com John Holmes Newton, Paul Smith. Artes Marciais)
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.40 Chuva de Estrelas
 - 21.50 Salsa e Merengue
 - 22.50 Corrida Sangrenta (de Boaz Davidson, EUA1992, com David Bradley, Ashley Laurence. Artes Marciais)
 - 00.55 Último Jornal
 - 01.15 João Soares
 - 02.15 Portugal Radical

- TVI**
- 09.30 Animação
 - 11.00 Angelus
 - 11.10 Missa
 - 12.30 O 8º Dia
 - 13.00 Notícias
 - 13.30 Portugal Português
 - 14.30 A Odisseia Submarina
 - 15.30 Desafios
 - 15.50 Contagem Final (de Don Taylor, EUA1980, com Kirk Douglas, Martin Sheen, Katherine Ross, James Farentino, Charles Durning. Ver Destaque)
 - 17.30 O Céu como Horizonte
 - 18.25 Futebol
 - 20.20 Telejornal
 - 21.00 Profiler
 - 22.00 Sim, Senhor Ministro
 - 22.30 Escândalos
 - 23.00 O Rei das Berlangas (de Artur Smedo, Port.1975, com Mário Viegas, Zita Duarte, Santos Manuel, Joaquim Leria. Ver Destaque)
 - 00.55 Notícias

Segunda, 10

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 Infantil
 - 10.20 A Marquesa de Santos
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Em Jogo
 - 14.00 Malha de Intrigas
 - 14.45 O Campeão
 - 15.40 Seleção RTP
 - 16.05 Os Principais
 - 17.00 Notícias
 - 17.15 Canal Aberto



Depois de nos ter deslumbrado com Alcochete, José Hermano Saraiva leva-nos esta semana ao Algarve que poucos conhecem

- 18.10 Sobrevivência
- 19.00 País País
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Isto... só Vídeo
- 21.15 Vidas de Sal
- 22.25 Carnaval no Rio
- 22.55 Os Visitantes (de Jean-Marie Poiré, Fr.1992, com Christian Clavier, Jean Reno, Valérie Lemercier)
- 00.40 24 Horas
- 01.15 RTP/Financial Times
- 01.25 Grandes Nomes
- 02.30 Porca de Vida (de Mel Brooks, EUA1991, com Mel Brooks, Lesley Ann Warren, Jeffrey Tambor, Stuart Pankin, Howard Morris. Comédia Romântica)

- RTP 2**
- 16.00 Informação Gestual
 - 16.45 Infantil
 - 18.55 Universidades Europeias
 - 19.40 O Agente Secreto
 - 20.35 Murphy Brown
 - 21.00 Acontece
 - 21.30 RTP/Financial Times
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.40 Roubei um Milhão (de Charles Crichton, Gr.Br.1951, com Alec Guinness, Stanley Holloway, Sidney James, Alfie Bass, Marjorie Fielding, John Gregson. Ver Destaque)
 - 00.05 Falatório

- SIC**
- 10.15 Buêrére
 - 11.20 As Receitas do Dia
 - 11.50 Vira Lata
 - 12.30 O Juiz Decide
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 O Juiz Decide
 - 14.00 Os Donos do Jogo
 - 14.30 Portugal Radical
 - 14.40 Donos da Bola
 - 15.40 Buêrére
 - 18.00 De Corpo e Alma
 - 19.00 Anjo de Mim
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.55 O Rei do Gado
 - 21.55 Ponto de Encontro
 - 22.55 Dez para a Meia-Noite (de Jack Lee-Thompson, EUA, com Charles Bronson, Lisa Eilbacher, Andrew Stevens. Policial)
 - 00.50 Último Jornal
 - 01.10 Especial Carnaval
 - 02.20 Vibrações

- TVI**
- 12.00 Animação
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Laços de Amor
 - 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
 - 15.45 Ninho de Cucos
 - 16.35 Cousteau: As Novas Descobertas
 - 17.30 Trapos & Companhia
 - 18.10 Booker
 - 19.00 7 Ponto 15
 - 19.30 TVI Jornal
 - 20.15 Xica da Silva
 - 21.10 Em Resumo (Desporto)
 - 21.50 Os Mistérios de Bill Cosby
 - 22.45 PSI Factor
 - 23.40 TVI Jornal
 - 00.10 A Balada de Hill Street

Terça, 11

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 Infantil
 - 10.15 A Marquesa de Santos
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Em Jogo
 - 14.00 Malha de Intrigas
 - 14.45 O Campeão
 - 15.35 Seleção RTP
 - 16.30 Jet 7
 - 17.00 Notícias
 - 17.15 Canal Aberto



À terça-feira, "o debate" é na RTP1 com Maria Elisa

- 18.05 Sobrevivência
- 19.00 País País
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Vidas de Sal
- 21.45 Nós, os Ricos
- 22.30 De Par em Par
- 22.45 Maria Elisa
- 00.45 24 Horas
- 01.20 RTP/Financial Times
- 01.35 Horizontes da Memória
- 02.10 O Silêncio dos Culpados (de Elio Greggio, EUA1990, com Ezio Greggio, Dom De Luise, Billy Zane, Joanna Pacula. Comédia)

- RTP 2**
- 16.00 Informação Gestual
 - 17.00 Infantil
 - 19.00 Rotações
 - 19.35 O Santo
 - 20.30 Cybill
 - 21.00 Acontece
 - 21.30 RTP/Financial Times
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.40 A Herança da Sogra (de James Signorelli, EUA1989, com Rodney Dangerfield, Joe Pesci, Geraldine Fitzgerald, Tom Ewell, Jennifer Jason Leigh. Ver Destaque)
 - 00.20 Falatório

- SIC**
- 10.15 Buêrére
 - 11.20 As Receitas do Dia
 - 11.50 Vira Lata
 - 12.30 O Juiz Decide
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 O Juiz Decide
 - 14.00 Os Donos do Jogo
 - 14.30 Portugal Radical
 - 14.40 Escrita em Dia
 - 15.40 Buêrére
 - 18.00 De Corpo e Alma
 - 19.00 Anjo de Mim
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.55 O Rei do Gado
 - 21.50 Era uma Vez
 - 23.15 Especial Carnaval
 - 01.20 Último Jornal
 - 01.40 Escrita em Dia
 - 02.50 Vibrações

- TVI**
- 12.00 Animação
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Laços de Amor
 - 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
 - 15.45 Ninho de Cucos
 - 16.35 Cousteau: As Novas Descobertas
 - 17.30 Perdeu-se um Marido (de Henrique de Campos, Port.1957, com Laura Alves, António Silva, Virgílio Teixeira, Josefina Silva, Carmen Mendes, Alves da Costa. Comédia)
 - 19.00 7 Ponto 15
 - 19.30 TVI Jornal
 - 20.15 Xica da Silva
 - 21.10 Pontos nos ii
 - 22.00 Gente Gira II (de James Uys, Afr.Sul1989, com Nixau, Lena Farugia, Hans Strydom, Eiros, Nadies. Comédia)
 - 23.40 TVI Jornal
 - 00.10 A Balada de Hill Street

Quarta, 12

- RTP 1**
- 09.00 Notícias
 - 09.10 Infantil
 - 10.15 A Marquesa de Santos
 - 11.00 Praça da Alegria
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Em Jogo
 - 14.00 Malha de Intrigas
 - 14.30 O Campeão
 - 15.25 Seleção RTP
 - 16.25 Nós, os Ricos
 - 17.00 Notícias
 - 17.15 Canal Aberto



À terça-feira, "o debate" é na RTP1 com Maria Elisa

- 18.10 Sobrevivência
- 19.00 País País
- 19.40 Totobola
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Lições do Tonicas
- 21.30 Vidas de Sal
- 22.30 A Mulher do Sr. Ministro
- 23.10 Crime Violento
- 00.15 24 Horas
- 00.40 RTP/Financial Times
- 00.50 Rotações

- RTP 2**
- 16.00 Informação Gestual
 - 16.40 Euronews
 - 17.15 Infantil
 - 19.35 Shaka Zulu
 - 20.30 Os Simpsons
 - 21.00 Acontece
 - 21.30 RTP/Financial Times
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.40 Pontualmente... Atrasado (de Christopher Morahan, Gr.Br.1986, com John Cleese, Alison Steadman, Penelope Wilton, Steohen Moore. Comédia)
 - 00.35 Falatório

- SIC**
- 10.15 Buêrére
 - 11.20 As Receitas do Dia
 - 11.50 Vira Lata
 - 12.30 O Juiz Decide
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.30 O Juiz Decide
 - 14.00 Os Donos do Jogo
 - 14.30 Portugal Radical
 - 14.40 Escrita em Dia
 - 15.40 Buêrére
 - 18.00 De Corpo e Alma
 - 19.00 Anjo de Mim
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.55 O Rei do Gado
 - 21.50 Surprise Show
 - 23.15 A Noite da Má Língua
 - 00.25 Último Jornal
 - 00.50 Toda a Verdade
 - 02.00 Vibrações

- TVI**
- 10.00 Animação
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Laços de Amor
 - 14.50 Quase Modelo, Quase Detective
 - 15.45 Ninho de Cucos
 - 16.35 Cousteau: As Novas Descobertas
 - 17.30 Trapos & Companhia
 - 18.10 California Dreams
 - 18.30 Os Caloiros
 - 19.00 7 Ponto 15
 - 19.30 TVI Jornal
 - 20.15 Xica da Silva
 - 21.10 Melrose Place
 - 22.00 Caminho para a Vitória (de Richard Pearce, EUA1990, com Sissy Spacek, Whoopi Goldberg, Dylan Baker, Dwight Schultz. Ver Destaque)
 - 23.45 TVI Jornal
 - 00.20 A Balada de Hill Street

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Rua da Vergonha

(Quinta, 22.40, RTP2)

Não é a primeira vez que a RTP decide trocar à última hora a ordem dos filmes previstos na programação mensal enviada à imprensa, como se isso fosse a coisa mais natural e aceitável deste Mundo. Mais uma vez isso agora aconteceu com esta obra, incluída no presente ciclo sobre o cinema japonês, pelo que aquilo que aqui se escreveu no último número é precisamente o que agora se volta repetir. Trata de um estudo notável sobre uma série de personagens - mulheres prostitutas no bairro de Yoshiwara, em Tóquio - e dos dramas e misérias que as levaram à sua situação. Este filme de mestre Kenji Mizoguchi é ao mesmo tempo um retrato brutal da sociedade japonesa e da evolução dos seus costumes, admiravelmente interpretado por um punhado de excelentes actrizes, dele se destacando (como mensagem infinitamente mais eficaz e poderosa do que acontece com tantos e tantos filmes sobre a condição humana) a célebre e curta sequência final na qual uma jovem prostituta é iniciada e atirada para a rua pela patroa e ensaia, ainda desajeitadamente, a melhor forma de actuar para abordar o seu primeiro cliente. Indispensável.

Anatomia do Golpe

(Sexta, 22.05, RTP1)

Primeiro filme realizado nos EUA pelo cineasta britânico Stephen Frears, é evidente que o lado do *humor negro* britânico ficou a assinalar a realização desta história de três vigaristas (um jovem e a sua mãe, para além da namorada do primeiro) que é uma adaptação (feita por um escritor policial, Donald E. Westlake) do romance de outro excelente escritor do género - Jim Thompson. Uma história verdadeiramente impagável em que cada uma das personagens se quer impor à outra na arte da vigarice e do golpe, num filme inteligentemente encenado e em que o espectador secretamente se vê confrontado (como acontece tantas vezes face aos filmes) com a necessidade de tomar partido pela regra e pela ordem mas, no fundo, desejando ardentemente que... tudo corra pelo melhor aos prevaricadores! Angelica Huston, John Cusak e Annette Bening têm, aqui, três excelentes criações.

Contos Cruéis da Juventude

(Sexta, 22.40, RTP2)

Aparentemente contando-nos uma história de amor desesperado entre dois jovens que inventaram um esquema criminoso para extorquir dinheiro aos automobilistas aos quais pediam boleia, este filme de Nagisa Oshima (um realizador caracterizado pela abordagem de temas incómodos) é considerado como que uma parábola sobre os desencantos e a revolta da juventude nipónica no pós-guerra, em grande agitação por causa da assinatura do tratado de segurança assinado entre o Japão e os Estados Unidos.

A Palavra

(Sábado, 22.55, RTP2)

Na Julândia, na década de 30, duas famílias de origem rural vivem em conflito por causa das suas divergências de carácter religioso. A crítica considera esta obra intensamente mística do grande cineasta dinamarquês

Carl Dreyer uma das suas obras-primas, a par do seu filme mais conhecido, *Joana d'Arc*. Embora para os (maus) hábitos actuais impostos ao espectador o filme possa surgir extremamente lento e reflectido, é necessário destacar a cuidada planificação espaçada no tempo e na qual avulta a extraordinária maestria do realizador no campo da *mise-en-scène*.

Lua de Mel em Las Vegas

(Sábado, 00.35, RTP1)

Um detective privado parte para Las Vegas para, finalmente, casar com a sua namorada com a qual vive há alguns anos. Mas esta cai nas graças de um *gangster* e deixa-se envolver numa aventura com ele para que, uma vez por todas, o namorado acabe por ter coragem de dar o passo final. Uma comédia de hilariantes trocadilhos, realizada com desenvoltura por Andrew Bergman e com excelente desempenho de Nicholas Cage, James Caan e Sarah Jessica Parker. E, atenção, não é de perder o impagável concurso de imitadores de *Elvis Presley!*

Sem Fronteiras

(Sábado, 01.20, TVI)

Em meados dos anos 60, numa remota aldeia do Ártico, o esquimó Avik é confrontado com as recordações que lhe são despertadas pelos mapas cartográficos que uma equipa do exér-

cito traz consigo (e que ele próprio havia ajudado a traçar três décadas antes) e ainda pelo percurso que está ligado a essas memórias. Por isso, a tradução do título original (*Mapa do Coração Humano*) teria sido bem mais adequada à poética que se desprende deste filme.

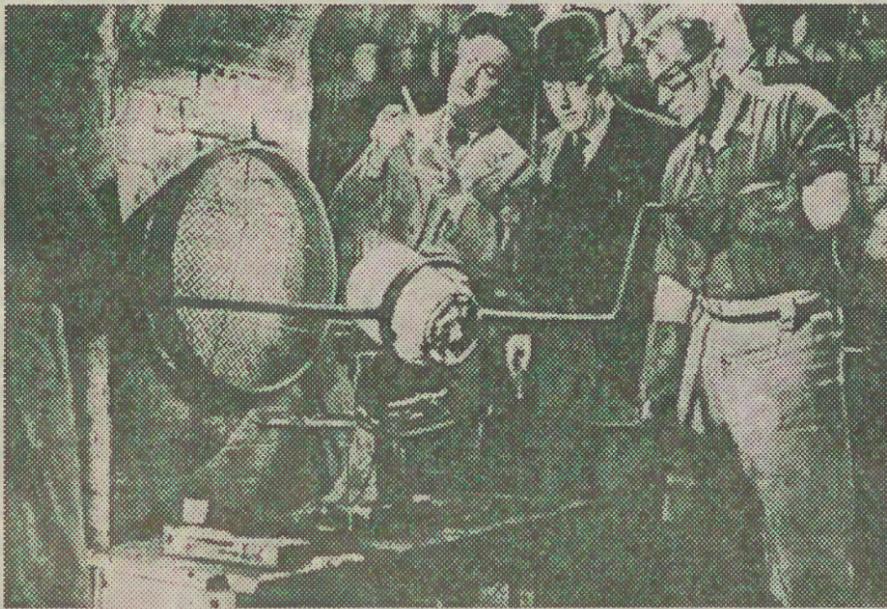
Contagem Final

(Domingo, 15.25, TVI)

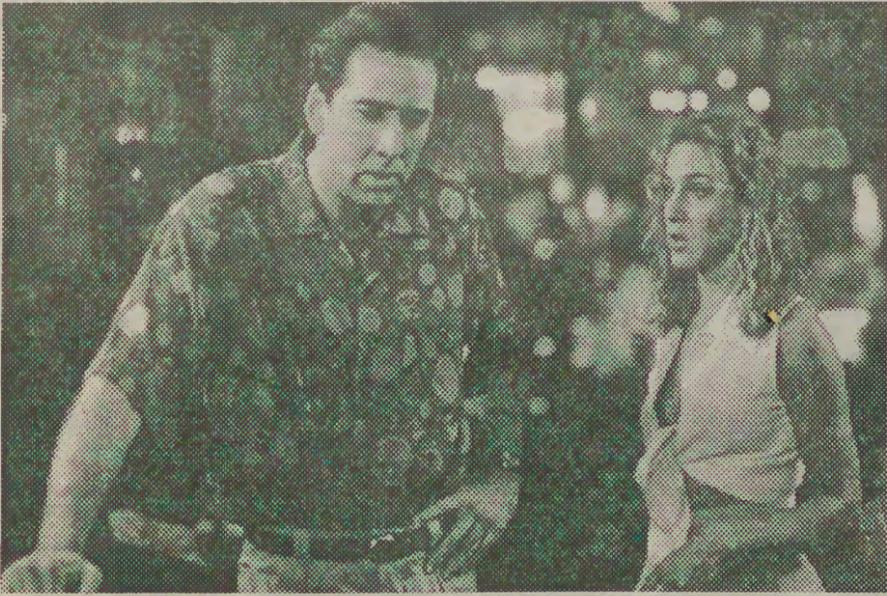
Já amplamente conhecido dos espectadores de televisão, este filme de ficção científica debruça-se, mais uma vez, sobre a questão da «viagem no tempo» e sobre a «possibilidade» de os seus protagonistas deverem ou não intervir na inversão dos acontecimentos da História. No exemplo vertente, o caso não é para menos: o porta-aviões nuclear dos EUA *Nimitz* é apa-



Annette Bening, John Cusack e Angelica Huston, numa cena de «Anatomia do Golpe», um filme realizado nos EUA pelo realizador britânico Stephan Frears



Uma das cenas na fundição, com Alec Guinness no centro das atenções, em «Roubei um Milhão», de Charles Crichton



Nicholas Cage e Sarah Jessica Parker, em «Lua de Mel em Las Vegas», um filme de Andrew Bergman

Um fotograma de «Contos Cruéis da Juventude», um dos primeiros filmes do realizador japonês Nagisa Oshima



nhado por uma tempestade e «transportado» para 1941, ou seja, para as vésperas do ataque japonês a Pearl Harbour... Boas interpretações de Kirk Douglas e de Martin Sheen.

O Rei das Berengas

(ou A Independência das Ditas) (Domingo, 23.00, TVI)

Finalmente, em 1975, um filme português ousava voltar a fazer rir. Claro que algumas das interpretações escorregam em «roda livre» na ausência de um realizador que as saiba controlar e que o filme (visto hoje) enferma de alguns sublinhados a «traço grosso» ou de insuficiências técnicas indistigáveis. Mas a ideia era arrasar, pela sátira, a grandiloquência bacoca e nacionalista com que a historiografia oficial do fascismo, acabado de derrubar, enquadrava a História de Portugal. E o riso era, também, uma componente essencial de um tempo que dava um pontapé essencial e definitiva nessa mesma História. Com Mário Viegas, Zita Duarte e Santos Manuel.

Roubei Um Milhão

(Segunda, 22.40, RTP2)

Um funcionário em tudo aparentemente irrepreensível - de seu nome *Holland* - sonha em boa verdade com um golpe de mestre: roubar os lingotes de ouro do Banco de Inglaterra cujo transporte ele está encarregado de acompanhar e vigiar. Para tal, ele trava conhecimento com um artesão que fabrica e exporta miniaturas da Torre Eiffel em chumbo. É só preciso substituir a fundição do chumbo pela do ouro antes de encher os moldes e tudo seria um mar de rosas... Mas o crime não compensa e a marosca é descoberta por uma caprichosa coincidência... O artesão é descoberto, *Holland* foge para o Brasil mas acaba por ser descoberto. Uma comédia irresistível, bem ao jeito britânico, com uma parilha de actores notáveis onde avulta Alec Guinness.

A Herança da Sogra

(Terça, 22.40, RTP2)

Para ter direito a receber uma herança, um operário de vida desgraçada tem de passar um ano afastado dos seus vícios e prazeres mais nefastos - a comida e a bebida em excesso, o jogo e o tabaco. As referências apontam esta comédia como razoavelmente encenada e bem interpretada - designadamente por Rodney Dangerfield, Joe Pesci ou Jennifer Jason Leigh.

Caminho para a Vitória

(Quarta, 22.00, TVI)

Esta é a história de duas mulheres - uma branca, outra negra - confrontadas pela sua relação de patroa e empregada mas também ligadas por um incidente que marcou a História dos conflitos sociais e raciais nos EUA: o caso de discriminação racial de que foi vítima a cidadã negra *Rosa Parks* e que conduziu, em 1955, ao célebre movimento de boicote ao transporte em autocarros levado a cabo pela população negra de Montgomery, Alabama, e encabeçado por *Martin Luther King*. Tendo como pano de fundo este caso verídico, o realizador *Richard Pearce* debruça-se sobre os conflitos que são trans-

portados, em consequência, para a vida de um casal branco - conseguindo erguer um filme que, cheio das melhores intenções, denuncia uma das épocas mais trágicas da sociedade norte-americana. Duas observações se impõem, entretanto: se, por um lado, seria impensável que um tal filme pudesse ser aceite pelo «sistema», pela «indústria», há 20/30 anos, também não deixa de ser sintomático que, mesmo realizado nos anos 90, o fio condutor (aliás, supérfluo) escolhido para contar a história tenha sido a narração *off* a cargo da filha (branca) do casal (branco), o que alguns entendem como um esquema para o tornar aceitável pelos espectadores pertencentes a essa maioritária comunidade. Nos principais papéis, *Whoopi Goldberg* e *Sissy Spacek*.

Schubert tema e variações

No passado dia 31 de Janeiro, o mundo comemorou o 200º aniversário do nascimento de Schubert. O mundo e também a RTP, digamos assim, pois muitas são as vezes que parece justificar-se a suspeita de que a RTP não é deste mundo. No caso do duplo centenário de Schubert, a RTP sediou a celebração no seu segundo canal, a TV 2, que, como bem se sabe, é o salão destinado a estas coisas da cultura, decerto por reunir adequadas condições para tanto: espaço amplo, ambiente de cerimónia, pouca gente a frequentá-lo, conseqüente vocação para ser o canal de gente fina.

Não sei se Franz Schubert, cujo pai creio que era mestre-escola, apreciava ou não este critério tão superlativo, mas conformo-me com ele. Lembro-me que Sidónio Muralha escreveu um dia que «Schubert empenhou o violino e o mundo não estoi-rou», mas sempre suspeitei de que se tratava de uma liberdade poéticã excessivamente atenta à verdade histórica, o que aliás não significa o menor desapeço da obra de Sidónio que, por sinal, é uma das que me têm acompanhado ao longo da vida, e ainda bem. De qualquer modo sei, isso sim, que Schubert é um dos grandes compositores de sempre, o que aliás toda a gente sabe ou pode saber (Gilles Macassar escreveu recentemente que «Schubert disputa a Bach e a Mozart o privilégio de ser universal»), e por isso lhe são devidos, pelo menos, atenção e respeito.

A desgraça, contudo, é que acabou por não se tratar só disso: ao programar para a uma e vinte da manhã uma rubrica com o inequívoco título de «Bicentenário do nascimento de Schubert», a RTP tinha, por força, consciência de que estava a tratar a efeméride como qualquer coisa de apendicular e secundário, de que só uma minúscula franja do seu já conhecido público iria ser tocada pelo documentário que se propunha a transmitir. Já me disseram que, afinal de contas, a transmissão não foi tão tarde como isso, pois o dia 31 foi uma sexta-feira e às

sextas-feiras a emissão termina mais tarde, no pressuposto de que os telespectadores não se deitam cedo quanto nos restantes dias úteis. Não é, reconheço-o, o tipo de graça que mais me diverte. De qualquer modo, sou da opinião de que Franz Shubert merece o horário nobre pelo menos uma vez em cada século, o que não parece ser exagerado, e que remeter a sua festa de anos para o horário dos filmes «hardcore» é de facto inaceitável. Mas o argumento das sextas-feiras, que neste caso me foi avançado com origem na própria RTP, perde toda a força quando nos lembramos

Basta mirar a programação da TV 2, dia após dia, ao longo de uma semana: a partir das 21 horas, o canal «fechou», como que afixou um dístico de «lotação esgotada»: vêm o «Acontece» (rubrica verdadeiramente preciosa, acentue-se; sem dúvida aquela a que é mais proveitoso assistir entre tudo quanto diariamente os quatro canais nos fornecem), a informação (uma hora reapartida por rubricas de noticiário económico, desportivo e geral) e o filme da noite. Quando esta rajada termina, a meia-noite já lá vai, e a TV 2 como canal onde deveriam estar rubricas interessantes e diversas ficou adiada por vinte e quatro horas, prorrogação que se vai renovando dia após dia, mês após mês. Fica a gente a perguntar se o «serviço público» (ou se se preferir usar uma expressão menos estafada, menos queimada por alguns equívocos: se a TV inteligente e útil) é apenas o «Acontece». Porventura mais o «Financial Times», o «Remate», o «Notícias 2», que consubstanciam a santíssima trindade da informação na «2». E o filme. Fica a gente a perguntar se é por esta TV enfiada num colete de forças horário que têm estado à espera, anos e anos, os que sonham com uma televisão distante da sopa de drogas que nos vem sendo ministrada ao abrigo do álibi infame de que assim é que é democrático porque aplaudido pelas maiorias que os audímetros alegadamente registam. Como se forças democráticas não exigissem o imprescindível esclarecimento prévio.

Tempo de espera/ /de troça

O pior é que esta pergunta, esta dúvida, implica aspectos desagradáveis. Parece indicar que, perante declarações que suscitam expectativas relativamente a uma TV Portuguesa diferente e melhor, pelo menos no sector público e no canal de audiência menor, a Radiotelevisão Portuguesa se instala preguiçosamente num deixa-andar desolador que até pode convir a alguns, ao menos por força de uma espécie de Princípio de Peter que não pode ser suportado e pago não digo já pelo tão invocado «dinheiro dos contribuintes» mas pelo estrito interesse nacional, o que é pior. Talvez este seja apenas um tempo de espera pela mutação que está para vir, porventura iminente, hipótese que ao menos por académica é preciso admitir. Se é assim, porém, como compreender que a RTP não dê notícias de si própria a quem há tanto tempo e tão legitimamente as espera? Será por desprezo? Parece a explicação mais plausível. Será porque gosta de fazer troça de quem a deseja mais prendada? Dir-se-ia que sim quando a vemos programar para a uma e trinta da manhã, desta vez na «1», e às terças-feiras, a rubrica «Grandes Nomes», alegadamente destinada a divulgar as figuras de portugueses notáveis ligados à literatura, à ciência e às artes. Até agora, foram transmitidos programas acerca de Paula Rego, Eduardo Viana e Júlio Pomar. Alguém deu por isso? Alguém pode acreditar que, quando nos prega destas partidas, a RTP está a ser tão seriazinha quanto deve, quanto nos deve?

de que mesmo na TV 2, onde se esperaria comportamento diverso, rubricas com interesse na área cultural, designadamente relacionados com a melhor música, são regularmente deportadas para lá da fronteira da meia-noite, mesmo da uma da manhã, como que para não incomodar os que têm gostos anacrónicos.

A lotação esgotada

Dir-se-á que é escasso o tempo de antena na «2» antes da meia-noite. É verdade, embora ainda lá se arranje lugar para o «Danger Man» e para «O Santo», que talvez não fossem indispensáveis naquele canal se bem que a sua presença não ofenda.

No horário do «hardcore»

Sendo assim, é claro que a Radiotelevisão Portuguesa S.A. não podia deixar de se associar às celebrações que um pouco por todo o mundo ocorreram no passado dia 31. Falo, naturalmente, do mundo civilizado e, correndo o risco de me repetir, acrescento: e também a RTP. Neste caso, porém, a RTP quis marcar para si uma pequenina diferença que podia ter como consequência o efeito de assinalar uma personalidade vincada que não se dobra sequer aos imperativos do calendário: a rubrica que expressamente associava a TV Portuguesa à evocação do nascimento de Schubert em 31 de Janeiro de 1797 foi anunciada não para o passado dia 31 mas sim para a madrugada de 1 de Fevereiro. A diferença era pouca, de algumas horas apenas (reconheço que não sei a hora a que Frau Schubert deu à luz), mas bastaria para que a RTP marcasse distâncias relativamente à generalidade dos «media», se fosse apenas caso disso.



ESCAPARATE

CLASSICA

A música de Olivier-Messiaen

Integrado no ciclo «Música do Século XX», é já depois de amanhã, 6ª Feira 8, que se realizará no Grande Auditório da Culturgeste o aguardado recital de Pierre-Laurent Aimard e Roger Muraro preenchido com a audição integral de uma das mais importantes obras musicais deste século - «Catalogue d'Oiseaux» - do grande compositor francês. Este recital será antecedido na véspera, às 19 horas no mesmo local, de uma conferência-concerto a cargo de Pierre-Laurent e Valérie Aimard intitulada «Carter-Messiaen: Dois "Irmãos Inimigos"».



Roger Muraro



Pierre-Laurent Aimard

Uma integral de Beethoven

Mas, ainda antes de terminar o período a que refere esta recensão, realizar-se-á no Grande Auditório da Função Calouste Gulbenkian o segundo concerto dedicado à audição interal dos Quartetos de Cordas de Ludwig van Beethoven, um dos pontos altos da actual temporada de música e dança daquela instituição. Desta vez, o Quarteto Hagen interpretará os seguintes quartetos: em Dó Menor, op. 18, nº 4; em Fá Maior, op. 135; e em Dó sustenido menor, op. 131. O concerto terá lugar às 19 horas.

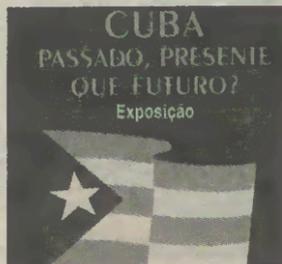


12 Fevereiro, 19.00
Grande Auditório Gulbenkian
Quarteto Hagen
Integral dos Quartetos de Beethoven (II)

EXPOSIÇÃO

Pintura, Fotografia e Poesia sobre Cuba

Iniciando o programa de actividades para 97 e prosseguindo nas comemorações do XX aniversário, a «Galeria l'Acropole Rouge», espaço de arte e cultura, inaugurou na semana passada uma exposição de pintura e fotografia, também associada à poesia, a cargo dos seguintes autores: António Galvão, Guillermo Marberti, José Costa, Llarinaga e Ramón Catalán. Sob o título «Cuba: Passado Presente, Que Futuro?», esta exposição



ficará patente diariamente entre as 17 e as 24 horas, na referida galeria (Av. dos Combatentes da Grande Guerra, na Amadora).

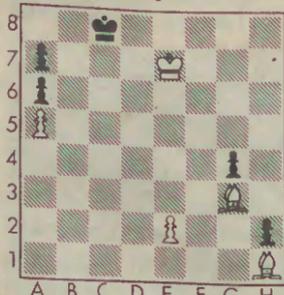
A propósito do XVII «Fantasporto»

Preenchido com obras musicais relacionadas com o Cinema, a Orquestra Clássica do Porto, sob a direcção do maestro Ivo Cruz, levará à cena do Teatro Nacional S. João, às 21.30, o «Concerto de Abertura do Fantasporto», coincidindo com a inauguração da XVII edição do já famoso Festival Internacional de Cinema do Porto.

XADREZ

DXCVII - 6 DE FEVEREIRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X06

Por: J. McGahey
Chess Player's Chronicle, 1842
Pr.: [5]: Ps. a6, a7, g4, h2 - Rç8
Br.: [5]: Ps. a5, e2 - Bs, g3, h1 - R67



Mate em 4 [quatro] lances

SOLUÇÕES DO Nº DXCVII

Nº 1997X06 [J. McG.]: 1. e4!, Rb7; 2. Rd7, Ra8; 3. e5+; 4. e6#

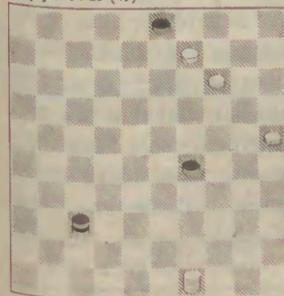
A. de M. M.

DAMAS

DXCVII - 6 DE FEVEREIRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D06

Por: Paul Deguée - Bélgica
À L'Ombre de Mon Clocher, 1970

Pr.: [5]: 3-29-(37)
Br.: [4]: 9-14-25-(49)



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DXCVII

Nº 1997D06 [P. D.]: 1. 49-38!, (37x5*) 2. 38x15, (3x14); 3. 15-10+

A. de M. M.

REVISTAS

VÉRTICE

Revista de Arte e Literatura
Fundada em 1974 por Francisco Melo e Fernando Correia
Publicada pela Associação Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar, a que aderiu o Museu do Neo-realismo de Vila Franca de Xira.



Vértice

O número 75 da Vértice, correspondente a Dezembro passado, recentemente publicado, tem desta vez um interesse particular. Desde há muito que esta revista, dirigida por Francisco Melo, e cuja chefia de Redacção é assegurada por Fernando Correia, habituou os seus leitores ao aprofundamento, em cada número, de um tema. Desta vez, o tema é Neo-realismo, neo-realismos, e o interesse especial, para além de artigos assinados por destacados intelectuais de algum modo ligados ao movimento, é o facto de ser ali transcrito o essencial de um colóquio realizado em Matosinhos, há cerca de um ano, no âmbito de um Encontro promovido então, conjuntamente, pelo Pelouro da Cultura da respectiva autarquia e pela Associação Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar, a que aderiu o Museu do Neo-realismo de Vila Franca de Xira. A intervenção do Professor Óscar Lopes, Em torno do realismo social, transcrita na Vértice, constitui não só um importante contributo para a história do movimento como para o conhecimento do que pensa este intelectual comunista sobre as origens do Neo-realismo e a sua influência através de décadas na actividade literária de muitos autores, mesmo em alguns que se não reclamam das raízes ideológicas do neo-realismo.

A Sessão testemunhal, realizada no dia seguinte à intervenção de Óscar Lopes, e moderada por Alexandre Pinheiro Torres, também vem transcrita neste número da Vértice. A participação de intelectuais como Isabel Pires de Lima, Rui Feijó, Eduardo Lourenço, Arquimedes Silva Santos, Urbano Tavares Rodrigues, José Carlos Vasconcelos, José Manuel Mendes, Eugénio Lisboa, Fernando Venâncio (aqui descritos pela ordem em que entrevistaram), dão especial interesse à leitura deste número, pela variedade de perspectivas com que o tema é encarado.

De destacar ainda os artigos, sobre diversos aspectos do tema Neo-realismo, da autoria de João Camilo dos Santos, António Pedro Pita, Rosa Maria Martelo, Benjamim Abalada Júnior, Margarida Losa, Ana Paula Pereira, Fernando Alvarenga, Rui Mário Gonçalves e Luís Augusto Costa Dias.



Um fotograma de «Viridiana», de Luis Buñuel

Retrospectiva do Cinema Espanhol

Com a projecção do filme «La Regenta» (1974) realizado por Gonzalo Suárez, inicia-se hoje e prolonga-se até ao próximo dia 27, sempre com sessões às 18.30, a Retrospectiva do Cinema Espanhol (I) organizada pelo Instituto Cervantes (R. de Santa Marta, Lisboa). Nesta retrospectiva incluem-se filmes realizados por realizadores menos conhecidos do público português a par de algumas obras famosas dos seus mais consagrados mestres. Assim, nos próximos dias, poderemos assistir a «Flor de Santidade» (1972), de A. Marsillach (4ª Feira, 12), «Fortunata y Jacinta» (1969), de Angelino Fons (5ª Feira, 13), «Sonatas» (1959), de Juan Antonio Bardem (3ª Feira, 18), «El Verdugo» (1963), de Luis G. Berlanga (5ª Feira, 20), «Viridiana» (1961), de Luis Buñuel (3ª Feira, 25) e, finalmente, «Volver a Empezar» (1982), de Jose Luis Garci (5ª Feira 27).

Mais rostos do Cinema na Malaposta

Esta semana será a vez de Catherine Deneuve estar em destaque no ciclo «Actores e Actrizes» que o Centro Cultural Malaposta (Olival Basto) está a organizar desde o passado dia 17 de Janeiro até 8 de Junho. A grande actriz francesa é a principal protagonista do filme «Repulsa» (1965), produzido na Grã-Bretanha e realizado por Roman Polanski. As sessões decorrerão amanhã e depois pelas 21.30 e no domingo às 15.30.

Prossegue um ciclo francês

Também no Instituto Franco-Português (Av. Luís Bivar, Lisboa) continuam as projecções dos filmes integrados no ciclo «A França Vista por 10 Cineastas», de que já aqui fizemos referência. Por exemplo hoje, pelas 19 horas, é projectado uma das mais interessantes obras do cineasta Erich Rohmer, intitulada «Les Nuits de la Pleine Lune» (1984), o quarto exemplar da sua série de Comédias e Provérbios onde o realizador lança um olhar por vezes acutilante e cruel sobre os tiques de certa juventude francesa dos anos 80. Pela sua interpretação neste filme, a actriz principal Pascale Ogier conquistou o Prémio de Interpretação Feminina do Festival de Veneza.



JÁ CÁ ESTÃO TODOS?

PAULA SÓ E FRANCISCO BRÁS
O burlesco das situações quotidianas num teatro de personagens vivas.
dias 7, 9, 13, 15, 21, 23, 27

O DEFUNTO

LAURINDA FERREIRA E MARIA DA LUZ
Quando duas mulheres enchem os espaços com as memórias de um homem que já lá não está.
dias 1, 2, 5, 6, 8, 12, 14, 16, 19, 20, 22, 25, 28

ATALHE DE FOICE

Uma figura do século

«Pamela Harrison, uma figura do nosso século, foi vítima de derrame cerebral», anunciaram gravemente anteontem os telejornais da tarde da RTP.

A notícia abalou-me duplamente.

Primeiro, porque Pamela Harrison tinha sido vítima de um derrame cerebral.

Segundo, porque não faço a mínima ideia de quem seja Pamela Harrison.

Indiferente a tal angústia, a notícia prosseguiu com o drama de Pamela e o achincalhamento da minha ignorância.

«Com os seus 76 anos, Pamela Harrison, uma inglesa naturalizada americana, tem uma vida que já fez história.»

Em desespero de causa, deitei-me a adivinhar. «Será alguma coisa aos Beatles, por parte do Harrison? Quiçá terá a ver com a série Dallas, por banda da Pamela?»

Depressa vi ruir a frivolidade de tais chocarrices.

«Pamela Harrison», elucidou respeitosamente o noticiário da RTP, «era embaixadora americana em Paris, um dos mais importantes cargos mundiais.»

Tal pressuposto inquietou-me. A minha ignorância alastrava a olhos vistos.

Não apenas desconhecia a figura do século Pamela Harrison, como as que a antecederam no cargo, necessariamente também figuras do século.

Aliás, por muito que me custe reconhecê-lo, a minha incompetência ia ao ponto de ignorar que o posto de embaixador dos EUA em Paris era um dos mais importantes cargos mundiais.

Quando já me preparava para dura penitência, ciliciada com penosas averiguações sobre a história das chancelarias deste século, eis que a notícia muda o rumo para novos prodígios.

«Pamela Harrison, oriunda de uma família aristocrática inglesa falida, começou a notabilizar-se quando, aos 20 anos, se casou com um filho de Winston Churchill.»

Não tive tempo de fechar a boca ao espanto, mas consegui intuir que vinha ali o essencial da figura do século.

E vinha.

«A partir daí», resumia a alvissareira, «Pamela Harrison não mais deixou de se destacar: três casamentos e outras tantas ligações amorosas com personalidades como o playboy fulano e o armador sicrano, atiraram-na permanentemente para a ribalta do jetset mundial.»

Sem dúvida que o século avançava fogosamente figura adentro. Mas a grande investida ainda estava para vir.

«Pamela Harrison surpreendeu de novo tudo e todos quando, aos 52 anos, casou com um norte-americano multimilionário e octogenário. Assumiu a nacionalidade norte-americana e a sua figura insinuante depressa se impôs nos EUA.»

Para ilustrar a figura insinuante de Pamela, a reportagem mostrou uma senhora com ar de irmã gémea do século versão Nancy do Reagan, semelhança criptopresidencial que se verificou não despreciada.

Na verdade, a senhora, estribada na fortuna herdada do octogenário, foi uma apoiante substancial de Bill Clinton-candidato-à-presidência dos EUA, desvelo que lhe valeu de Bill Clinton-presidente-eleito o seu mais recente destaque no século: o lugar de embaixadora dos EUA em Paris.

Foi nesse estado que o derrame cerebral a surpreendeu, atirando-a para o lugar-chave da sua ascensão: a cama. Há ressonância bíblica nesta terminal conformidade entre a pessoa e o mito.

«Tu és cama e à cama hás-de voltar», poderia escrever-se muito justamente, a propósito desta figura do século desenhada pelos agradecimentos da administração Clinton, desta vida que fez história à força de tanta história na vida.

Penitenciando-nos de tanta ignorância, lamentamos ser já tarde para desejarmos as melhoras à ilustrada senhora. Mas ainda vamos a tempo de as desejarmos à redacção da tarde da RTP.

■ HC

Cidadãos lançam abaixo-assinado exigindo o referendo

Dar a palavra aos portugueses na decisão sobre a Moeda Única

Foi lançado anteontem à tarde um abaixo-assinado, dirigido ao presidente da Assembleia da República, reclamando a realização de um referendo sobre a Moeda Única.

No encontro com os jornalistas, que teve lugar no Solar do Vinho do Porto, foi também apresentada a lista dos promotores e primeiros subscritores da

iniciativa, entre os quais figuram personalidades de diversos quadrantes políticos progressistas, com e sem filiação partidária, e nomes de relevo da vida cultural

e social do País. António Abreu, acompanhado por Luís Sá, Lino de Carvalho, Isabel Castro, Blasco Hugo Fernandes, Carlos Marques, Luís Fazenda, José Falcão e outros promotores, assinalou que o abaixo-assinado fica agora à disposição de todas as forças políticas, associações, organizações sociais, grupos e

cidadãos que se disponham a colaborar para a recolha de assinaturas a nível nacional.

O abaixo-assinado, intitulado «Referendo sobre a Moeda Única — Dar a palavra aos portugueses», começa por realçar que «a passagem à terceira fase da União Económica e Monetária, com a criação da Moeda Única, tal como consta do Tratado da União Europeia assinado em Maastricht, vai condicionar profundamente o futuro dos portugueses, de Portugal e da Europa».

O texto refere depois que «o cumprimento dos critérios de Maastricht para a adesão de Portugal à Moeda Única, com a sua lógica neoliberal, tem significado políticas de austeridade com aumento do desemprego, degradação de salários e pensões, desresponsabilização do Estado na área social (educação, saúde, segurança social)», notando que estas são «políticas que, por imposição do Tratado e do Pacto de Estabilidade, prosseguiriam mesmo depois da criação da Moeda Única».

«A participação na Moeda Única implicaria graves perdas para a soberania nacional. Importantes políticas — orçamental, monetária, fiscal, cambial e outras — passariam a ser decididas, no essencial, pelo Banco Central Europeu, à margem das instituições e órgãos de soberania portugueses eleitos e politicamente responsáveis perante os cidadãos» — alerta-se no documento.

Admitindo que «os signatários têm opiniões diferentes sobre aspectos da integração europeia», o abaixo-assinado acentua que eles «estão de acordo na defesa de uma Europa de Estados soberanos e iguais em direitos, assente na aproximação e convergência real das economias e dos níveis de vida, com mais emprego, respeito pelos direitos sociais, defesa do ambiente, aprofundamento da democracia e solidariedade internacional entre os povos».

Os signatários «partilham também da firme convicção de que uma decisão tão crucial para o futuro colectivo, como é a passagem à Moeda Única, não pode ser decidida à revelia da vontade popular e da intervenção e participação do povo», pelo que «reclamam da Assembleia da República a realização de um referendo nacional onde o povo português seja chamado a pronunciar-se sobre a participação de Portugal na Moeda Única».



Uma decisão tão crucial não pode ser decidida à revelia da vontade popular, afirmam os promotores do abaixo-assinado

REFERENDO SOBRE A MOEDA ÚNICA

DAR A PALAVRA AOS PORTUGUESES

Promotores e primeiros subscritores

Abílio Fernandes, *autarca* • Agostinho Santos Silva, *engenheiro* • Alda Sousa, *professora* • Alfredo Frade, *médico* • Álvaro Siza Vieira, *arquitecto* • André Martins, *lic. Sociologia* • Anibal Almeida, *prof. universitário* • António Abreu, *engenheiro* • António Avelãs Nunes, *prof. universitário* • António Borges Coelho, *historiador, prof. universitário* • António Galhordas, *médico* • António Ganhão, *autarca* • Blasco Hugo Fernandes, *eng. agrónomo* • Carlos Carvalhas, *economista* • Carlos Brito, *ex-deputado* • Carlos Marques, *engenheiro* • Carlos Pimenta, *prof. universitário* • Carmen Francisco, *autarca* • Daniel Branco, *autarca* • Demétrio Alves, *autarca* • Dórdio Guimarães, *cinesta e poeta* • Fernanda Abreu, *prof. universitária* • Fernanda Lapa, *encenadora/actriz* • Fernando Martinho, *médico* • Fernando Nunes da Silva, *engenheiro* • Fernando Rosas, *historiador, prof. universitário* • Francisco Louçã, *economista* • Graciete Cruz, *sindicalista* • Irene Cruz, *atriz* • Isabel Castro, *deputada* • João Cunha Serra, *engenheiro* • João

Frazão, *estudante* • João Maria André, *prof. universitário* • João Nabais, *advogado* • Jorge Araújo, *editor* • Jorge de Alarcão, *prof. universitário* • Jorge Veiga, *prof. universitário* • José Cardoso Pires, *escritor* • José Falcão, *activista do movimento anti-racista* • José Manuel Mendes, *escritor* • José Saramago, *escritor* • Lino de Carvalho, *deputado* • Luís Azevedo, *advogado* • Luís Catarino, *advogado* • Luís Fazendas, *professor* • Luís Sá, *deputado* • Manuel Carvalho da Silva, *sindicalista* • Manuel Correia, *activista do movimento anti-racista* • Manuel Graça, *sindicalista* • Manuel Gusmão, *prof. universitário* • Morais Cabral, *director bancário* • Maria Emília Sousa, *autarca* • Mário Alberto, *cenógrafo* • Mário Barradas, *encenador teatral* • Mário de Carvalho, *escritor* • Mário Tomé, *militar* • Octávio Teixeira, *deputado* • Óscar Lopes, *prof. universitário* • Raul Castro, *advogado* • Rogério Moreira, *gestor* • Rui Godinho, *autarca* • Sérgio Ribeiro, *deputado no PE* • Urbano Tavares Rodrigues, *escritor*.

Promoção do «Avante!» em tempo de aniversário

O nosso jornal vai assinalar, no próximo dia 15 deste mês, o seu 66º aniversário. Como todos os anos acontece, são numerosas as organizações do Partido que promovem iniciativas comemorativas. Exposições, colóquios, debates, simples convívios assinalando a data, multiplicam-se pelo País, com o objectivo fundamental de chamar a atenção para a necessidade de promover a difusão e a leitura do órgão central do PCP.

Entre as várias iniciativas programadas, de salientar as que a Organização da Cidade de Lisboa leva a cabo. Hoje mesmo, a venda militante é promovida na Baixa da capital. E, no próximo dia 13, inaugura-se uma exposição sobre o «Avante!», em cuja abertura se espera a participação do Secretário-Geral do Partido.

Um stand terá patente, até 21 do corrente, na Praça da Figueira, uma exposição que não apenas recorda o que foi o nosso

jornal nos tempos da resistência antifascista — com o velho prelo onde se imprimiam os jornais clandestinos —, mas também chama a atenção para o papel que o «Avante!» tem desempenhado ao longo de mais de duas décadas, na legalidade democrática que ajudou a construir e defende. Um vídeo sobre o aniversário do jornal, uma banca das edições «Avante!» e um espaço de convívio são, entre outros, razões para visitarem este espaço.



5 603 199 000445

03797